



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 92

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 11 de Dezembro de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes.*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 25 minutos.

Período da Agenda Parlamentar:

- Continuação do debate sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional, relativas ao Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004.

No debate destas propostas, na generalidade, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Luís Medeiros (PSD), Luís Paulo Alves (PS), Manuel Campos (PS), Clélio Meneses (PSD), Andreia Cardoso (PS), Osório Silva (PS), Francisco Oliveira (PS), José Manuel Bolieiro (PSD), José Decq Mota (PCP), Renato Leal (PS), Costa Pereira (PSD), Alvarino Pinheiro (PP), Dionísio Sousa (PS), Bento Barcelos (PSD), Fernando Lopes (PS), Sérgio

Ferreira (PSD), José Humberto Chaves (PS), José San-Bento (PS), Duarte Freitas (PSD), Aires Reis (PSD), António Gomes (PS), Manuel Silveira (PS), Lizuarte Machado (PS), Hernâni Jorge (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro), da Economia (Duarte Ponte), Assuntos Sociais (Francisco Coelho), Habitação e Equipamentos (José Contente) e Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso).

Produziram intervenções finais os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Paulo Gusmão (PP), Victor Cruz (PSD), Francisco Sousa (PS) e o Sr. Presidente do Governo Regional (Carlos César), que encerrou o debate.

O debate do Plano, na especialidade, incidiu especialmente sobre as propostas de alteração apresentadas, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (PS), Luís Medeiros (PSD), Duarte Freitas (PSD), Fernando Lopes (PS), José Manuel Bolieiro (PSD) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional - Plano para o ano de 2004, a mesma foi aprovada, na generalidade, especialidade e votação final global, por maioria, com excepção dos Programas 28, 29 e 33, que foram aprovados por unanimidade.

O Sr. Deputado Duarte Freitas produziu uma declaração de voto em relação à rejeição da proposta de alteração, do PSD, ao Programa 27.

Relativamente ao Orçamento, o debate na especialidade, incidiu também sobre as propostas de alteração apresentadas, tendo usado da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (PS) e o Sr. Deputado Duarte Freitas (PSD).

Posta à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada na generalidade, especialidade e em votação final global por maioria, com excepção dos artigos 2º, 7º, 9º, 10º, 11º, 15º, 16º, bem como o aditamento do artigo 15º-A, que foram aprovados por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 21,00 horas

Presidente: Muito bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Vamos proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José de Sousa **Rego**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Vamos retomar os nossos trabalhos com a continuação do debate sobre as **Propostas de Decreto Legislativo Regional referente ao Plano e Orçamento para o ano de 2004.**

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira vez em que, na qualidade de membro do VIII Governo Regional, subo a esta tribuna, gostaria, desde logo, de relevar o facto de partilhar por inteiro daquela que tem sido a postura do Governo em relação à Assembleia Legislativa Regional:

Colaborar activa e respeitosa na realização das funções desse órgão, respeitando os Senhores Deputados e, por vosso intermédio, respeitar também todos os açorianos.

Manifestada, assim, a postura com que aqui me apresento, e realçando a convicção de que espero ser merecedor da mesma postura, vamos, então, ao que aqui me traz hoje.

E o que aqui me traz hoje é seguramente uma das áreas mais importantes da nossa economia, não só por aquilo que directamente produz e faz produzir, mas também pelo inegável contributo que dá, para que aquela que se tem afirmado como uma imagem de marca da nossa Região, continue válida e, sobretudo, real.

A influência da actividade agrícola, piscatória e florestal na própria imagem que os Açores têm, parece-me inquestionável. No entanto, tal não significa, se porventura dúvidas existissem, que tudo gire à volta e por causa da agricultura, das pescas ou dos recursos florestais. As intervenções dos Colegas de Governo são bem a prova que o projecto que o Partido Socialista tem para os Açores, que o projecto do PS que

está em fase de materialização se caracteriza, desde logo, pela ambição e abrangência de propósitos; por uma aposta forte e determinada em trilhar novos caminhos de progresso e desenvolvimento.

Mas passando a questões mais concretas, é necessário em relação a qualquer plano de investimento – e este de 2004 não escapa à regra – ter presente que, nas áreas sob alçada da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o sector agrícola, aqui referenciado numa perspectiva lata englobando, quer a produção, quer a transformação, assume um papel preponderante. É, a este propósito, importante reconhecer que apesar da disciplina inerente às regras comunitárias, e tendo em conta as disponibilidades de recursos, os Governos Regionais da responsabilidade do PS, têm agido com determinação e vigor na defesa e afirmação do sector agrícola.

Ao longo dos últimos anos, valorizámos e continuamos a valorizar a importância da agricultura na globalidade da actividade produtiva nos Açores, conscientes do seu imprescindível papel em defesa do nosso património, bem como da sua natureza de pedra basilar de actividade económica regional e do desenvolvimento rural da nossa Região.

Assim, e se tivermos presentes os objectivos sectoriais definidos nas páginas 7 e 8 do Capítulo II do Plano de Investimento para 2004, referenciando-os às dotações orçamentais consagradas no mesmo documento, entendemos útil salientar a matéria relativa a caminhos agrícolas e rurais, tornando patente, desse modo, que a aposta do Governo Regional nessas áreas compreende, não apenas, a melhoria dos caminhos já existentes, mas também a abertura de novos troços. Neste sentido, convém relembrar que na presente Legislatura, já foram investidos em caminhos agrícolas, mais de 11,8 milhões de euros, facto que criou a facilidades no acesso a mais de 2400 hectares de terreno, nos quais se encontram instaladas cerca de 700 explorações agrícolas.

Para 2004, estamos apostados em asfaltar mais 22 novos caminhos agrícolas, situados nos perímetros de ordenamento agrário de Feteira/C. Branco; Paul; Cume/Agualva; Ponta Delgada; Povoação; Vila Franca e; Maia/Fenais da Ajuda. O investimento estimado para este conjunto de obras é de cerca 3 milhões de euros.

Aspecto essencial, a este propósito, é também o abastecimento de água às explorações, estando previsto, para o próximo ano, a execução da 2ª fase do plano integrado de abastecimento de água ao perímetro de ordenamento agrário da Ilha do Faial, fase esta que se consubstancia na construção de reservatórios e de condutas adutoras.

Desenvolver-se-á, ainda, a obra do sistema integrado de abastecimento de água ao perímetro de ordenamento agrário Altares/Raminho na Ilha Terceira.

No que se refere à bacia leiteira de Ponta Delgada, será lançado a concurso, no próximo ano, a obra respeitante à execução do respectivo sistema integrado de reabastecimento de água às explorações instaladas naquela área.

Em termos gerais, convém salientar que temos, neste momento, uma área intervencionada de 30 mil hectares, beneficiando-se por esta via cerca de 5.200 explorações.

Por outro lado, sabemos também que a especificidade da nossa estrutura fundiária, repartida e distanciada, constitui uma das actuais e prementes questões da agricultura açoriana.

Esta é uma realidade representativa de custos elevados e de intensos sacrifícios para quem faz da agricultura o seu modo de vida. Cientes disso, respondemos, afirmativamente neste Plano à pretensão das organizações representativas da lavoura, nomeadamente a Federação Agrícola dos Açores, no sentido de iniciar o processo de revisão dos instrumentos com relevância nessa área, designadamente o SICATE.

Apesar de nos apercebermos que este é um dos aspectos que é essencial ao continuado progresso da Agricultura, não nos podemos esquecer da complexidade e delicadeza que estas matérias encerram, tendo sempre presente os recursos financeiros disponíveis e os riscos de especulação que estas operações por vezes envolvem.

Neste sentido, devo referir que a actual proposta de Plano para 2004 faz incluir, pela primeira vez, uma acção especificamente orientada para a reestruturação fundiária, cuja concretização contará sempre com a participação dos parceiros do sector.

Outro aspecto que nos apraz registar, diz respeito ao investimento público e investimento privado promovido pelo PRODESA, no âmbito do Desenvolvimento Sustentado das Zonas Rurais e da Modernização e Diversificação do Sector Agrícola e Florestal.

Por esta via, valoriza-se, de forma decidida, as estruturas fundiárias em espaço rural, estimula-se a competitividade e a qualidade da produção regional aos mais diversos níveis. Aqui é de salientar que, entre Janeiro de 2001 e Novembro de 2003, mais de 4 mil projectos de investimento foram, já aprovados, os quais incluem infra-estruturas de ordenamento agrário e da rede regional de abate, a modernização das explorações agrícolas e da indústria agro-alimentar, bem como incentivos à instalação de jovens agricultores, num montante de investimento elegível aprovado superior a 137 milhões de euros.

Os projectos que no sector agrícola mais crescem, tendo em consideração o ano anterior, são os seguintes: a sanidade animal e vegetal com 158%; a renovação e reestruturação das empresas agrícolas que beneficia de um aumento de 97%, bem como a transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários, com um acréscimo de 33%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa ainda referir que no âmbito da reflorestação de terrenos agrícolas, através da aprovação de projectos privados no âmbito do PRODESA, o Governo prevê a arborização de 665ha de terreno, aos quais deve acrescer mais 50 ha, relativos à beneficiação de povoamentos florestais existentes.

A isto acresce, a manutenção e recuperação de caminhos rurais e florestais, a realizar nos Açores em 2004 que, deverá atingir cerca de 500 Km.

As obras mais significativas a concretizar nesta área de intervenção serão aquelas que dizem respeito ao revestimento betuminoso e à melhoria de drenagem em caminhos rurais e florestais, numa extensão de 20 Km, de acordo com a seguinte distribuição:

Rompimento e alargamento de faixas nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Flores, com a respectiva melhoria nas redes de drenagem, nas quais se pretende a construção de 60 aquedutos e 20 Km de valetas com muros de suporte.

Para além disso serão também efectuadas obras na Ilha Graciosa, sobretudo no que se refere ao caminho rural do Vimiais, em S. Cruz. Finalmente, no tocante às Reservas Florestais e de Recreio, serão valorizadas as reservas do Pinhal da Paz, em S. Miguel, do Capelo, no Faial e de S. João, na ilha do Pico. Em todas elas está prevista a construção de novas estruturas de apoio assim como a instalação de zonas de recreio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao sector das Pescas, interessa, antes de mais, referir que o Governo deu continuidade ao grande investimento público neste sector em todas as ilhas, quer no que se reporta à construção de portos de pesca e de casas de aprestos, quer no que diz respeito às novas lotas e aos novos postos de recolha, sem esquecer a instalação de novas gruas, de pórticos de varagem, assim como de equipamentos de gelo e de frio.

Foram assinados protocolos de cooperação com cerca de 40 autarquias, tendo em vista a limpeza e pequena conservação dos equipamentos e infra-estruturas dos portos de pesca da Região, de forma a aproximar, no âmbito da gestão dos portos de pescas, a administração regional ao poder autárquico, com grande vantagem para os profissionais da pesca.

Quanto ao investimento futuro, o Plano para 2004 contempla o sector das pescas com um aumento de 43%.

Os projectos cujo aumento é mais significativo, relativamente ao ano anterior, são o da Inspeção e Gestão, que cresce 41%; o das Estruturas Portuárias, que beneficia de um aumento de 80%, destacando-se o investimento em portos nas ilhas de S. Miguel, Graciosa e noutra dimensão, S. Jorge.

A transformação, comercialização e cooperação externa, que crescem 59%, 72% e 207%, respectivamente, em relação aos anos de 2003, 2002 e 2001.

Pretendemos através deste Plano para 2004, continuar a modernizar o sector da pesca de uma forma harmoniosa em todas as ilhas da Região.

Uma referência à aposta na investigação científica, para a qual disponibilizamos cerca de 800 mil euros e em que a colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas assume um papel essencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dúvidas se têm levantado a propósito da importância deste documento. Alguns, injustificadamente, dizem que acordámos tarde, que este será o fim de um ciclo.

Os investimentos previstos, os efeitos resultantes desta estratégia implementada pelos Governos Regionais do Partido Socialista ao longo destes sete anos permitem, com segurança e optimismo, afirmar que, de forma alguma, estamos perante o fim. Nem sequer estamos perante o começo do fim.

Estaremos, sim, e quando muito, perante o fim do começo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para esclarecimentos, na sequência desta intervenção do Sr. Secretário Regional.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta directa ao Sr. Secretário Regional.

O que é que vai ser feito em relação àquilo que falta completar da estrada da volta da Ilha das Flores, mais concretamente das Lombas aos Morro Alto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço a questão que é colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Esta é seguramente uma das matérias, aliás, conforme se pode constatar da leitura do Plano de Investimentos do Governo Regional, em termos globais e para a toda a Região, que merece uma particular atenção e um particular esforço.

Aquilo que lhe posso dizer é que, quer da parte Secretaria Regional da Agricultura e Pescas por si só, quer em colaboração com outros departamentos do Governo, há a intenção de continuar a intervencionar e continuar a melhorar essa estrutura rodoviária. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros para esclarecimentos.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu começaria por me referir às questões relacionadas com as estruturas agrícolas, não falando no abastecimento de água que, em termos de reforço, é zero.

V. Exa. especificou um bocadinho melhor aquilo que vem no texto do Plano, que é um tanto ou quanto lacónico, mas há um aspecto que fica mais uma vez sem nenhuma referência que é o da distribuição de energia eléctrica às explorações.

No Plano para 2002 falava-se na electrificação de 10 ordenhas, construção não sei de quantos quilómetros de rede de média e baixa tensão e quando se vai ver o relatório de execução, ficamos pela manutenção da rede existente com a execução financeira de 7,46%.

Ora, todos sabemos que da electrificação das explorações, sobretudo das ordenhas, depende em grande parte a melhoria da qualidade do leite. É um factor essencial e dá-nos a sensação que neste Plano esse projecto mais uma vez fica adiado.

Mencionou V. Exa. também a questão do grande aumento que se verifica na acção da sanidade animal e eu interrogo-me: não tendo aparecido, graças a Deus, nenhuma doença nova; não prevendo o Plano nenhuma intervenção diferente das que vinha executando; mantendo-se os números da prevalência da leucose e da brucelose na tranquilidade que nos é transmitida pela Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário; tendo-se abandonado definitivamente a construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária, porquê um aumento de 311,8% nesta acção? Estamos a passar de 1 milhão e 500 mil para 4 milhões e 700 mil euros.

Esta é uma dúvida que me chocou.

Também me interrogo em relação ao Programa da transformação e da comercialização, quanto a estes reforços que V. Exa. mencionou e que eu chego à conclusão que apenas aparecem no apoio à indústria agro-alimentar e na regularização de mercados.

Será que no último ano do Plano vamos ter tempo e capacidade para entregar a quem de direito todo um conjunto de planos que justifiquem este aumento ou, tal como as verbas da sanidade, este montante destina-se a pagar exclusivamente compromissos assumidos de exercícios anteriores?

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em relação à questão da electrificação, devo dizer que concordo consigo quando diz que é um aspecto importante, mas não será o único.

Se o objectivo que se pretende servir com este tipo de intervenção é a melhoria da qualidade do produto, é a melhoria dos rendimentos dos agricultores, através duma eventual redução de custos, é necessário atender a dois outros elementos que me parecem fundamentais, o abastecimento de água e os caminhos agrícolas.

Portanto, aquilo que eu gostava de colocar à consideração e de chamar à atenção é de não apreciar isoladamente esta questão da electrificação, sendo certo que é um esforço que se deve continuar a fazer e que efectivamente se vai continuar a fazer, porque é também importante, mas que neste grande grupo de matérias que influem decisivamente do ponto de vista de redução de custos das explorações, devemos atender também à questão dos caminhos agrícolas e à questão do abastecimento de água.

É óbvio que em relação a qualquer uma destas questões há aspectos, em relação aos quais a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e o Governo Regional no seu todo, estão apostados em melhorar a eficácia da intervenção que o Governo tem nestas matérias.

Portanto, sobre esta questão, penso que nesta fase, tendo em conta aquilo que nos propomos fazer, tendo em conta os recursos que afectamos a esta matéria, este é o ponto de partida, ou seja, o ponto de partida de, por um lado, haver este reforço e, por outro, haver a consciência da necessidade de termos uma atenção permanente a estas matérias e de aumentar a eficácia da intervenção.

Em relação à questão da sanidade, que o senhor também falou, é necessário não esquecer que nós neste momento temos indicadores extremamente positivos, do ponto de vista de efeitos, no combate à brucelose com a utilização de uma nova vacina e, portanto, é necessário também a afectação de meios que permitam, sobretudo, continuar este esforço, tendo em conta os resultados que foram obtidos.

Penso que não me esqueci de nenhuma questão.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para complementar um aspecto que penso que não foi suficientemente esclarecido, que se prende com os investimentos na agro-indústria e com o aumento da verba.

Existem neste momento cerca de 65 milhões de euros de projectos aprovados no âmbito da agro-indústria e existe também já apresentados e ainda não aprovados cerca de 40 milhões de euros, o que significa mais ou menos 8 milhões de contos, daí o reforço que se verifica na verba correspondente no sentido de apoiar todos estes projectos que, não estando aprovados, já estão apresentados e representam, de facto, a confiança na mola de desenvolvimento e modernização que é necessária para o sector.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para agradecer e dizer ao Sr. Secretário Regional que percebo perfeitamente as suas explicações.

Não lhe vou fazer mais perguntas neste momento, mas no futuro teremos oportunidade de debater estas questões.

Também quero agradecer ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves ter confirmado aquilo que se suspeitava, ou seja, que o reforço de verbas no programa da comercialização e transformação destina-se efectivamente a satisfazer compromissos com projectos que já foram apresentados.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente estes fundos são para apoiar situações reais. Se assim não fosse, corríamos o risco de ser acusados de colocar verbas virtuais no Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Campos para uma intervenção.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2004 agora em discussão, culmina um período e prepara outro, ou seja, prevê um conjunto de medidas e acções e em sequência, inicia ou abre o caminho para outras.

Deixa entendido que o governo do PS e o próprio PS têm estratégias de continuidade, têm ideias de futuro e para o futuro agora e sempre, em coligação com os Açorianos.

Aliás, uma coligação que sem dúvida, se empenhará no combate contra uma outra que tem entre as suas práticas actuais, estar a mandar para o desemprego, diariamente, mais de 300 cidadãos deste país.

Esta outra aliança, considera como “ganhos” os resultados das negociações sobre as 200 milhas de Zona Económica Exclusiva que passaram a 100. Diz acerca do mesmo assunto que “na prática coloca os Açorianos numa situação semelhante como a que se tinha até aqui”, ou seja 200 ou 100 milhas, para eles, é igual. E frisarem que este resultado só foi possível com o empenhamento de muitos sectores, em especial dos profissionais da pesca, e não da “guerrilha que o governo regional socialista sempre levou a cabo nesta matéria”.

Bem gostaria de saber, a ser verdade, qual ou quais sectores da pesca que estiveram com o PSD “nesta matéria”; gostaria de saber também, preto no branco, se o PSD está contra ou a favor de todas as estruturas representativas do sector que estão com o governo para que este se socorra dos adequados meios legais para defender a manutenção das 200 milhas.

Definam-se!

Como dizia, há uma estratégia de continuidade e desenvolvimento que, estruturalmente, inclui também o sector das pescas. Demonstram-no a obra feita, em execução e a executar.

A construção de casas de aprestos e a obra já em execução de profunda remodelação e modernização da Lota, em Rabo de Peixe, a construção do novo edifício da lota em Ponta Delgada e de 27 casas de aprestos no Faial, o porto de pescas na Praia da Graciosa, a conclusão das obras do porto dos Anjos em Santa Maria, a ampliação da oficina de reparação naval no Corvo e as novas oficinas na Praia da Vitória e nas Lajes das Flores, a colocação de novas gruas na Urzelina e Norte Grande e a diversidade de investimentos na ilha do Pico, confirmam a vontade e determinação deste governo em governar todos os Açores e com todos os Açorianos.

Muitas das infra-estruturas criadas e a criar são as primeiras desde sempre, sendo as respectivas necessidades bem antigas.

Paralelamente, trabalha-se no sentido de aproximar as nossas lotas dos grandes mercados de compra e venda de peixe europeus. Estudam-se sistemas informáticos

que permitam em tempo real, o acesso às nossas lotas por forma a poderem comprar, de preferência com vantagens para os nossos pescadores e armadores.

Aprofundam-se as negociações com países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e com as Canárias para diversificação de mercados e alternativas de pesca. Mantém e reforça-se o apoio ao DOP.

Em contra-ciclo, o governo regional incentiva a modernização das embarcações, estando prevista para 2004, 160 novas candidaturas, no âmbito da legislação para o efeito existente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, novas dificuldades surgem no horizonte. De 16 a 19 do corrente mês, os ministros das Pescas da União Europeia reúnem-se para discutir importantes assuntos que têm a ver com o

Sector. Referimo-nos à intenção do Comissário Franz Fischler de reduzir o esforço de pesca em percentagens dramáticas.

É mais um desafio que temos pela frente. Esperamos e desejamos que na hora de unir esforços estejamos todos do mesmo lado, sem fintas ou esquivas.

Temos de preparar respostas, encontrar soluções, e mais uma e outra vez, agir de forma determinada pelo respeito dos direitos e dos interesses dos pescadores e armadores e de todos aqueles cujas vidas dependem economicamente desta actividade.

O governo do PS continuará como tem estado sempre, em permanente defesa das suas lutas e das suas causas.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Poente nada de novo.

Como já foi aqui dito por muitos, este é o último Plano e Orçamento desta Governação que está no ocaso do seu tempo.

Muito do que tem sido dito nestes últimos anos tem de ser repetido, porque muito do que foi prometido em 1996 e depois em 2000 não foi cumprido.

A Ilha Terceira tem visto a sucessiva repetição das promessas alimentar a desilusão que sucede à ilusão dos anúncios.

A acção política não deve resumir-se a um rol de obras avulsas, mas porque a actual governação teve por base o pressuposto, em 1996, num denominado contrato com os terceirenses, que as promessas eram concretas *“assumindo o compromisso de (...) as cumprirmos escrupulosamente. Como são medidas concretas, será fácil, depois, aos eleitores avaliar o nosso desempenho”*.

É altura, pois, ao analisarmos aquilo que está previsto para 2004, de avaliarmos esse desempenho, constatando que algumas obras que deveriam estar acabadas há anos só para o ano irão ser concluídas.

Outras obras que também já deveriam estar finalizadas só agora serão iniciadas.

E outras que já deveriam estar em curso nem sequer irão começar.

Por exemplo, o Matadouro Industrial, prometido em 1996...

Deputado Paulo Messias (PS): Em 88.

Deputado António Gomes (PS): Em 88, com os apoios comunitários.

O Orador: ... como grande prioridade da Ilha Terceira, devendo ser construído até 2000, conforme declarações de membros do Governo Regional e deputados do PS em 21 de Novembro de 1996, em 30 de Janeiro de 1997, em 27 de Maio de 1997, em 28 e 29 de Novembro de 1997, em 22 de Abril de 1998, entre outras manifestações de fé, só vai ser concluído em 2004.

Ainda bem que vai ser feito, mas foram muitos os prejuízos causados aos nossos agricultores e, assim, à nossa economia por tão grande atraso.

Ao nível da rede viária foram feitas algumas intervenções, mas, no que respeita a novos troços de estrada, chega-se ao final desta legislatura e os cerca de 2 milhões de contos previstos para a Terceira são reduzidos a zero.

Em concreto, para 2004, dos cerca de 9.125 milhões de euros previstos para a Região, sem incluir as SCUTs, a Terceira tem zero metros e zero cêntimos.

Em relação à reabilitação de estradas regionais, a Terceira tem previstas duas obras.

A Estrada Cruz das Cinco/São Mateus/Silveira, já teve prevista a quantia de cerca de 900 mil contos, com verbas inscritas desde 1999, prevendo-se para esse ano o início da obra, que, de acordo com o PMP aprovado por esta Assembleia, deveria estar concluída em 2003, mas só vai iniciar-se em 2004.

E a Estrada Lajes/Praia da Vitória cujo início estava previsto desde 2000 com cerca de 310 mil contos para a intervenção em 6Kms de estrada – o Sr. Secretário Regional dizia ontem que não sabia onde é que isso estava, está no D.R. I Série-B, pg. 285 – passou a ver prevista a quantia de 140 mil contos para apenas 2,4Kms, menos de metade da verba prevista para menos de metade da sua extensão.

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, percebo que a discussão não é fácil, mas esta permanente interrupção...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: A prevista e prometida reabilitação da Estrada 12 Ribeiras/ Via rápida, desde 2001, com cerca de 550 mil contos, nem será iniciada nestes quatro anos.

Ao nível de Escolas de 2º e 3º ciclos a actual governação preveu a grande recuperação de uma e a construção de três escolas.

A Grande recuperação da Escola Francisco Ornelas da Câmara vai ser final e felizmente concluída apesar de tal estar previsto para 2001.

A Escola EB 2,3 Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, assumida como prioridade em 1996, com verbas previstas desde 1997, no valor global de cerca de 4 milhões de contos, repetidamente prometida por membros do Governo...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Isso é um atentado à inteligência!

O Orador: Eu já o esclareço sobre isso e relembro a sua posição sobre esta matéria mais à frente.

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Secretário, deixem o Sr. Deputado concluir a sua intervenção.

O Orador: ... e por Deputados do PS, por exemplo em 27 de Novembro de 1997, em 23 de Setembro de 1998, em 15 e 16 de Dezembro de 1998, ou, em 5 de Abril de 2001, quando o Senhor Secretário Regional da tutela afirmou que, e cito agora para lembrar-lhe, “*esta obra é essencial para o desenvolvimento da Ilha Terceira. Tudo farei para que ela se faça, porque é uma escola essencial*”,

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E continuarei a dizer a mesma coisa.

O Orador: ... adiantando que, e volto a citar, “*há a firme intenção de a concluir neste mandato*”.

(Aplausos da bancada do PSD)

Ora, neste mandato, o máximo que se poderá fazer é iniciar com 400 mil contos aquilo que se prometera acabar com mais de 4 milhões de contos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **Foi prometida por Aurélio da Fonseca.**

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): **Não é verdade.**

O Orador: As Escolas do Ramo Grande e Ferreira Drummond (Porto Judeu/São Sebastião) foram prometidas em 2000...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E a da Vila das Lajes.

Presidente: Sr. Secretário Regional, vai ter oportunidade para responder a tudo isso, mas agora deixe o Sr. Deputado concluir.

O Orador: Isto é um assunto muito sério. Estamos a discutir o último Plano e Orçamento desta Legislatura e percebo a aflição política que podem sentir, mas, por favor, ouçam a verdade e, sobretudo, lembrem-se daquilo que já disseram.

Presidente: Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Orador: As Escolas do Ramo Grande e Ferreira Drummond (Porto Judeu/São Sebastião) foram prometidas em 2000... e referidas por exemplo pelo mesmo membro do Governo, ainda a 5 de Abril de 2001, afirmando que, e volto a citar, “*nós estamos a trabalhar nos projectos*”, adiantando que “*nós vamos construir essas escolas. Temos toda a intenção de as construir e estamos a trabalhar nelas. (...) não ficarão concluídas nesse mandato. Serão lançadas, ficarão em andamento e serão obras que nós vamos iniciar*”

Foram lançadas, mas, também estas, ao mar das promessas não cumpridas,...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...porque tudo o que estava previsto e prometido também ficou reduzido aos zero cêntimos.

Em 26 de Novembro de 1997, o Senhor Secretário Regional da Economia, referindo-se à Aerogare Civil das Lajes, afirmava, e cito, “*haverá verbas em 1999 e 2000, o ano de 1998 é o ano em que se vai fazer um projecto para a reestruturação da própria aerogare, fazendo concurso e andar com a obra nos anos 1999 e 2000*”. Isto foi dito em 1997.

A obra parece que só vai começar a andar em 2004.

A Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória, prevista desde 1999 (cfr. D.R. I Série-B, pg. 7384(617)), continua também por iniciar.

Os estudos relativos ao novo Hospital da Ilha Terceira são referidos nesta Assembleia desde 16 de Dezembro de 1998, o que voltou a acontecer em 27 de Novembro de 1999.

Em 6 de Abril de 2001, um parlamentar socialista aclamava, e cito, “merece destaque (...) a consignação de verbas de 1,45 milhões de contos destinados à construção do Novo Hospital de Angra do Heroísmo”.

Em 25 de Março e em 11 de Abril de 2001, o PS da Ilha Terceira rejubilava com as verbas previstas para a “*construção de uma nova unidade hospitalar*”.

E em 14 de Janeiro de 2003 fazia a intrigante pergunta: “ *E quanto ao novo Hospital, o que diz o PSD ao facto de, neste momento, decorrerem já os estudos geológicos tendentes à sua implantação?*”

Secretário Regional dos Assunto Sociais (Francisco Coelho): Prometeram o novo Hospital de Ponta Delgada.

Deputado Bento Barcelos (PSD): E fez-se. Foi a maior obra da Autonomia.

O Orador: **O PMP chegou a prever cerca de 1.550 mil contos para o investimento.**

Para 2004, o Plano prevê apenas cerca de 40 mil contos para “*programas e estudos necessários á localização, definição e organização*”.

Resta a pergunta, esta sim intrigante, como é que se falava em estudos desde 1998, que seriam já geológicos em Abril de 2003, quando a sua localização só será definida em 2004?

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Os cerca de 200 mil contos, previstos para o Recolhimento de São Gonçalo desde 1997, em 2004 continuam reduzidos a zero.

Deixou de estar prevista qualquer verba para o Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo.

Cerca de um milhão de contos previstos para a nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, desde 1997, passam a cerca de 20 mil contos apenas para 2004 e para a elaboração do projecto.

A protecção da Orla Costeira da Terceira viu desaparecer mais de um milhão de euros, nada tendo previsto para 2004.

Não estamos, neste momento em concreto, a avaliar o que foi ou não foi feito, estamos a analisar o Plano e Orçamento para 2004.

E é olhando para o Futuro que desejávamos fosse concretizado aquilo que foi prometido e previsto fazer.

E é olhando para o Futuro que alicerçamos a Esperança de um Tempo Novo que os açorianos serão chamados a construir e, porque a Poente nada de Novo, que nasça esse outro tempo que traga nova Esperança à Vidas dos Açorianos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Deputado Nuno Amaral (PS): Esqueceste-te de falar do sismo de 80. Nós é que as construímos.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o Sr. Deputado Clélio Meneses tem uma visão bairrista do seu Concelho, da sua Ilha e dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que lhe disse isso?

O Orador: A Terceira neste momento tem um investimento de 30 milhões de euros no Plano Integrado da Baía de Angra.

O Porto da Praia da Vitória tem projecto que está praticamente aprovado no Fundo de Coesão e só poderíamos fazer esse investimento após a aprovação por este Fundo, no valor de 2 milhões de euros.

O projecto está pronta e vamos lançar o concurso mal tenhamos a certeza absoluta de aprovação no Fundo de Coesão.

Em relação à Aerogare Civil das Lajes, o projecto está pronto e foi lançado a 1ª fase do concurso. Também tivemos que aguardar pelo Fundo de Coesão. Concorreram nove empresas e as propostas foram abertas ontem e, portanto, no próximo ano vamos iniciar as obras.

Nós vivemos nos Açores e precisamos de investir naquilo que é prioritário, porque os nossos recursos são escassos.

Nós devemos olhar para os Açores de uma forma global e, sempre que possível, devemos aproveitar os nossos recursos. Seria incauto da nossa parte fazer investimentos no Porto da Praia da Vitória e na Aerogare Civil das Lajes sem que houvesse um programa comunitário que os apoiassem. Foi isso que fizemos. Isto é gerir bem os nossos recursos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que disse em 97 que ia avançar.

O Orador: Sr. Deputado, o Porto da Praia da Vitória em 1997 não tinha qualquer problema.

Quanto à Aerogare Civil da Lajes já foi feito o projecto, foi lançado a concurso e por se tratar de uma obra muito avultada (18 milhões de euros), havia que encontrar um programa comunitário que a apoiasse e encontrámo-lo. Já lançamos a 1ª fase antes mesmo de estar aprovado pelo Fundo de Coesão. Tivemos que fazer esta candidatura para podermos avançar com o projecto global.

É olhando para os Açores de uma forma global e tentando aproveitar os recursos existentes na Região e no País que se faz política.

Muito obrigado. (*)

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputado Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Se o Sr. Deputado Duarte Freitas tiver alguma coisa para acrescentar àquilo que ele disse, eu agradeço e prestarei os devidos esclarecimentos.

Relativamente aos esclarecimentos quero dizer o seguinte:

De entre as diversas citações que o Sr. Deputado Clélio Meneses fez, o elenco tem tudo de pouco sério, pouco minucioso e inclusivamente falta à verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só faltava esta!

A Oradora: Deixe-me que conclua.

Numa ilha em que temos obras tão importantes a decorrer, como a ampliação e construção da Francisco Ornelas da Câmara, no valor de 7 milhões de euros; a

construção do Matadouro Industrial da Ilha Terceira, há tanto ansiado pelos agricultores terceirenses, que está neste momento a decorrer e que será concluído em 2004; as obras contínuas na Secundária de Angra do Heroísmo; a remodelação das escolas do 1ª Ciclo; a construção das Escolas da Carreirinha, do Pico da Urze;...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto não é um relatório de actividades. Estamos a apreciar o Plano para 2004!

A Oradora: ... o Centro de Saúde da Praia da Vitória, construído e equipado por este Governo do Partido Socialista.

Podia ainda elencar um conjunto de outros investimentos, mas o tempo é escasso.

Os senhores não debateram nada, mas quiseram neste momento tentar fazer uma... nem vou classificar.

Portanto, o que eu quero dizer é que muito foi feito na Ilha Terceira. É evidente que ainda existe muito para fazer. Se tudo tivesse concluído não havia necessidade de mais governos nos Açores. É evidente que muito mais há para fazer, mas muito foi feito.

Este foi um Governo que trouxe muitos investimentos importantes à Ilha Terceira e continuará a investir, e bem, como tem feito, estabelecendo prioridades dentro dos recursos que tem disponíveis para o investimento nos Açores.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois é, Sr. Deputado Clélio Meneses, cá estamos outra vez na questão do desenvolvimento da Terceira.

A verdade é que o PS encontrou em 1996, na sua acção do Governo, a Terceira estagnada no seu desenvolvimento económico, cultural, desportivo, social, etc..

A verdade é que o discurso da mentira, da demagogia e do ilusionismo, em relação a algumas obras, é uma realidade e os terceirenses têm tido oportunidade de presenciar através do Sr. Deputado, na qualidade de responsável político do PSD-Terceira, uma delas, por exemplo, o Matadouro Industrial, a construção do 4º troço de acesso ao

Porto da Praia, que já tinha garantido fundos comunitários em 1990, como a estrada Agualva/Serreta, etc., e que não foram feitos pelos vossos governos.

De facto, foi essa realidade que nós encontramos ao entrarmos no Governo e é isso que nós temos vindo a fazer, fazer aquilo que os senhores não foram capazes de fazer em 20 anos e fazer muito mais do que isso.

Em relação à aerogare, só recentemente é que o Governo adquiriu os terrenos onde se encontra a aerogare civil. Os senhores tiveram 20 anos no governo e não foram capazes de resolver a questão dos terrenos onde está a aerogare, terrenos esses que não eram propriedade da Região. É essa a realidade do PSD.

Sr. Deputado, tanto se tem falado na discriminação do Concelho da Praia, mas o Centro de Saúde da Praia foi feito por este Governo, um dos maiores investimentos feitos nesta Região, assim como outras obras, por exemplo, a reconstrução da Escola Francisco Ornelas, uma série de estradas construídas, o apoio social e muito mais que é implementado no nosso Concelho.

Também não quero perder esta oportunidade para lhe falar da sua inoperância, como poder local, em não conseguir cumprir as suas promessas eleitorais.

De facto, é esta a realidade e os terceirenses e os praienses certamente terão em atenção esse modo de fazer política.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Começando por concluir, queria dizer que o Sr. Deputado Clélio Meneses não deve viver nem conhece a Ilha Terceira e como não vive ninguém se admira de nem sequer os seus fregueses o reconhecerem, porque é isso que se passa.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E a saúde?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Os das Fontainhas é que costumam conhecer.

O Orador: Sr. Deputado, nós que vivemos na Terceira sabemos o que é que lá foi feito e não serve de nada vir para aqui armado numa especial vocação de guarda livros, vulgo acta, trazer um conjunto de datas sobre coisas que, finalmente, se estão fazendo, como o novo Matadouro da Ilha Terceira,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Outra vez as crónicas de mal dizer!

O Orador: ... mas mentindo, por omissão, relativamente a outras coisas que foram ditas sobre a Escola de São Carlos e posso-lhe trazer um jornal “A União” de 1992 em que o então titular da pasta da Educação e Cultura, Dr. Aurélio da Fonseca dizia: “ Em 95 a Escola estará pronta”. Em 95 não ficou.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele nunca disse isso e senhor não vai conseguir provar.

O Orador: A verdade é que, como foi aqui referido, foi feita uma série de investimentos em toda a rede escolar da Terceira, tendo ficado para o fim exactamente aquilo que é e que será a Escola de S. Carlos.

Todos nós também nos lembramos do buraco na Praça Velha, do Caracol que nem andava a passo de caracol, da antiga Praça de Touros que foram grandes promessas do PSD da Terceira.

Quem é que criou as condições para, passadas décadas, essas situações serem, finalmente, resolvidas na ilha Terceira?

E o Centro de Saúde da Praia da Vitória que em 92 já tinha dinheiro no Plano, por que não começou depois de tanta vez prometido pelos governos regionais do PSD? Neste momento está pronto, com a qualidade que tem.

Relativamente à Aerogare Civil das Lajes, Sr. Deputado Clélio Meneses, deixe-me lembrar-lhe uma coisa: por acaso fui eu que negocieei, há dois anos, com a advogada dos proprietários a compra dos terrenos onde está a Aerogare Civil das Lajes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vocês estão a fazer obras em terrenos que nem sequer são vossos.

O Orador: Em 20 anos de governo regional do PSD, nem os terrenos foram comprados, Sr. Deputado.

Os terrenos estão comprados, a obra vai ser feita com a qualidade que nós vamos ver.

A respeito do novo Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, queremos que fique claro que a construção desse hospital é uma opção política, tomada pelo Governo Regional em 2000 – não me lembro de antes se falar nessa necessidade – e foi uma decisão política tomada atempadamente, atendendo aos estudos profundos, à complexidade que envolve necessariamente esse tipo de infra-estruturas.

Todos sabemos que têm vindo cá peritos que têm ido ao Hospital de Angra já a pensar no novo projecto e que ficam verdadeiramente surpreendidos com a qualidade que ainda tem, sejamos claros, aquela infra-estrutura. Oxalá que a maioria dos hospitais do País, em termos de infra-estruturas, tivessem aquela qualidade e se encontrassem naquele estado de manutenção.

Com a altíssima qualidade das infra-estruturas que temos em Centros de Saúde, no Hospital do Divino Espírito Santo, no Hospital da Horta e face aos investimentos continuados, é evidente que neste momento o hospital de Santo Espírito de Angra destoa, mas destoa, felizmente, por belíssimas razões.

Agora, o Governo Regional continua a cumprir o seu compromisso que é de avançar na definição, durante este mandato, daquilo que será o futuro Hospital de Angra do Heroísmo.

Pode o Sr. Deputado ficar descansado que isso será feito e vamos fazê-lo, não fazendo aquilo que durante 6 anos aconteceu nesta Região...

Presidente: Agradecia ao Sr. Secretário que concluisse.

O Orador: ... que foi, enquanto se construiu o Hospital de Ponta Delgada, não se investiu em mais nenhuma infra-estrutura de saúde na Região durante 10 anos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Não é verdade.

O Orador: Nós não vamos fazer isso.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não disse a verdade por desconhecimento ou por má fé.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Apenas quatro centros de saúde foram feitos no vosso tempo. Isso não lhe fica bem!

Presidente: Srs. Deputados, está muita agitação na sala, vamos recuperar a tranquilidade para continuarmos com o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sei se pelo facto daquela ilha gostar tanto das suas particulares festas de Verão, chamadas touradas, parece que sempre que se fala na Terceira, de facto, é sempre esse tipo de faena que vem ao de cima, mais do que outra coisa.

(Risos da bancada do PS)

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que não há nenhum terceirense, exercendo ou não cargos políticos, e nisto penso que posso englobar todos e de todos os partidos, que não gostasse de ver mais e mais investido na sua ilha. Penso que é um facto assumido e que ninguém terá dúvidas em relação a isso.

Portanto, o que importa é analisar o porquê dessa ambição, e não lhe chamarei desmedida, mas exacerbada, não poder ser na prática realizada e muito menos quando nesta espécie de guerra política se procura atirar com o odioso, agravando situações que, na verdade, não têm que ser agravadas, porque tem uma justificação própria para cada uma delas.

E, como aqui foram invocadas obras prometidas na Ilha Terceira e que algumas delas não tendo ainda sido iniciadas, outras não tendo sido concluídas, tudo isto na esfera do tempo de 7 anos, exige-se que o cumprimento da palavra seja ao milímetro, ou seja, aquilo que se prometeu no princípio do ano, quando chegar ao Natal desse mesmo ano esteja concluído.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: Para mostrar que, de facto, os partidos políticos têm muitas vezes que olhar para os calcanhares antes de olhar em frente para atingir uma posição de equilíbrio, sempre necessária e útil nestas coisas, gostaria de vos lembrar algo que eu próprio referi nesta Casa em 1997, aquando da discussão do Plano desse ano. Dizia então nessa altura, em relação àquilo que chamavam o último inventário de 20 anos de governação. Embora me referisse a algumas obras, fi-lo em relação aos 8 anos anteriores: “A estrada Lajes/Santa Bárbara teve início no PMP de 1989, em 1993 não houve qualquer execução, em 1994 contou com 215 mil contos, mas a execução foi zero; em 1995, apesar de ser dotada com uma verba de 300 mil contos, a execução, para não variar e ser coerente com o processo iniciado em 89, foi zero.

Em 1996 a Estrada Lajes/Santa Bárbara teve 675 mil contos o que teve como resultado que as despesas a mais atingiram praticamente os limites permitidos por lei. A execução foi de 70%, ou seja, 420 mil contos.

Isto é: numa estrada com 34 km, prometida em 1989 e durante oito anos executaram-se 8 km de estrada. O Governo do PS, como é óbvio, está acabando em 7 anos os restantes 26 km de estrada quando concluir o troço Santa Bárbara/Serreta.

O Porto de Pescas da Praia da Vitória ficou como ficou. Foi o Governo do PS que acabou a construção do porto de pescas e que está dotando aquele porto do equipamento e das condições necessárias para, de facto, ser um porto moderno.

Presidente: Agradecia que concluísse Sr. Deputado.

O Orador: O Centro de Saúde da Praia da Vitória, já aqui invocado pelo Sr. Secretário, teve início com o PMP de 89/92 e, como todos sabem, não vale a pena repetir, foi feito pelo Governo do PS, na sequência dessas promessas não cumpridas e nem sequer iniciadas.

Em relação à EB-2 e Ensino artístico de Angra do Heroísmo, a mesma integrou o PMP de 1989/1992 ...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Foi para comprar os terrenos.

Presidente: O senhor deputado tem que concluir.

O Orador: ... e, felizmente, agora há perspectiva de ter o seu início neste ano.

A Escola Francisco Ornelas da Câmara, essa nem tinha sido algum dia prometida. Parece que ninguém que fazia política no PSD teve algum dia algum filho a estudar naquela escola, nem sequer era lembrada pelos responsáveis da educação dos governos do PSD.”

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já vai em 5 ou 6 minutos para além do tempo destinado a esclarecimentos. Pode inscrever-se novamente para esclarecimentos.

O Orador: O entusiasmo às vezes leva a isso.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, percebo que a situação não é fácil e às vezes o desespero dá nisto. Acusa-se as pessoas de falta de seriedade, com mentiras e não comprovam nada. Dizem isso por dizer. Enfim, cada um dá o que tem.

Deputado Manuel Campos (PS): Os senhores são um bom exemplo.

O Orador: Depois dizem disparates, como, por exemplo, dizer que o PSD está contra a construção de uma escola. Isto cabe na cabeça de alguém? Dizem isso, porque lhes dizem para dizer, mas não sabem por que é que dizem.

Esse desespero já se viu no debate de 2003. Perante duas intervenções, em 7 minutos os senhores sentiram necessidade de 7 pessoas intervirem 9 vezes em 22 minutos. Isto dá para perceber mais ou menos qual é o sentido daquilo que está aqui em causa.

Percebo que isto tudo incomoda, percebo também que há aqui pessoas que estão incomodadas com citações e o que se fez foi citações daquilo que os senhores afirmaram e eu só lembrei aquilo que tinham dito, mas também que há pessoas incomodadas por não terem sido citadas. Essas não o foram, porque não disseram nada que merecesse serem citadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Só os importantes é que são citados.

O Orador: Em relação àqueles que merecem ser citados, há um Sr. Deputado que acabou de falar, que no dia 23 de Maio de 1997 disse o seguinte: “A diferença entre o passado e o futuro, é que as verbas inscritas nestes Planos são, de facto, para serem

gastas nos respectivos programas e acções. É essa a nossa profunda convicção”. Isto foi dito em Maio de 97.

Estamos no último Plano e Orçamento e muito daquilo que foi previsto não vai ser gasto. Que convicção é esta?

Também foi dito pelo mesmo Sr. Deputado, nesse mesmo dia, que a verba de 1,2 milhões de contos para a Escola EB 2, 3 e Ensino Artístico de Angra do Heroísmo é o sinal de que aquela escola não será mais motivo de preocupação. Isto foi dito em 97. Estamos em 2004 e o máximo que pode acontecer é a escola começar.

Mas há mais Srs. Deputados que merecem ser citados.

Perante o facto de eu em 2001 dizer que era apenas 1,4% de novos troços de estrada para a Terceira, veio logo alguém muito aflito dizer o seguinte: “De facto, eu concordo consigo. No ano de 2001 na construção de novos troços de estrada temos 1,4%, o que é pouco, mas, Sr. Deputado, ao fim de quatro anos temos 25% do investimento da Região”. Não tivemos, infelizmente 25%.

Não tivemos 1,4%, tivemos 0%.

Mas há mais:

Um outro Sr. Deputado dizia assim em 2001: “Relativamente ao último troço da via rápida até ao final do debate ainda irá ter algumas surpresas”.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O problema é que não foi no final do debate de 2001. Poderá ser em 2004, mas a surpresa ainda não apareceu.

Mas tem mais:

Penso que o mesmo Sr. Deputado em 6 de Abril de 2001 dizia: “Consignação de verbas no valor de 1 milhão e 455 mil contos destinadas à construção do novo Hospital de Angra”. Isto foi dito em 2001 e o máximo que poderá acontecer é o projecto de estudos para a localização e definição.

O mesmo Sr. Deputado, depois dizia em 22 de Janeiro de 2003 que havia uma comissão que estava a estudar, que não sabia bem o sítio, comissão essa que só foi criada seis meses depois, e que para o ano se continua a prever a localização do sítio onde se vai realizar a obra.

Os senhores, como vem sendo hábito, recorrem-se da figura parlamentar que é do passado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que o senhor acabou de fazer? O senhor citou alguma coisa do futuro? Só falou do passado

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente:

Os senhores demonstram, de facto, que este é um governo passadista.

Os senhores vêm para aqui com umas folhinhas amarelas do passado, querem fazer esquecer o passado de ontem e para isso vão buscar o que se passou há 10 e 15 anos atrás que já foi julgado.

Meus senhores, o que está aqui em causa não é o passado, mas, sim, o futuro...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exactamente. Concordo plenamente consigo!

O Orador:... e é preciso olhar para a frente.

Há pessoas que só olham para trás, ou dito doutro modo, olham para os calcanhares.

Eu estou sempre a olhar para a frente e os açorianos querem quem olhe para a frente.

(*)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho a noção de que não poderei gastar tempo e também não me vou alongar muito mais.

Mas uma vez que me é permitido usar da palavra novamente, para finalizar o que vinha dizendo antes e entrando na área da agricultura e do turismo, penso que nestas áreas a situação ainda era pior do que aquelas que eu acabei de invocar.

Também quero apenas dizer que a situação do turismo era catastrófica, com verbas inscritas nos sucessivos Planos do PMP 89/92 e com concretização na ordem dos 25% e menos.

Portanto, isto revela bem a importância que o governo do PSD dava a estes casos que hoje são, de facto, temas de vanguarda na governação do PS, com o resultado que todos estão vendo.

Concluo dizendo que a recordação deste passado é apenas para dizer que este Governo de tudo aquilo que é acusado indevidamente na Terceira de não fazer obras, de facto umas estão realizadas, outras estão em execução e outras estão para serem iniciadas, ou seja, nenhuma obra prometida é atirada para o esquecimento, como foi feito no passado, como acabei de demonstrar.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Em matéria de estradas regionais, eu penso que quem teve responsabilidades durante tanto tempo na governação dos Açores devia estar muito caladinho, por uma razão muito simples,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe a arrogância!

O Orador: ... é que os senhores são responsáveis por terem conseguido fazer apenas 4,1 km por ano, durante 20 anos. Nós fizemos três vezes mais, ou seja, 12,5 km por ano.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Olhe para trás.

O Orador: Os senhores comparam a nossa legislatura. A nossa legislatura é três vezes mais representativa, em termos de investimento e de realização, em matéria de estradas, do que a vossa.

Os senhores fizeram pouco e mal feito. Basta ver a estrada entre Angra e Praia onde ainda tenho um contencioso com o empreiteiro pelas freguesias; basta ver a miséria da chamada via rápida, que não o é, entre Angra e Praia, uma estrada de duas faixas com mais duas laterais para gado, que foi asfaltada à pressa para agora estar no estado em que está, mas nós já a estamos a reparar.

Deputado João Cunha (PSD): Os senhores também fizeram estradas há 3 anos que neste momento já estão a ser reparadas.

O Orador: Os senhores não têm nada para nos dizer em matéria de estradas regionais na Terceira.

A intervenção do Sr. Deputado Clélio é sintomática daquilo que nós sabemos.

O troço entre Lajes e Praia da Vitória é um troço que não é só entre a Rotunda do Aeroporto e a Igreja das Lajes.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que o disse.

O Orador: Nós estamos a pagar e vamos e pavimentar o troço entre a Rotunda da Aerogare e a Rotunda da Boa Vista, obras que a Câmara Municipal da Praia da Vitória está a fazer. Até aí o senhor tem pouca informação, por isso é que o senhor nem na sua freguesia ganha eleições. (*)

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desespero que era notório na bancada do Grupo Parlamentar do PS, assume-se à saciedade na bancada do Governo Regional, sobretudo na pessoa do Sr. Secretário Regional da Habitação, porque ao discurso do passado, discurso que é comum, vem sempre o discurso miserabilista. Para algumas pessoas tudo o que é do passado é negativo, tudo está mal.

Deputado Osório Silva (PS): Está a correr-lhe mal, Sr. Deputado.

O Orador: O que o Sr. Secretário José Contente veio aqui fazer foi um discurso miserabilista, um discurso das desculpas daquilo que os outros fizeram há 10 e 15 anos atrás. Sobre o que se tem passado nestes últimos anos, o senhor não diz nada.

O senhor não diz por que é que promete as estradas ano após ano e não as faz.

Sobre a estrada Lajes/Praia da Vitória eu gostava que o Sr. Secretário me dissesse qual foi o concurso que foi aberto para pagar aquilo que os outros estão a fazer? Eu sei muito bem o que é que estou a dizer, eu sei muito bem que os negócios que estão por trás disto tudo são negócios de calçada. É isto que está aqui em causa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: O senhor sabe muito bem que não abriu concurso nenhum para pagar obras de outras entidades.

Depois dessas insinuações gravíssimas que o senhor aqui fez, explique, preto no branco, onde é que foi aberto concurso, como é que vai ser pago a parte de estrada entre a Rotunda do Aeroporto e a Igreja de Santa Luzia.

Dizer palavras fáceis, atacar as pessoas, é fácil para quem não sabe fazer outra coisa. Nós exigimos a seriedade de quem tem responsabilidades públicas, porque está aqui em causa um assunto sério que não pode ser levantado com essa leviandade. (*)

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Falámos um pouco da história para se perceber como é que uns, de facto, não fizeram e outros vão fazendo, mas podemos também falar de algo contemporâneo, de algo em relação ao futuro e de algo que está acontecendo.

Gostaria de deixar a abordagem desta temática na ilha Terceira, lembrando que em 7 anos este Governo Regional construiu e recuperou 92,5 km de estrada. Isto é algo que já foi dito publicamente e que penso que interessa referir para se ter uma ideia objectiva do que está sendo o trabalho do Governo Regional naquela ilha e o Plano de 2004 indicia que se vai continuar nesse ritmo e é por isso que nesse aspecto nós estamos satisfeitos com a abordagem do Plano nesta matéria.

Em relação à agricultura, a Ilha Terceira ressuscitou desde que este Governo tomou posse. As infra-estruturas tão apregoadas e tão necessárias na área da agricultura, só principiaram a ser feitas, por todos os perímetros contemplando todos os lavradores, com a entrada em funções deste Governo há 7 anos.

Portanto, hoje, um pouco por toda a ilha, em todos os perímetros agrários existentes, foram executados vários quilómetros de caminhos construídos e vários quilómetros de rede de água, abastecendo milhares de hectares na Ilha Terceira.

Em relação ao abastecimento de electricidade à lavoura também se tem dado alguns passos, mas como é o último investimento nestas infra-estruturas anunciadas, é evidente que tem ido mais devagar, mas tem sido feito algum investimento, outros estão em perspectiva e em alguns casos existe algum retardamento na sua execução, mas isso deve-se ao empreiteiro, o que por vontade deste Governo já estariam concluídas.

Portanto, isto só para dizer que também no campo da electricidade não se está dormindo nem parado, vai é mais devagar, como é óbvio, do que os caminhos e o abastecimento de água.

Em relação à habitação, penso que o caso é tão flagrante que nem vale a pena aqui invocá-lo. As 605 casas construídas, durante a vigência deste Governo, nomeadamente para realojamento de famílias que viviam em barracas, julgo que são o significado da importância que este Governo dá ao sector da habitação.

Muito mais haveria para dizer, mas penso que estas são as situações mais relevantes do investimento na Ilha Terceira neste momento. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar um breve esclarecimento e para dizer duas coisas.

O Sr. Deputado Clélio Meneses escusa de ter fantasmas quanto à questão do concurso ou não concurso, ...

Deputado Osório Silva (*PS*): Ele é mais sério que os outros. Na Câmara da Praia é só gente séria!

O Orador: ... porque nós estamos a fazer intervenções na Terceira, nomeadamente na via rápida, com créditos que temos das empresas que ficaram com trabalhos a

menos, devendo ao Governo Regional ou à Região uma determinada quantidade de extensão de quilómetros de estrada.

Isso é perfeitamente normal e possível de ser feito.

Isso significa que, em vez da empresa repor à Região, utilizou em espécie.

Deputado Humberto Melo (PSD): Isso não está no Orçamento.

O Orador: Não existe nenhum problema nisto, porque as empresas que estão a trabalhar na Terceira e que têm efectivamente que repor à Região um crédito, esse crédito é repostado em espécie. Isso é perfeitamente normal.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não queria que o senhor dissesse.

Deputado Humberto Melo (PSD): Tem que estar no Orçamento.

O Orador: Os senhores não estão preocupados com aquilo que nós fazemos. Estão preocupados é com a obra feita.

Isto é perfeitamente normal, porque nós podemos transformar a espécie...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em fogo de artifício.

O Orador: ... em matéria financeira.

Há aqui coisas fundamentais. Os montantes envolvidos não requerem essas tramitações burocráticas que os senhores estão inventando.

Nós vamos continuar a reabilitar as estradas regionais da Ilha Terceira e vamos continuar a demonstrar que somos capazes de fazer mais e com menos dinheiro do que os senhores fizeram.

Isso é que vos dói.

Em 20 anos os senhores só conseguiram intervir em 82 km. Nós em 8 anos vamos fazer mais de 100 km. Essa é que é a grande dor do PSD.

O PSD nesta matéria não tem nada para nos ensinar.

Sob o ponto de vista das tramitações burocráticas, nós podemos falar nessas e em muitas outras que nós conhecemos também.

Deputado Victor Cruz (PSD): Pode falar à vontade. (*)

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como dizia na minha anterior intervenção isto é um assunto bastante sério, é um assunto que vai ter que ser esclarecido até ao último momento.

Eu gostaria de saber, e não é o momento agora, porque não está inscrito, qual é a posição do Sr. Secretário Regional das Finanças perante a gravidade daquilo que foi dito agora aqui. Estamos perante uma situação bastante grave, que revela alguma anormalidade, em que se manifesta que as obras e os investimentos se fazem sem ser necessário estar no orçamento, sem ser necessário estar orçamentado.

Há aqui violações básicas de regras fundamentais do orçamento. Isto é bastante grave.

O PSD não vai deixar que isto fique aqui e vamos tentar saber qual a posição final do Governo Regional sobre uma matéria com esta importância.

Infelizmente um debate sobre a Ilha Terceira e pelas várias tentativas de fugas, fugiu-se para um lugar que não se devia ter fugido e quando se foge para onde não se deve fugir, pode acontecer alguma coisa de mal. (*)

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, para cumprirmos o Regimento é preciso ter algum cuidado, As pessoas devem inscrever-se logo após a intervenção. Se são desafiadas a meio do processo, é uma questão complicada e todos temos que colaborar para cumprir o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para não pensarem que nós entramos nesse joginho que os senhores estão a fazer...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que o disse, não fui eu.

O Orador: ... eu gostaria de dizer uma coisa muito simples:

Ao longo do ano, o Governo Regional pode, de acordo com as verbas que tem disponíveis, abrir novas acções dentro do mesmo programa. Os senhores não têm nada a ver com isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai mudar!

O Orador: Isso é uma operação perfeitamente normal e possível dentro dos programas de cada uma das Secretarias.

Qual o problema de ao longo de ano haver uma abertura de uma nova acção dentro do mesmo programa?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a dizer uma coisa diferente.

O Orador: Os senhores não têm nada a ver com isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia ter feito isso no princípio.

O Orador: Foi isso que foi feito.

Escusam de escamotear a verdade, porque os senhores estão sempre preocupados com a mesma coisa, com aquilo que nós fazemos.

Nós vamos continuar, custe o que vos custar, a reabilitar as estradas regionais da Ilha Terceira e das outras ilhas.

Em 2004 vamos ter muitos quilómetros para inaugurar.

No próximo dia 14 vamos inaugurar a Envolvente à Ribeira Grande, mais uma obra que os senhores prometeram no Plano de 89.

É assim que nós vamos continuar a trabalhar. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não queria puxar mais pelo Sr. Secretário, porque cada vez que puxo ele diz mais uma coisa que não devia ter dito. Pelo menos isso fica registado.

Na óptica e no conceito de democracia do Sr. Secretário, não temos nada a ver com isso, nem sequer devíamos estar aqui.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Agora, o que é certo é que o Sr. Secretário disse aqui que faz obras nesta Região usando créditos de empresas, passando de um lado para o outro e que ninguém tem que saber. Isto é muito grave. O princípio da transparência orçamental está aqui completamente rasgado. Isto são posturas da acção governativa que nos devem merecer preocupação. Todos nós, que temos responsabilidades públicas, devemos neste momento, perante aquilo que foi aqui dito, estar bastante preocupados. (*)

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rápido para dizer o seguinte:

Em relação à discussão que temos oportunidade de ter aqui neste plenário, de facto alguma coisa vai ficar para os terceirenses e uma delas, Sr. Deputado Clélio Meneses, certamente não será os problemas dos terceirenses, mas sim os problemas do PSD.

O problema do PSD Terceira neste momento é o facto de ver a Terceira com obra.

O PS apresenta obra aos terceirenses e o pior ainda para vós é continuarmos em 2004 com obras estruturantes e importantes para o desenvolvimento da nossa ilha.

As diferenças entre os governos do PS e do PSD, em relação às estradas, como já foi salientado aqui, não é só a quantidade, mas também é a qualidade da governação. O que é mais estranho agora é criticar-se por se fazer.

Tenho dito.

Obrigado. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pretende a palavra para?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Para um requerimento à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando o debate a que acabámos de assistir e as afirmações proferidas pelo Sr. Secretário Regional quanto ao seu modelo de gerir as finanças públicas, nós queremos, pela gravidade das afirmações, requerer a transcrição, se possível ainda hoje, das declarações do Sr. Secretário Regional, para serem entregues ao Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Creio que não há mais ninguém inscrito para esclarecimentos. Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 11 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Povo Faialense tem memória.

Primeiro, uma memória sobre o Passado desta Ilha, sobre a sua grandeza relativa no todo regional. Todos nos orgulhamos desse Passado de expansão económica, social, política e administrativa, que teve no porto da Horta a sua génese, mas rapidamente envolveu a nossa cidade e ilha numa atmosfera de progresso e prosperidade. Não foi por acaso que ganhámos o estatuto de capital de Distrito e que, no desenvolvimento

deste nosso modelo de Autonomia, o Faial foi escolhido para acolher a Assembleia Legislativa Regional e duas Secretarias Regionais.

É mercê dessa memória que não nos conformamos com o desprezo a que temos sido votados. Tivéssemos estado sempre isolados e talvez nos custasse menos a pequenez dos que hoje nos abandonam Plano após Plano, Orçamento a Orçamento, ignorando o nosso Passado, congelando o nosso Presente, comprometendo o nosso Futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Povo Faialense tem memória.

E por isso sabe que os travões ao nosso desenvolvimento não foram accionados apenas há sete anos. Já o haviam sido antes de 1996, o que ainda mais agrava a nossa situação.

Valerá no entanto a pena reavivar a memória sobre as promessas não cumpridas pelos Governos Regionais do PS, previstas sucessivamente em Planos de Médio Prazo e Anuais mas nunca consubstanciadas em obras? Vale certamente a pena! Mas, desta vez, vamos afastar-nos da crueza das palavras e da frieza dos números. Vamos tentar concentrar-nos nos efeitos que a ausência de políticas e de obras concretas acabam por ter nas pessoas, afinal os principais destinatários e beneficiários dessas políticas e desses obras. Será indiferente para os faialenses a inclusão ou ausência nos Planos de verbas para a construção de obras essenciais para o nosso desenvolvimento? Será inócua a presença ou ausência de números, a inclusão só para que conste, o desaparecimento de certa verba apesar de a anterior não ter sido aplicada, sinal de que a obra permanece no domínio das intenções?

Certamente que não.

Não é indiferente que não tenha sido construída a Variante Horta/Castelo Branco, promessa de 1996 do Governo PS.

Porque a ausência dessa obra obriga a que o trânsito pesado continue a passar pela cidade, agravando o estado das nossas estradas e ruas, impedindo a libertação de certas zonas para peões, constringendo o desenvolvimento do comércio, criando mais problemas de trânsito e estacionamento, comprometendo o Ambiente e a nossa qualidade de vida.

Só a construção dessa variante permitirá igualmente, no seu troço sul, ligar este sul à zona industrial e desviar o trânsito pesado da Estrada da Lajinha, que está cada vez mais insegura e propiciadora de acidentes de viação. Só tal construção permitirá um acesso único ao Porto da Horta, que sirva simultaneamente o Hospital, a zona industrial, estruturas comerciais de dimensão acima da média e, até, o desenvolvimento turístico.

Quantas pessoas beneficiariam com tal obra?

Quantos industriais, comerciantes, consumidores, condutores, turistas e até doentes ficam prejudicados com a completa ausência de qualquer verba para a construção da Variante?

Mas poderia esta promessa não cumprida ter sido atenuada com a reabilitação da Estrada à volta da Ilha (ER n.º 1-1º), obra iniciada antes do sismo de 98 mas depois interrompida com a desculpa de que havia que investir na Reconstrução. Porque têm de ser punidos os açorianos que são também os faialenses por uma catástrofe da qual não tiveram culpa, sobretudo depois de obterem do Presidente do Governo Regional o compromisso solene de que a Reconstrução não afectaria o normal desenvolvimento do Faial? Porque têm de ver progressivamente as suas viaturas a degradarem-se mais rapidamente, apesar de pagarem os mesmos impostos e serem sujeitos às mesmas fiscalizações onde, naturalmente, mais vezes chumbam? Porque têm de ver constrangidas as suas perspectivas de desenvolvimento turístico, a qualidade no acesso a estruturas industriais e comerciais?

Quantas pessoas são afectadas diariamente com o estado lastimoso em que está aquela Estrada Regional que só no papel é de primeira e todas as outras estradas regionais?

Isto para já não falar das estradas no interior da ilha, as que ligam o Largo Jaime Melo à Ribeira Funda e à Ribeira do Cabo ou à Caldeira? Quantos agricultores, agentes de turismo, turistas e cidadãos estão prejudicados por mais esta obra não realizada?

Não posso deixar de lembrar aqui que aquela estrada ficou no estado deplorável em que se encontra porque foi sujeita a trânsito de pesados excedente para a construção da lagoa artificial para abastecimento de água. O Governo Regional comprometeu-se

a, mal terminassem os trabalhos naquela lagoa, repavimentar a estrada. Pois está a estrada na mesma, este Plano nada prevê para a sua repavimentação, e a Lagoa artificial não serve para nada. Para que nos serve a lagoa, sem uma rede de distribuição eficaz, que está a demorar enormemente? Quantos agricultores ficam prejudicados e com custos de produção agravados por não poderem ver a água da lagoa artificial da Falca abastecer as suas explorações agrícolas?

Quantos alunos, professores, pais encarregados de educação, pessoal administrativo e auxiliar sentem dia a dia as dificuldades de trabalharem numa escola secundária completamente ultrapassada, sem espaço ou condições didáticas-pedagógicas mínimas? Como combater assim a ilitercia, o analfabetismo, a falta de qualificação, da qual se ressentem depois os níveis de emprego, a produtividade, a fixação territorial da população, o desenvolvimento?

Quantos faialenses passam diariamente pela vergonha negra que é a Casa Walter Bensaúde, a Casa Grande onde devia estar a sua Biblioteca e Arquivo, numa palavra os seus livros, as suas memórias, os seus Anais?

Quantos atletas têm que treinar e competir noutras ilhas, por ausência do Parque Desportivo da Horta?

Quantos doentes e turistas poderiam visitar ou beneficiar das Termas do Varadouro, por cuja reabilitação e promoção não há qualquer verba inscrita neste Plano, diferentemente das do Carapacho ou das da Ferraria?

Quantos comerciantes, industriais, turistas e cidadãos beneficiariam da construção do prometido Campo de Golfe, da prometida preservação do Farol dos Capelinhos, da prometida ecoteca, do prometido Centro Equestre?

Quantos jovens desta e de outras ilhas beneficiariam com a construção da prometida da Pousada da Juventude?

Quantos sinistrados estão ainda com os seus casos por resolver, vivendo em condições bem diferentes das que lhes foram prometidas?

Queria aqui referir, em relação à intervenção que o Sr. Presidente do Governo fez ontem sobre este assunto, que na reunião de deputados eleitos em 2000, na qual também participei, foi apresentado pelo Sr. Presidente do Governo um

programa de trabalho, no qual a reconstrução ficava concluída em 2004, com orçamentação para 2005 para conclusão dos casos.

Queria entretanto dizer que isto não foi possível, na leitura que faço, por duas ordens de razões, uma interna que teve a ver com aspectos funcionais da própria reconstrução e com aspectos de resposta das próprias empresas que foram contratadas e uma externa que teve a ver com o sobressalto e a interrupção do financiamento que se deu em 2002.

Mas, o que é certo, absolutamente certo, é que a expressão muitas vezes usada pelo Partido Socialista e pelo Governo de que a reconstrução acaba em 2004, é uma expressão que não é absolutamente rigorosa, nem no sentido das empreitadas, porque foram retirados casos às empreitadas para que elas demorassem menos tempo e porque a Resolução desta Assembleia em relação à situação referente aos sem terra, já resolvida desde Setembro, só em Setembro é que o Sr. Presidente do Governo disse que a Resolução ia ser acatada e, portanto, esses 117 casos também são da responsabilidade do Governo Regional e vão começar a ser tratados no próximo ano.

A reconstrução, por estas razões, não pode efectivamente acabar em 2004

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se somarmos todos os prejuízos, se juntarmos todos os prejudicados, dar-nos-à muito.

Se somarmos as escassas obras realizadas e as verbas inscritas nos sucessivos Planos, dar-nos-à muito pouco. Se somarmos as escassas verbas inscritas no Plano de 2004 para o Faial, dar-nos-à quase nada.

Uma única esperança sobrevem com este Plano – a que seja o último a ser aprovado neste Parlamento por uma maioria absoluta.

Os faialenses nada beneficiaram com as maiorias absolutas passadas ou presentes, já ganharam a consciência de que nada ganharam com novas maiorias absolutas coligadas ou solitárias que nos roubam as perspectivas de desenvolvimento.

Os faialenses têm memória e dignidade.

A memória que lhes permite um justo orgulho pelo seu passado, a dignidade que lhes fará lembrarem-se dos que, neste Plano e nos anteriores, se esqueceram de que temos todo o direito ao mesmo Futuro a que aspira qualquer açoriano.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tenho a informar ao Grupo Parlamentar do PCP que esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria dar dois esclarecimentos muito simples ao Sr. Deputado José Decq Mota.

Em relação ao campo de golfe do Faial o projecto está pronto, o estudo de impacto ambiental também está pronto, uma parte dos terrenos estão já adquiridos e nós aguardamos que na privatização da Verde Golfe, o campo de golfe do Faial seja construído por um privado. Isso permite que a exploração do campo de golfe do Faial tenha uma exploração adequada, dado que qualquer privado que irá construir o campo de golfe, irá aproveitar as sobras para fazer investimento na área do turismo, provavelmente um hotel Risort, o que permitirá aumentar ainda mais a capacidade hoteleira da Ilha do Faial.

Em relação às Termas do Varadouro a situação é complexa, porque aquando do sismo de 98, a fonte termal existente desapareceu.

O Instituto Geológico-Mineiro, que esteve lá a fazer análises ao local, verificou que não era fácil reparar aquele furo onde existia a fonte termal.

Nós temos que encontrar um outro local para fazer uma outra perfuração no sentido de encontrar água para abastecer aquelas termas.

Esta situação que se vem arrastando já há muito anos, tem que ser resolvida duma forma, em termos de concessão do espaço, para que haja uma exploração privada daquele local, dado que as termas hoje em dia são exploradas, em quase todo o mundo, por privados ligados à área do turismo.

Gostaria também de mencionar que, durante estes dois mandatos do Governo do Partido Socialista, foram feitas obras extremamente importantes para a Ilha do Faial, uma delas foi a ampliação da marina que duplicou a sua área.

É preciso ser-se honesto quando se fala daquilo que não foi feito, mas deve-se também falar daquilo que foi feito e muito bem feito.

A reparação do Porto da Horta foi também uma obra extremamente importante, com uma verba bastante avultada e que foi feita por este Governo.

Em relação ao turismo gostaria de lhe dizer que o Hotel Fayal foi ampliado na altura deste Governo;

O Hotel do Canal também está a ser feito na altura deste Governo e será concluído ainda durante o mandato deste Governo. É feito por um privado, mas é com incentivos deste Governo;

Há também um Aparthotel que também recebeu incentivos, que está quase pronto;

Estão também a ser feitas obras de melhoria na Estalagem de Santa Cruz.

Há também um URBCOM que vai atingir um valor de 7 milhões de euros, que será aplicado aqui no Faial.

Portanto, muita coisa boa aconteceu no Faial, apesar da situação de calamidade que atingiu esta Ilha.

O Faial não perdeu o desenvolvimento, aliás acompanhou o desenvolvimento de todas as ilhas dos Açores e tem sido uma das ilhas que mais tem beneficiado com a governação socialista.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer que, em relação à intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, eu registo com muito interesse o facto de não ter ouvido, no meio de um discurso, que me parece demasiado pessimista, uma única palavra à construção da Fábrica de Lacticínios, felizmente, em desenvolvimento e que ficará concluída, ao que tudo leva a crer, no próximo ano e essa, sim, ser uma infra-estrutura que vem

colmatar um problema há muito sentido pelo principal sector económico da nossa ilha.

Quero também registar, para além daquilo que disse o Sr. Secretário da Economia, que os socialistas faialenses têm orgulho no que está feito, sobretudo no Hospital da Horta com a instalação de dois novos serviços, a unidade de cuidados intensivos e da hemodiálise, bem como tudo o que tem sido feito, o que constitui praticamente uma novidade, no que diz respeito à segurança social.

Por aqui me fico. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para fazer apenas um registo, que todos os faialenses não devem esquecer, dum afirmação que foi feita aqui e que deverá ser levada ao conhecimento de todos os faialenses, porque eu considero que esta afirmação é absolutamente surrealista, que é dizer que o Faial é da ilhas que mais tem beneficiado com esta governação socialista. Isto é surrealismo e puro humor negro.
(*)

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de aqui felicitar o Deputado Francisco Oliveira pela sua capacidade analítica de logo se aperceber que o debate que ainda agora ocorreu sobre a Ilha Terceira, se inseria nas festividades tradicionais e que muito gostamos, que são as touradas.

O que certamente não estava nas previsões do Deputado Francisco Oliveira, que é um excelente e reconhecido analista, era que desse debate saísse tão magoado e, portanto, com uma pega tão violenta o Secretário Contente. Isso é que estava fora dos planos.

Mas, o nosso povo também gosta de uma touradinha quando há sangue e o Secretário Contente estava a merecê-las. Acho que estamos todos solidários e oxalá que ele recupere, mas a marrada foi grande, Sr. Secretário.

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Membros do Governo:

Dada a má execução das programações do Governo Regional, este Plano para 2004 limita-se, no essencial, a dar andamento a acções em curso ou a retomar algumas das promessas inscritas em Planos anteriores.

Todos conhecemos em cada ilha dezenas de projectos inscritos nos Planos que nunca avançaram.

Ainda agora acabámos de ouvir em relação ao Faial, na intervenção do Deputado José Decq Mota, e noutras que durante estas longas horas de trabalho nos tem aqui envolvido, como por exemplo a ilha das Flores que ainda há bem pouco tempo o CDS/PP apresentou aqui um rol extensíssimo e que os ilustres deputados das Flores, da oposição, também já aqui apresentaram.

No que respeita ao meu circulo eleitoral, cabe-me a mim mais uma vez referir que este Plano Regional para 2004 é um mau documento.

Desde logo não efectua as correcções de programação anunciadas para compensar a Ilha pelo abandono a que foi votada pelo PS.

Por outro lado, não altera as medidas de política que conduziram à reconhecida marginalização da Terceira.

Finalmente, tratando-se do último Plano da Governação Socialista, nem tão pouco retoma todas as promessas inscritas nos Orçamentos anteriores.

Na análise ao documento as novidades são bem poucas, Srs. Deputados.

Vai ser concluído o famigerado Matadouro Industrial prometido pelo Governo Regional no Plano de Médio Prazo, aprovado há oito anos.

Apesar das sucessivas promessas anuais, o Governo do PS privou a Terceira, com graves prejuízos para a economia regional e para a própria ilha, de um Matadouro certificado que permitisse a valorização da fileira da carne.

Será que os Terceirenses ainda têm que agradecer, depois de terem sido enganados durante este período em que as verbas foram inscritas no orçamento e, desviadas no fim de cada ano.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Nas infra-estruturas da Educação, a situação que se vive na Terceira é reveladora da incapacidade de execução dos Governos do PS.

Este ano, finalmente, será concluída a grande reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, que durante cinco anos teve verbas inscritas no orçamento e também fazia parte do anterior PMP 1997-2000.

Mas o maior escândalo tem a ver com a Escola EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, prometida pelo Governo anterior do PS que inscreveu no PMP 97-2000 uma verba de 3,5 milhões de contos

Nos Planos de 1998, 1999 e 2000 voltaram a enganar os Terceirenses ao criarem grandes expectativas com a inscrição de avultadas verbas.

Em relação a 2001, o Governo Socialista tornou a prometer a referida Escola.

Para 2002, no âmbito do PMP, o Governo Regional fez aprovar um compromisso em dotar o projecto com 6,25 milhões de euros.

Para 2004 a construção da escola em causa tem uma dotação de 2 milhões de euros, o que, em ano de eleições, deve permitir o lançamento da primeira pedra, sete anos depois da data prevista.

Será que este tipo de administração socialista tem algum crédito, uma vez que pratica um tão descarado desrespeito para com este Parlamento e para com as populações interessadas?

Mas os Governos Socialistas não revelaram apenas incapacidade no arranque da construção dos grandes projectos escolares. Como já foi falado e é bom repetir, também nas pequenas construções do 1º ciclo, houve falhas inadmissíveis na programação.

O caso da Escola Básica do Porto Martins é bem elucidativo, já que prometida no início do mandato do Governo anterior. Os senhores estão no Governo há 7 anos

Entretanto a obra irá ser feita pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, com o apoio financeiro do Governo Regional, mas só em 2004.

Idêntica situação de não cumprimento se passou com a nova Escola Básica/Jardim de Infância da Serra de Santiago, dotada desde o PMP 1997/2000.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Já disse que se ia fazer.

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

As grandes promessas, Srs. Deputados do Partido Socialista, enunciadas durante a campanha eleitoral, não encontraram tradução credível nos documentos Governamentais.

Nem a Construção da EB 2,3 do Ramo Grande, nem a Construção da EB 2,3 de São Sebastião, nem a Construção da E, B 2,3 do Livramento, nem a Construção da Escola Secundária de Vila Franca do Campo, nem a Construção da EB 2,3 das Velas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Mas isso não foi retirado do PMP?

O Orador: Para o PS tratavam-se de projectos de grande importância e urgência para o sistema escolar. Todas acabaram por desaparecer.

De facto o Sr. Secretário deu a resposta e a resposta foi que todas elas foram retiradas do PMP. Sr. Secretário, a questão está aí, porque essas é que eram as promessas novas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Essas não foram as promessas novas!

O Orador: Sr. Secretário, isto tem que ser visto com muita seriedade.

Quais eram as propostas novas do Partido Socialista?

Qual foi o compromisso que o Partido Socialista assumiu com os açorianos, em matéria de construções escolares, e, neste particular, com os terceirenses.

O compromisso novo era fazer essas escolas. O compromisso não era fazer as Escolas Francisco Ornelas da Câmara e a Secundária de Angra que estavam inscritas em 97. essas escolas diziam respeito ao compromisso do 1º Governo Regional de 97. Portanto, o que o CDS/PP diz e os senhores confirmam, e toda a gente tem que confirmar, é que estamos fazendo no segundo mandato grande parte e alguns dos grandes projectos do primeiro mandato do PS e no caso da Ilha Terceira, no caso da Ilha do Faial, no caso da Ilha das Flores, por exemplo, que têm sido aqui muito falados, esta situação repete-se e, portanto, sob esse ponto de vista, este foi um mau governo.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação aos principais projectos, na área das estradas, o baixo grau de execução foi alarmante.

Os socialistas, durante estes sete anos, foram embalando os terceirenses com a lenta execução da estrada Aqualva – Santa Bárbara.

Mas o exemplo do rigor, seriedade político e capacidade de execução destes Governos do PS está espelhado no projecto de conclusão da via rápida e ligação ao Porto da Praia.

Esta obra só não foi feita por birra e má vontade do Governo Regional.

Desde 1997 que tem havido dotações anuais para esta obra. Mas o Governo Regional fez questão de massacrar os terceirenses, suscitando dúvidas e polémicas acessórias, como pretexto para adiar este projecto.

Foi o numero de faixas de rodagem. Os senhores lembram-se dessa brincadeira. Foram as dúvidas sobre os alertas dos órgãos de Freguesia do Cabo da Praia, que eram legítimos, mas nunca poderia ser um pretexto para não se fazer, foram ainda as declarações de membros do Governo contrariando a prioridade que o Parlamento havia dado àquele projecto.

Entretanto a reabilitação da via rápida Angra-Praia tem vindo a processar-se a um ritmo lento, bem como a recuperação da estrada do litoral. Mesmo assim tivemos sorte do Presidente da República passar por uns troços, escolhidos a dedo, e sempre

se arranhou um bocadinho de alcatrão para pôr à frente de algumas casas. Foi isso que se conseguiu.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa lá arranhou maneira do Presidente da República passar no quintal e lá teve um bocadinho da estrada arranjada. Eu não tive essa sorte. Por outro lado, a reabilitação da estrada 1-1ª Cruz das Cinco – Silveira estava dotada no Plano de Médio Prazo 97/2000, e teve uma dotação de 750 mil euros para o ano das eleições de 2000. Os terceirenses votaram mas nada se fez.

No âmbito do PMP 2001-2004 comprometera-se a avançar com a obra em 2002, reservando uma dotação de 1,8 milhões de euros.

Como toda a gente sabe o Secretário contente não cumpriu com a palavra.

Como vamos ter eleições em 2004, à boa maneira socialista, o Governo propõe-se, oito anos depois, realizar a obra.

Será que este Governo Regional do PS merece algum crédito político?

Finalmente, a repavimentação da chamada estrada Praia–Lajes avança, com uma particularidade, de uma eleição para a outra o projecto muda de nome, passa a ser Lajes–Aeroporto e os Governos do PS, em quatro anos, não foram capazes de fazer o Praia–Lajes, o que deixa antever alguma discriminação autárquica. Alguma coisa foi.

Como dizia o Deputado Duarte Freitas há bocadinho, com muita graça, “parece que estamos naqueles concursos da Galp”.

Parece que a relação do Governo com algumas empresas é tipo senha. Há empresas que têm muitos pontos e por isso vão fazer mais obras.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso é demagogia barata!

O Orador: **O senhor é que vai explicar o disparate que disse aqui.**

Ó Sr. Secretário, passa pela cabeça de alguém aqui dentro que o Governo Regional dos Açores tenha conta corrente com empresas de construção civil? Passa pela cabeça de alguém dos Açores que o Governo Regional quando quer fazer uma determinada obra diga a uma empresa de construção civil: “Aquilo que nos devem, passem para alcatrão e vão fazer aquela obra”.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **Isso é falso e ninguém disse isso.**

O Orador: **Isto é um disparate, isto não é construção.**

Os açores não caíram. Os senhores tratam os Açores como se tivesse havido um sismo nos Açores, mas isso não aconteceu e o povo dos Açores é que vai resolver isso.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **O senhor está a mentir.**

O Orador: **Está assim demonstrado que a actuação deste Governo Regional, em matéria de reabilitação de rede rodoviária, tem sido vergonhosa e de molde a desacreditar a sua capacidade de programação e de execução.**

Mas, o fracasso da acção do governo, em relação à Terceira, é muito mais vasto. Continua a constatar-se a ausência de qualquer política de valorização e de dinamização do Porto Comercial da Praia da Vitória, prometida por este Governo.

A pretexto de uma maior racionalização do sector, assiste-se a um esvaziamento da capacidade de gestão daquela unidade portuária através das medidas centralista do Governo do PS.

É um escândalo o que se tem passado com a lenta dotação daquela infra-estrutura em equipamentos indispensáveis à sua boa operação.

Ainda há uns pobres que se riem quando alguém tem a obrigação de trazer aqui o caso do famigerado rebocador. Devíamos todos ter vergonha...

Deputado Fernando Lopes (PS): E decência.

O Orador: ... e quem é deputado pela Terceira devia ter maior respeito por aquilo que se passa lá.

O rebocador está prometido há sete anos e ainda não chegou, é uma afronta aos interesses económicos da Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A ausência da requerida prioridade na recuperação do molhe do Porto é inadmissível e preocupante, já que a frágil e danificada estrutura vai ter que enfrentar mais um inverno.

Não menos relevante é o facto do Governo chegar ao seu último ano de mandato sem avançar com a construção da gare de passageiros naquele Porto. O que lá se passa durante as operações dos navios é uma vergonha, que só tem paralelo nos países do Terceiro-Mundo.

Os passageiros não têm qualquer protecção. Toda a operação se desenvolve num caos organizativo. Para além de afectar os utentes, que também são açorianos e têm o direito de serem tratados como gente, a imagem que advém para o turismo é a pior. Aliás, o mesmo terá que ser dito em relação à aerogare das Lajes, cuja degradação atingiu proporções lamentáveis e vergonhosas, e que só agora aparece nas preocupações do Governo Regional, quando se trata da principal estrutura do género sob a sua tutela e serve o segundo aeroporto civil mais importante dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o seu tempo esgotou-se neste momento. Agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

De nada serve o reconhecimento feito pelo Presidente do Governo sob o efectivo esquecimento da Terceira e seu esvaziamento no contexto regional, quando ele próprio e o seu Governo prosseguem, ano após ano, Plano após Plano, a sua política de marginalização, que condiciona o desenvolvimento da Ilha.

Para além de estar fora de causa que um Deputado eleito pela Terceira possa apoiar um Plano Regional que, no essencial, se propõe fazer em 2004, o que havia prometido, e não fez, em 2001, 2002 e 2003, é nossa expressa obrigação repudiar esta política e fazer a denúncia da postura governamental que levava à inscrição nos planos de projectos para a Terceira que antecipadamente sabia não ir executar, embora tivesse os meios financeiros necessários.

Os terceirenses conscientes não podem perdoar este Governo Regional Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ontem veio falar de estatísticas, comparar trimestres. Só faltou falar no cimento do Porto Martins ou da sua rua.

De facto, eu ontem tive oportunidade de desmentir, de uma forma clara e evidente, tudo o que ele disse. Há que comparar as coisas que são comparáveis.

Não é disso que eu venho aqui falar, mas a demagogia hoje continua.

Em relação ao rebocador, um rebocador é algo que tem que ser feito, não é algo que se compre num supermercado.

Neste mês chegam os rebocadores para a Horta e para a Praia da Vitória e fica este assunto terminado.

Foi feito um concurso, a obra foi adjudicada, estão prontos e já estão a caminho. Não sei quando é que vão chegar, porque depende do tempo. Agora que os rebocadores chegam este mês à Horta e à Praia da Vitória é quase uma certeza.

Quanto ao Porto da Praia da Vitória, como sabe foi afectada a parte portuguesa e a parte americana, fomos os primeiros a reparar a parte portuguesa naquilo que era essencial, porque sabíamos que o Porto das Praia da Vitória precisava de uma grande reparação.

Já foi explicado aqui há bem pouco tempo ao Sr. Deputado Clélio Meneses por que é que fizemos um grande plano para o Porto da Praia da Vitória, de 22 milhões de euros. Não só será reparado o Porto como será feito um novo projecto para os graneleiros, como também um aumento do porto para cruzeiros.

É um projecto complexo e está pronto, mas teve que aguardar, porque nós estávamos à espera que este projecto fosse aprovado no Fundo de Coesão.

Seria errado da nossa parte fazer aquela grande obra sem esperar pela sua aprovação no Fundo de Coesão.

O projecto está praticamente aprovado e quando isso acontecer será logo lançado a concurso.

Fizemos de uma forma correcta, porque defendemos os Açores.

Até agora o Porto da Praia da Vitória não ficou nada beliscado por causa disso, porque toda a zona comercial foi protegida. Qualquer barco comercial que entre no Porto da Praia da Vitória não é afectado em nada pela infra-estrutura que está neste momento a funcionar em pleno.

Em relação à promoção do Porto da Praia da Vitória, nós temos feito aquilo que toda a gente pode fazer. Nós fomos para os Estados Unidos, tentámos convencer pessoas para instalarem lá indústrias na área de construção naval de recreio náutico.

Eu tive há pouco tempo com a AIP, com o Professor Miguel Cadilhe a tentar fazer um dossier para que haja um interessamento a nível internacional daquela infra-estrutura, mas é evidente que é um assunto que não é fácil. Se fosse assim tão fácil, o governo do PSD já tinha feito melhor no passado. Não foi feito ainda, mas estamos a trabalhar e a tentar encontrar investidores estrangeiros que queiram investir no Porto da Praia da Vitória. É isso que estamos a fazer.

O Sr. Deputado esqueceu-se propositadamente de dizer que aquele Porto tem uma grua que custou 2,5 milhões de euros, coisa que nunca teve no passado.

O Sr. Deputado esqueceu-se de dizer que nós investimos 30 milhões de euros na recuperação do Plano Integrado da Baía de Angra.

O Sr. Deputado esqueceu-se de dizer que o turismo na Terceira deu uma volta de 180 graus.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Quando eu cheguei ao Governo, tinha o Hotel de Angra com reclamações, tinha o Quinta do Caracol totalmente degradada e havia um buraco na Praça Velha.

Hoje a Terceira tem um parque hoteleiro novo e recuperado. A Terceira foi das ilhas que mais cresceu em termos turísticos.

É evidente que não é fácil, de um momento para o outro, aumentar a taxa de ocupação da ilha Terceira. Nós estamos a trabalhar nisso.

Acredito que o sector do turismo pede meças a qualquer outro sector e em qualquer outra região do País. Nós estamos sempre à frente em qualquer indicador.

Foi pena que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ontem não tivesse assistido à minha intervenção, porque ficaria claramente esclarecido sobre tudo o que disse.

Obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não aceito afirmações falsas, até torpes de contas correntes e Galpes e não sei que mais, que o senhor tentou dizer nesta Casa, como bastas vezes o faz, com uma irresponsabilidade medonha. O que foi dito aqui é perfeitamente claro.

Entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Praia da Vitória está tudo muito bem esclarecido e, portanto, nessa matéria não tenho mais nada a acrescentar do que aquilo que existe.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que o Governo Regional, e já o disse aqui hoje, mas volto a repetir, não tem nada que se envergonhar da obra que fez na Ilha Terceira, em matéria de estradas regionais e isso comprova não só o investimento como o número de quilómetros, que é um dado efectivo e real, mais do que as suas afirmações demagógicas acerca da falta de investimento ou de falta de realização nas estradas da Ilha Terceira.

Nós não só acabámos e estamos a acabar obras importantes que foram mal lançadas, que tivemos que corrigir e por isso é que elas levaram mais algum tempo, como no caso Lajes/Santa Bárbara, como avançámos para muitos outros investimentos que perfazem um total de 100 km no final do próximo ano. Isto corresponde a um investimento superior a 27 milhões de euros nestes 7 anos.

Isto significa que há um investimento claro e real nas estradas da Ilha Terceira e não é com afirmações demagógicas, não provadas, dos números, sob o ponto de vista da realização, que se desmente a obra que todos os terceirenses vêm em matéria de estradas regionais.

Vamos continuar a executar o que está previsto e planeado.

Portanto, se o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pensava que, na linguagem tauromáquica, vinha machucar fosse o que fosse, acaba por sair colhido. (*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o seu PP até agora só tinham um problema, era repetir da melhor forma que pudesse e a seu modo, sempre igual há 20 e não sei quanto anos, o mesmo desafio de catástrofes e desgraças, a mesma impossibilidade de perceber que possa haver coisas diferentes numa Região, que não é o prolongamento de outra coisa qualquer, que ele agora quer, por força, estender à Região.

Para além desse problema de repetir à sociedade civil, a sociedade civil na Terceira pronuncia-se precisamente em sentido contrário ao da nova/velha coligação, porque tristemente vem lamentar o elogio e a aclamação deste Plano Regional. A única coisa que lhe resta é vir lamentar-se que a sociedade civil de repente acordou e percebeu o que é que estava a ser feito.

Contra isto não há sequer a possibilidade de dizer que o que o PS prometeu de novo não fez. Por exemplo na Terceira prometeu de novo iniciar o processo de construção das escolas EB- 2, 3 do Ramo Grande e de Ferreira Drummond. Prometeu iniciar e tem esse processo iniciado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Zero cêntimos.

O Orador: Digo-lhe mais:

Tem 37 iniciativas previstas para 2000/2004. Sabe quantas falharam, todas com explicação política para não terem sido feitas? Tantas como 4 em duas áreas, ambiente e solidariedade social. Falharam 4 em 37 iniciativas.

Há mais uma que agora foi aqui objecto de novo enunciado e de referência, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a aerogare das Lajes, que nem estava entre as nossas promessas e está dotada para ser feita.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Estava no Plano.

O Orador: Meus senhores, deixamos as promessas cumpridas, tiro-lhe quatro e acrescento mais uma que é aerogare da Lajes. Agora compare a aerogare das Lajes com a Casa do Povo das Doze Ribeiras, por exemplo, compare uma com a outra, uma que esteve prometida e a outra que não está e diga-me lá se os terceirenses ficaram ou não prejudicados.

Efectivamente o senhor chega tarde a este debate e chega tarde com a política donde nunca saiu e que os açorianos o têm sistematicamente remetido ao seu lugar.

Agora na Terceira tem um novo problema, onde é que aquelas aspirações irrealizáveis da Terceira, mas perfeitamente legítimas, se vão acolher. Até aqui acolhiam-se nos braços do PP, agora nos braços do PSD mais PP não se podem necessariamente acolher, porque os terceirenses não esquecem como a Terceira ficou isolada e estagnada até 1996. Não esquecem e beneficiam desse salto qualitativo dado na Terceira que é para continuar.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Concordando com as intervenções dos Srs. Deputados Clélio Meneses e Alvarino Pinheiro sobre os investimentos públicos na Ilha Terceira, gostaria de perguntar aos ilustres Deputados do Partido Socialista, se o Matadouro Industrial da Ilha Terceira vai ter a secção de abate de aves.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que li a minha intervenção de modo a ser esclarecida, mas talvez não.

Eu tenho que repetir algo daquilo que disse, porque o Sr. Deputado Dionísio de Sousa disse aqui coisas que eu já tinha esclarecido antes.

Por exemplo diz que a escola do Ramo Grande e Ferreira Drummont, de Porto judeu e S. Sebastião, estão como estavam antes, que o processo está a andar.

Eu repito aquilo que já disse aqui, que é uma citação de declarações de 5 de Abril de 2001, que diziam o seguinte: “Nós estamos a trabalhar nos projectos”, adiantando que “nós vamos construir essas escolas”, “temos toda a intenção de as construir”, “estamos a trabalhar nelas”, “não ficarão concluídas neste mandato”, “serão lançadas”, “ficarão em andamento” e “serão obras que nós vamos iniciar”.

Eu pergunto: Como é que vão iniciar uma obra em 2004 se o que estava previsto passou a zero cêntimos de verbas previstas? Explique-me isso, porque eu ainda não percebi.

Segunda questão:

O senhor vem dizer também aqui que nunca ninguém falou da Aerogare Civil das Lajes. Os senhores é que inventaram há meia dúzia de dias que isso não estava prometido.

Eu vou repetir aquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Economia em 26 de Novembro de 1997, que é o mesmo que é agora, e dizia assim: “Haverão verbas em 99 e 2000. O ano de 1998 é o ano em que se vai fazer o projecto para a reestruturação da própria aerogare, fazendo concurso e andar com a obra nos anos de 99 e 2000”. Isto foi dito em 1997. Está previsto desde 1997 e não venham para aqui dizer agora que não estava prometido.

Ramo Grande e Ferreira Brummont foi tudo reduzido a zero. A outra estava prometida.

É preciso dizer as coisas com correcção e com rigor. Percebo que, perante as circunstâncias, possa não haver grande precisão naquilo que se diz, mas que fique esclarecido aquilo que já tinha sido dito antes. (*)

Vozes da bancadas do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para prestar um esclarecimento sobre o Matadouro Industrial da Ilha Terceira que, como diz o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, infelizmente, vai estar concluído até ao fim deste mandato.

Infelizmente, tenho sérias dúvidas sobre as obrigações contratuais entre o Governo Regional, a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a Sociedade que gere o Parque Industrial, se vão cumprir a sua parte no que respeita aos arruamentos previstos para acesso, no que respeita às facilidades contratadas, ainda não construídas e necessárias ao funcionamento pleno desta unidade. Aliás, já tinha alertado isso no primeiro mandato nesta Casa.

Muito obrigado. (*)

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu perguntei à bancada do Partido Socialista se o Matadouro Industrial da Ilha Terceira ia ter a secção de abate de aves, mas não tive essa resposta.

A informação que eu tenho é que não vai ter essa secção e sendo um matadouro industrial, havendo cada vez mais o consumo de aves na Ilha Terceira, acho inaceitável que o matadouro industrial em construção nesta ilha não tenha a secção de abate de aves.

Neste momento, já é objecto de crítica dos empresários do sector na Ilha Terceira.

Se foi construído no Matadouro Industrial de São Miguel, e muito bem, por que é que não é construído no Matadouro Industrial da Ilha Terceira?

Acho que esta questão é pertinente e gostaríamos de ter essa questão.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu esperava de não ser instado com tanta veemência para uma explicação dessas, mas tenho que confessar que em relação a essa secção de frangos da Ilha Terceira, não consigo dar-lhe qualquer informação. Gostaria de ter essa informação, mas não tenho.

Confesso a minha estrutural ignorância nessa área. Lamento desiludí-lo.

Talvez daqui a algum tempo consiga responder à sua instante solicitação.

Eu também começo a ficar preocupado com esse drama, mas lamento não o poder satisfazer.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

O que eu disse em relação à aerogare foi que ela não estava efectivamente nos nossos compromissos.

O mesmo acontece com o início da construção do novo Hospital de Angra nesta legislatura. Foram os deputados do PS da Terceira que se anteciparam ao Governo, anunciando, nas vésperas de uma visita do então líder do PSD ao Hospital de Angra, o início do processo de construção do Hospital de Angra do Heroísmo, que não sei também, neste momento, que secções é que terá.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Espero que o Deputado Bento Barcelos não me venha perguntar.

Respondo-lhe antecipadamente dizendo que desconheço as valências do Hospital de Angra.

Peço desculpa ao Sr. Deputado e ao plenário, mas desconheço, efectivamente, essa matéria.

Obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos. Agradeço que seja breve, porque estamos em cima da hora regimental.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Vou ser muito breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Entraram na galhofa, porque não têm resposta concreta em relação a esta matéria. Por isso, como a bancada do Partido Socialista não respondeu, pergunto ao Governo: o Matadouro Industrial da Ilha Terceira vai ter a secção de abate de aves?

Gostaria de ter resposta.

Deputado Mark Marques (PSD): É só o de S. Miguel. O da Terceira não vai ter.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa e ao Sr. Secretário Regional da Economia que disseram que a construção do novo Hospital não era um compromisso do PS, mas a recuperação do actual.

Eu li na minha intervenção e vou ler de novo o que disse o Sr. Deputado do PS nesta Casa a 6 de Abril de 2001: “Merece destaque a consignação de verbas no valor de 1,45 milhões de contos destinados à construção do novo hospital de Angra do Heroísmo”. Isto foi dito a 6 de Abril de 2001, página nº 18 do respectivo diários das sessões.

Isto foi dito nesta Assembleia, lugar mais nobre da Autonomia dos Açores para assumir compromissos. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes. Peço-lhe também que seja breve.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sobre os ditos frangos...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Aves.

O Orador: ... eu queria informar a Câmara que o Governo Regional tomou a decisão já há largo tempo de não promover investimento público na área das aves, porque existe investimento privado, nomeadamente um investimento já realizado e outro neste momento já candidatado por empresários privados da Terceira, que vai ser construído.

Como é evidente o Governo Regional e o PS não querem substituir-se à iniciativa privada.

Muito obrigado. (*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia. Agradecia a maior brevidade.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para um breve esclarecimento.

Aquilo que o Sr. Deputado Clélio Meneses disse, está a confundir uma afirmação minha em relação à reparação da aerogare que já foi feita.

O que nós estamos aqui a falar é dum projecto que envolve 18 milhões de euros, 3,6 milhões de contos.

São coisas completamente diferentes, porque uma coisa é reparar, e essa reparação foi feita, que custou cerca de 300 mil euros, mas foi preciso fazer um projecto. Isso foi feito na I Legislatura.

O que estamos aqui a falar, nesta legislatura, é de um grande projecto para uma nova aerogare, no valor de 3,6 milhões de contos, que ficará implantada naquele local e que será feita por fases.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Convoco os líderes dos Grupos Parlamentares e a Sra. Secretária Regional Adjunta se encontrarem comigo no meu gabinete para acertarmos os trabalhos da parte da tarde.

Entretanto, peço a vossa atenção para os tempos ainda disponíveis:

PS – 68 m

PSD – 65 m

PP – 0

PCP – 0

Governo – 33 m

Bom almoço e até às 15,00 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Agradecia que me fizessem chegar à Mesa as inscrições para a parte final deste debate. Neste momento só tenho inscritos a Sra. Secretária Regional Adjunta e o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Queria também informar a Câmara, e pedia a vossa atenção, de que na reunião da Conferência de Líderes, realizada há bocado, ficou acordado que os nossos trabalhos seriam retomados amanhã às 10,00 horas, que terá como primeiro ponto o período destinado ao tratamento de assuntos políticos, que decorrerá entre as 10,00 e as 12,00 horas. Das 12,00 às 13,00 horas vamos debater os dois diplomas que estão na agenda, a eleição dos nossos representantes no Conselho Económico e Social e dois pedidos de autorização do Tribunal. Esta será a programação dos nossos trabalhos de amanhã.

Relativamente ao dia de hoje foi também acordado que o debate terminaria cerca das 17,00 horas, iniciando-se de seguida as intervenções finais.

Anunciado o resultado da nossa Conferência de Líderes, dou a palavra, para uma intervenção, à Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Esta Assembleia tem vindo ao longo destes três dias a debater o Plano e o Orçamento para 2004, sendo certo que muito mais o Plano do que o Orçamento e na ausência de um contributo efectivo da oposição. Debatendo-se muito mais o Plano do que o Orçamento opera-se este facto curioso de tentar tomar a parte pelo todo, como se tal se pudesse fazer nestas matérias. Relegando para segundo plano o rigor que continua a caracterizar a gestão das finanças regionais e concentrando a atenção

exclusivamente no Plano de investimentos. Aquilo a que temos assistido nestes dias de debate é a uma oposição que se entretém a elencar obras; as prometidas e – diz ela – não cumpridas, as prometidas e cumpridas, e as que mesmo não estando prometidas se cumpriram. E aferem-se argumentos mais ou menos engenhosos para atingir este fim, mas sempre mais demagógicos do que sérios, e mais alarmistas do que fidedignos. E faz-se um pouco de tudo, mesmo que a estratégia seja a de não fazer nada. Desmerece-se a seriedade do debate sectorial, e a análise rigorosa das suas opções. Que nada disto importa afinal a uma oposição agora entretida com o silêncio parlamentar que há-de preencher futuras e pretéritas conferências de imprensa.

Preferindo esquecer de que esta matéria se assume como um dos momentos mais significativos do debate parlamentar, a oposição regional desfia o rosário costumeiro do incumprimento, mesmo que... do já cumprido, chegando a criticar-se, à falta de melhor, até a obra que começou por ter... efectivamente começado. Quanto mais se avança no debate menos se analisa com rigor e mais se adensa a demagogia feita à pressa. Mas tudo isto tem uma explicação subitamente simples: a de que o principal partido da oposição não é um partido de ideias é um partido de crítica permanente; não é um partido proponente seja porque não quer seja porque não pode. O principal partido da oposição afinal nem precisa de um Programa de Governo, prefere ter uma coligação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quem é que disse isso? Não foi ao congresso!

A Oradora: O principal partido da oposição –o PPD/PSD- aproveita para apontar o dedo acusador ao Governo Regional por aquilo que ainda não fez, esquecendo-se sempre de dizer que foi este Governo que fez muito daquilo que os governos do PSD na Região prometeram fazer e nunca fizeram.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: A fiscalização da acção governativa é afinal uma das suas principais competências – bradam repetida e legitimamente – que exercem com uma devoção

só comparável ao estrondoso silêncio que assumem perante os atentados perpetrados pelo Governo da República contra as Autonomias. Compreendemos porquê. Mas não lhes conseguimos desculpar. O manifesto desprezo contra a autonomia regional - e menciono apenas alguns de cor- como o incumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a proibição sucessiva de endividamento, a recusa da transferência da verba destinada ao processo de Reconstrução conduzem, de forma clara, a uma de duas conclusões possíveis: ou o poder de negociação do líder do PSD junto do Governo da República é inexistente, ou existindo, como consideramos que acontece, tem efeitos desastrosos para a Região. E ficamos todos desde já a saber que o PSD/Açores está do lado dos açorianos desde que isto não prejudique a sua relação com o Governo da República.

Com a realização recente do seu congresso vimos reavivar-se no PSD uma antiga voracidade pelo poder e que era até então um pressuposto latente, erguendo-se agora, inalado o prenúncio da coligação, com força suficiente para ressuscitar umas dezenas de Lázarus de primeira fila. Acontece, porém, que hoje os açorianos são e, perdoem-me a imodéstia, por alternância de poder e por acção do Partido Socialista, um povo democraticamente amadurecido e com memória, atento a tão aberrante incongruência. A de quem não se coíbiu de criticar o atraso no processo de Reconstrução enquanto omitiu a falta de solidariedade do Governo da República nesta matéria, a de quem acusa o Governo Regional de abrandar o investimento, mas nada diz sobre a proibição de endividamento. Mas é assim o PSD/Açores: autonomista em Lisboa, centralista na Região;...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: ... exigente com o Governo Regional e benevolente com o da República; mais por Durão do que pelos açorianos. Veja-se o que agora diz a propósito da recente atitude escandalosa de autorização de um endividamento excepcional de 35 milhões de Euros à Região Autónoma da Madeira, revelador da

mais brutal discriminação. Perante isto que faz o PSD- Açores? Defende a Madeira, acrescentando que nada disto é o que parece.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Discutimos hoje o Plano para 2004 que contempla no Programa 30 a Administração Pública Regional, questão que não é tradicionalmente geradora de amplo debate e não despoleta, como deveria, uma análise detalhada das opções. Contrariamente o debate faz-se pela rama e costuma restringir-se à pobreza da demagogia bacoca do aumento das despesas com pessoal. O que actualmente não se verifica. Nesta matéria a acção do VIII Governo Regional, à semelhança do que vem acontecendo desde 1997 tem-se pautado por um severo controle da despesa pública, nomeadamente ao nível das Resoluções de descongelamento que tem sido restritivas e cirurgicamente direccionadas a áreas vitais como a Saúde e a Educação. Para o ano de 2003 a quota de descongelamentos para admissão de pessoal em toda a Administração Regional, incluindo o pessoal de Saúde, foi de 394 vagas; à semelhança do que aconteceu em 2002 com 427 unidades e em 2001 com 225 unidades. Há dez anos atrás, porém, a realidade era bem diferente: em 1993 a quota de descongelamentos foi de 1.865 unidades, em 1994 foi de 863, e em 1995 de 500. A este esforço de contenção acrescente-se o reforço das carreiras técnicas e técnica superior na administração regional, assumindo a questão da qualificação dos recursos humanos como mola propulsora de eficiência. Por esta razão a dotação para Despesas com Pessoal é realista e garante aos funcionários públicos regionais o efectivo cumprimento das obrigações da Região, atitude diversa assume o Governo da República que ao não refrear a sua obsessão compulsiva com o déficit, leva os funcionários de permeio, mesmo que para tal tenha de violar princípios constitucionais como sejam os direitos à segurança no emprego e à progressão na carreira.

Nós não pensamos assim, não acreditamos que sacrificando os funcionários públicos e criando-lhes dificuldades estejamos a melhorar a administração. Para nós os funcionários públicos não são o problema, são seguramente parte da solução. Razão pela qual continuaremos como até aqui a apostar na formação dos recursos humanos da administração regional. Só ao nível das carreiras gerais da função pública estima-

se que se realizem 100 acções de formação no próximo ano, envolvendo mais de 10% do funcionalismo público regional, e para tal alargámos o leque de acções a desenvolver, com a introdução de matérias novas, nomeadamente no âmbito da modernização administrativa, da automatização de procedimentos e da promoção da qualidade; fazendo-a corresponder a 12% da dotação global do Programa 30. Esta aposta assenta no reconhecimento de que apenas poderemos ombrear com novos patamares de desempenho se dispusermos de funcionários motivados e aptos a desempenhar com eficácia as suas funções.

O Projecto 30.1 –Modernização Administrativa- corresponde também a um dos mais bem dotados, no reconhecimento de que constitui um dos pilares fundamentais do sucesso das políticas de administração. Esta dotação prevê assegurar a implementação do Projecto CAF (Common Assesment Framework) nos Serviços da ADSE, bem como a consolidação da automatização dos Sistemas de Informação, e acções relativas à adopção de processos de desburocratização e à actualização de dados *online*.

Outra vertente a considerar na triangulação administração/funcionários são, seguramente, os utentes que se relacionam com a administração. Com o intuito de aproximar a administração ao cidadão foi assinado um protocolo de Cooperação para a Criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão entre o Governo Regional e o Governo da República. Neste momento estando já a solução adjudicada à empresa ONI-Global EDA prevê-se que no 1º trimestre do próximo ano se instalem os três primeiros postos piloto na Região que contam já com um vasto leque de produtos a disponibilizar *online* e que permitirão aos cidadãos evitar deslocações aos meios urbanos, podendo resolver estas mesmas questões sem sair da sua Freguesia. Este processo contará em larga medida com o apoio das autarquias, numa conjugação de esforços imprescindível, correspondendo a uma dotação equivalente a 27 % da dotação global do Programa.

Contudo, o projecto mais bem dotado deste Programa é o da Cooperação com as Autarquias, correspondendo a 30,2% da dotação global. Facto este que indicia desde logo a forma como encaramos a importância desta cooperação, que se revela como

um instrumento imprescindível ao desenvolvimento local e, conseqüentemente, regional. E a forma esboreita e transparente como queremos que este processo se desenvolva, de acordo com os critérios rigorosos definidos pela lei (DLR nº 32/2002/A de 8 de Agosto). Aliás, não é demais sublinhar o alargamento que a cooperação com as autarquias sofreu através deste diploma, permitindo a integração de áreas como o turismo, a cultura, o lazer, o ensino e o desporto; ao mesmo tempo que se reforçou o regime de cooperação financeira directa em áreas nas quais os investimentos dos municípios adquirem dimensão regional. Introduziu-se a dignificação das freguesias no contexto do poder autárquico, e clarificou-se e ampliou-se o regime de cooperação com as mesmas. Procedeu-se ainda ao alargamento dos moldes da cooperação financeira indirecta a outras áreas. Desde 2000 e através do PRODESA as autarquias locais da Região dispõem de um montante de investimento aprovado de 134 milhões de euros. O nosso esforço neste sentido é o de propiciar a todas as autarquias da Região o acesso à cooperação nos moldes definidos, pautados pelo rigor e pela transparência, a que acresce o apoio técnico que lhes têm sido facultado e que verá o seu âmbito, a breve trecho, alargado. A importância do Poder Local Democrático deve ser necessariamente lida à luz das competências que detêm a Autonomia, é nesta sábia articulação que reside não apenas o desenvolvimento de cada uma delas, mas sobretudo o desenvolvimento da Região. Incentivamos a candidatura das Autarquias a programas de cooperação, mas recusamos a acusação de discriminação quando, por limitações que lhes estão inerentes, os projectos são declinados. Cooperamos com todos aqueles que conosco quiserem cooperar. Dialogamos com todos. Não aceitamos é que aqueles que não querem dialogar nem cooperar venham depois promover conferências de imprensa para afirmar que são discriminados. O Governo Regional não pode ser acusado de discriminar quem nunca demonstrou a mínima intenção de cooperar. É esta infâmia que não aceitamos e que continuaremos a rebater.

Relativamente ao Serviço Regional de Estatística refira-se que surge neste Plano com a sua dotação reforçada por via da elaboração do Quadro Input/ Output da Região, no âmbito do INTERREG III-B, em colaboração com a Madeira e as

Canárias, num montante de 344.501€, que corresponde a 14% da dotação global do Programa.

A dotação inscrita na Acção 30.6 relativa à Imigração assegura a continuidade de diversos projectos de integração e acolhimento dos cidadãos imigrantes residentes na Região, e destina-se a manter o trabalho de coordenação que tem vindo a ser desenvolvido neste âmbito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Plano assume-se assim como cumprindo aquilo a que o Programa de Governo se propôs: cooperar com as autarquias, modernizar a administração, estabilizar o crescimento do número de funcionários públicos, incentivar a utilização das tecnologias da informação, e desburocratizar progressivamente os serviços. E isto é transversal a todo o Plano, permitindo-nos assegurar com elevado grau de certeza que, a esmagadora maioria das propostas que em 2000 submetemos ao sufrágio dos açorianos, estão cumpridas.

Os objectivos que traçámos estão cumpridos ou em curso, e aqueles que não foram cumpridos têm por base uma explicação que este Governo presta com humildade. Mas, hoje para além da muita obra feita, respira-se sobretudo uma nova atitude. Hoje a sociedade açoriana amadureceu e os açorianos estão muito mais exigentes, pois sabem que têm tido um governo competente, capaz de reivindicar tanto as suas conquistas como de admitir os seus erros. Os Açores de hoje em nada se assemelham aos de há sete anos atrás, e os açorianos ainda se lembram de como a Região era e vêem naquilo em que se transformou. Pergunta-se-lhes: - Querem voltar para trás? Perguntem-lhes se querem agora voltar para trás?

Os açorianos não querem regressar ao passado feito subitamente presente a que assistem no país. Perguntem aos açorianos se querem perder o que ganharam. Em desenvolvimento económico. Em progresso social. Em capital de tolerância. Perguntem ao empresário em nome individual se prescinde do sistema de incentivos de que desfruta?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A resposta é: “quer melhor”.

A Oradora: Perguntem ao Bruno de 15 anos que estuda na Escola dos Ginetes se se arrepende de já não ter de se levantar duas horas mais cedo para chegar a tempo à aula das 8 horas em Ponta Delgada? Perguntem aos habitantes da Calheta se o novo porto não promove o desenvolvimento do seu Concelho? Perguntem ao Senhor António, de 65 anos, residente nos Altares, se prescinde do apoio domiciliário que lhe é prestado? Perguntem aos pescadores dos Biscoitos se preferem o porto velho? Perguntem à Ana que está na aula de Geologia num laboratório da Escola Básica das Flores se preferia não o ter? Perguntem ao Sr. Eugénio da Madalena se preferia o velho aeroporto? Perguntem ao Professor Monteiro se preferia esperar dez anos para se efectivar? Perguntem à Dona Maria se preferia continuar a viver durante mais 20 anos no Bairro do Lameirinho? Perguntem aos marienses porque razão um governo com duas décadas não conseguiu remover o lixo da zona envolvente ao aeroporto? Pergunte-se aos açorianos se preferem um regresso ao passado a que habilmente se chama agora por futuro? E peça-se a sua atenção para, por breves momentos, porem lado a lado a nova esperança e a velha herança e entre elas descortinarem uma única e simples diferença!

Deputado João Cunha (PSD): É verdade. Não vejo aí nenhum gracioso. Esqueceram-se deles.

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós assumimos os nossos erros, que tivémo-los certamente, mas estamos conscientes do nosso valor. Da parte do Governo Regional podem os açorianos contar com a seriedade e o compromisso de continuarmos a desenvolver os Açores. Em todas as suas vertentes e de forma integrada como temos feito até hoje. É este o compromisso que assumimos com os açorianos. Com todos eles. É para eles e com eles que trabalhamos hoje e que continuaremos, seguramente, a trabalhar amanhã.

Disse.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas inscrições para pedidos esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se este plano e orçamento fosse o de 1997, o governo estava de parabéns.

Estava de parabéns porque contemplava as obras prometidas no seu programa eleitoral e também porque quase de certeza que cumpriria com o plano.

Mas não é.

Este é o de 2004.

Então, pergunta-se, o que correu mal ?

Não sabemos.

O que sabemos é que desde 1997 até este ano Santa Maria andou a marcar passo.

As promessas foram sucessivamente adiadas, os planos, sempre iguais, nunca tiveram concretização, enfim, mais uma vez Santa Maria foi esquecida.

Tirando algumas justificações pouco credíveis, a verdade é que nunca foram explicadas aos marienses as verdadeiras razões destes sucessivos adiamentos e atrasos.

Não eram também necessárias grandes explicações, uma vez que desde cedo se percebeu que a grande aposta deste governo era nas ilhas de maior dimensão.

Ao analisarmos a execução financeira e material dos diversos planos, a primeira conclusão a que se chega é que V.Exas. pura e simplesmente acabaram com o conceito de desenvolvimento harmónico dos Açores.

Não só Santa Maria, mas todas as ilhas pequenas dos Açores foram esquecidas.

Deputados João Cunha e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E este facto é facilmente constatável, basta para tanto, visitarmos essas ilhas, falarmos com os seus autarcas ou com as suas populações.

O governo privilegiou notoriamente o investimento nas ilhas grandes, tendo só agora, no final do segundo mandato resolvido contemplar as ilhas mais pequenas com alguns investimentos, investimentos esses que mesmo assim na sua maior parte, não ficarão concluídos em 2004.

Diz o povo “tarde é o que nunca chega” e parece que o governo entende que com esta máxima conseguirá fazer esquecer tudo aquilo que não fez ao longo de 8 anos.

A razão de todos estes atrasos e incumprimentos deve-se fundamentalmente a dois factores: deficiência de planeamento e uma aposta consciente em desenvolver uma, ou talvez, duas ilhas dos Açores.

Poder-se-á dar o caso de V. Exas. serem defensores daquela teoria que preconiza que o desenvolvimento de uma ou duas ilhas, promoveria a prazo o desenvolvimento de toda a Região.

Mas o governo sabe e os açorianos também sabem que esta teoria só em termos estatísticos é que tem alguma credibilidade.

De resto deste tipo de aposta só resulta uma coisa: um profundo agravamento das diferenças de desenvolvimento entre as diversas ilhas.

E que não existam qualquer tipo de dúvidas, estes dois governos do P.S. deram um grande contributo para isso.

Até parece que V.Exas. entendem a insularidade como a distância que separa Ponta Delgada de Lisboa, esquecendo as outras distâncias que são necessárias percorrer entre esta cidade e as restantes ilhas açorianas.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Ou então, que entendem como Região Ultra-Periférica, Ponta Delgada e arredores, tal é a diferença de investimento entre esta zona e a restante parte do arquipélago.

Agora podem dizer que não, podem dizer que são os paladinos do desenvolvimento harmónico dos Açores, que querem tornar os Açores no melhor sítio do mundo, mas a verdade é que não se consegue fazer num ano aquilo que não se concretizou em sete.

Nós sabemos que estamos já em plena campanha eleitoral, mas também sabemos que o povo dos Açores já não se deixa enganar com lançamentos de primeiras pedras, aberturas de concursos e adjudicação de projectos que deveriam estar prontos há já muitos anos.

Comprendemos o vosso embaraço, basta olhar para o eleitorado para o perceber, mas, meus senhores, quem tão mal administrou tantos milhões, não merece que lhe seja dada mais nenhuma oportunidade.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Para finalizar deixo um desafio ao Governo Regional, já que este será provavelmente o último plano da vossa autoria, vejam se pelo menos desta vez o conseguem cumprir.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Nos compromissos eleitorais que o Partido Socialista apresentou, gostava que me indicasse uma obra que não tivesse concluída ou em vias de conclusão ou anunciada agora para 2004. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como deputado eleito por S. Miguel ouvi com atenção a intervenção política do Sr. Deputado eleito por Santa Maria, do PSD, e gostava de saber quais são os investimentos que o PSD acha que não se deviam ter feito em S. Miguel? (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Humberto Chaves, os investimentos que o Governo prometeu em dois mandatos e que não cumpriu.

Penso que o senhor até responde à sua pergunta, porque o que eu disse foi exactamente que se isso fosse o Plano de 1996, nós estávamos todos muito felizes, mas este é o Plano de 2004.

Deputado Francisco Sousa (PS): Mas quais são?

O Orador: Não se fazem investimentos para durarem só enquanto dura o Governo.

Quando se promete investimentos em 96, são para estarem cumpridos até ao final da legislatura, para prometerem e fazerem novos investimentos.

Eu não tenho muito mais tempo, mas se quer até lhe posso dizer um, por exemplo, o porto de recreio. O senhor diga-me quando é que vão fazer o porto de recreio. A candidatura ainda nem sequer está aprovada e o senhor já quer fazer o porto de recreio.

Sr. Deputado Fernando Lopes, todos os investimentos feitos em S. Miguel, terra que eu gosto muito, são bem-vindos. Agora, o senhor não se esqueça que os Açores são 9 ilhas e são um bocado mais que S. Miguel. (*9

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta que fez, posso dizer-lhe que o porto de recreio vai ser iniciado no próximo ano.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Para isso fale com o Sr. Secretário Regional da Economia.

O Orador: Fora isso, os investimentos que nós fizemos nos dois mandatos, são muito mais do que aquilo que vocês fizeram em 20 anos e basta ver uma série de coisas que fizeram que nós tivemos que refazer, tais como a Escola Bento Rodrigues, a Zona Franca foi aquela vergonha que toda a gente viu, a Lotaçor, etc..

Quer que lhe diga mais? Digo-lhe, por exemplo, que em 1987 os senhores comprometeram-se a fazer a Casa do Povo de Santa Bárbara e nunca puseram lá sequer um prego. Nós é que a estamos fazendo agora.

O senhor também esquece-se do património construído em Santa Maria que foi recuperado.

A recuperação da Igreja da Nossa Senhora da Purificação, em Santo Espírito, promessa que os senhores tinham feito há muito tempo, foi este Governo que fez.

O Recolhimento de Santa Maria Madalena.

Deputado João Cunha (PSD): Foi um milagre.

O Orador: Não foi nenhum milagre. Foi este Governo que o fez e fê-lo fora do Plano, assim como a Igreja Matriz, etc., etc..

Não tenho tempo para mais, mas havemos de conversar noutra altura. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Humberto Chaves depois há-de ler o diário das sessões para ver o número de obras estruturantes que acabou de elencar. Primeiro há-de ler isso, para ter a noção daquilo que acabou de dizer.

Quero também lhe dizer que o senhor nunca me ouviu, até hoje, falar bem dos governos do PSD em relação a Santa Maria,...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Também era difícil.

O Orador: ... porque eu sempre tive consciência que sou de Santa Maria e tenho que defender a minha ilha. Parece que o Sr. Deputado José Humberto Chaves só tem que defender o PS e Santa Maria não interessa. (*)

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Corro o risco de levar um puxão de orelhas do líder do meu Grupo Parlamentar, mas vou correr esse risco.

Sr. Deputado Sérgio Ferreira, quero só lembrar-lhe o facto deste Governo ter incrementado o transporte marítimo de passageiros para Santa Maria, que os vocês e o governo do PSD estavam contra.

Deputado Sérgio Ferreira (*PSD*): Vocês não!

O Orador: Quanto a defender Santa Maria, as provas estão à vista.

Eu, desde 1982, concorro à Câmara Municipal ou a Deputado ao Parlamento Regional e nunca perdi e da última vez, o senhor é que esteve quase a ficar em casa. (*)

Presidente: Srs. Deputados, penso que este debate está terminado.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Gostaria de aproveitar esta primeira oportunidade para, em nome do Grupo Parlamentar, felicitar formalmente o Dr. Vasco Cordeiro pela sua nomeação para a exigente pasta da agricultura e pescas do Governo Regional dos Açores, fazendo votos para que prossiga e amplie o trabalho muito positivo que vinha sendo desenvolvido pelo seu antecessor.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs., Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A globalização da economia, as mutações tecnológicas desenvolvidas a um ritmo cada vez maior, designadamente, no domínio da sociedade de informação, nas reestruturações industriais e ainda na dinâmica com que presentemente se cria e destrói o emprego, conduzem a alterações no mercado de trabalho e à reformulação do equilíbrio entre flexibilidade e segurança no trabalho. Todas estas transformações oferecem novas oportunidades para os trabalhadores com maior adaptabilidade e empregabilidade, acabando inevitavelmente por marginalizar aqueles que se mostram incapazes de se adaptar aos novos modelos de organização laboral ou que, simplesmente, não estão preparados para adquirir as competências exigidas pelas novas tarefas da economia do conhecimento.

Esta realidade contemporânea, que por vezes em alguns dos seus aspectos mais perversos se parece acentuar, implica um enorme desafio nas respostas a encetar. Uma exigência que deveria ter estado presente aqui nestes dias de debate e que infelizmente não ocorreu plenamente.

Confesso que depositava grande expectativa nestes três dias de debates parlamentares em torno do plano e orçamento. Acreditei – erradamente – que, uma vez realizados os habituais congressos partidários pré-eleitorais, a menos de um ano de eleições regionais, se assistiria, nesta assembleia, finalmente, ao surgimento de um novo fulgor da parte das oposições, sobretudo à nossa direita.

Aguardava novas ideias, novos projectos contrastantes, outro conceito de debate e também outra capacidade de engajamento político partidário.

Nada de mais errado! Não houve novidade nem evolução nenhuma, assistimos antes a uma inacreditável regressão.

Os partidos da oposição posicionaram-se neste debate de uma forma perfeitamente incompreensível!

Perante tal realidade sinto-me impelido, pela primeira vez nesta casa, a proceder a uma citação do passado, neste caso, no entanto, de uma citação de mim próprio em 5 de Abril de 2001 referente à discussão do Plano e Orçamento para esse mesmo ano.

Passo a citar:

“Que PSD é esse o da actualidade ? Um partido outrora estruturante, responsável por 20 anos de governação em que deu um contributo historicamente relevante, inquestionável, para o progresso dos Açores e para a afirmação da autonomia, e que hoje vive na mais evidente suspensão programática reduzindo-se a uma mera provedoria de ressentimentos ou descontentamentos populares.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O PSD hoje não está a criar uma alternativa nem muito menos a abrir novas pistas no debate político regional”. Fim de citação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso foi antes ou depois das guerras autárquicas?

O Orador: Foi antes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que é que o senhor está a fazer agora?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É só mal dizer.

O Orador: *Dois anos e meio depois, esta afirmação revela-se tão actual como nunca. O PSD e o PP estão na mesma, lúgubres e enquistados, não alterando o seu conteúdo. Apenas evoluíram na forma, passando de uma postura de provedoria de ressentimentos para uma atitude de metralhadora giratória, disparando com uma saraivada de críticas e acusações verdadeiramente inacreditáveis.*

O PSD e o PP, ainda não fizeram outra coisa, nestes 3 dias de debate, senão o seu habitual deita abaixo, prosseguindo, agora em aliança tácita, sem contemplanções, a sua lógica de maledicência permanente e descrença sistemática, sendo ambos profusos em afirmações como as de (e cito) “total desacerto do Governo”, “completo erro do PS” ou “absoluto falhanço do Sr. Secretário”.

O PSD e o PP, nestes três dias de debate, foram ao extremo de não referir uma única medida positiva, um único aspecto merecedor de apoio em mais de sete anos de governação socialista.

Uma oposição à direita com este nível de autismo e de incompreensão da realidade política, social e económica regional, constitui, para além de um enorme risco, uma referência digna do velho partido regenerador do tempo da monarquia parlamentar do século XIX.

È por isso que na Região, felizmente, a sintonia entre a proto aliança PSD/PP e os açorianos é tão perfeita. Nem essa aliança diz nada de verdadeiramente novo ou inovador, nem os açorianos perdem um minutos que seja com os discursos provenientes desse quadrante. A sintonia é, portanto, perfeita.

Em bom rigor, nós já conhecíamos esta AD regional do passado. Estamos perante a mesma AD do pós 1996. Uma AD onde os Srs. Deputados Victor Cruz e Alvarino Pinheiro já então ocupavam as mesmas filas parlamentares que agora ocupam na actualidade. Então como agora, prefiguravam a tal AD que está aliada na maledicência, coligada no pessimismo e que converge no deserto de ideias da sua falência programática.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Mas que susto é esse?*

O Orador: *A tal AD velha e bem conhecida de todos, do tempo dos chumbos sistemáticos aos planos de médio prazo do governo, e cujo balanço rigoroso dos prejuízos, que o tecido empresarial nos Açores terá sofrido por essa opção política do passado, ficou por fazer.*

A tal AD negativa, que com a sua maioria absoluta aqui neste parlamento e a sua falta de contemporaneidade, fez tantas e tão poucas que motivou um inédito movimento de centenas de estudantes que foram dinamizados e subscrever um abaixo-assinado, apelando ao parlamento para não serem diminuídas as verbas, propostas pelo Governo do PS no Plano de 1998, para a Ciência e Tecnologia.

O que diriam estes cavalheiros, uma vez confrontados com a situação social e económica do continente ? O que diriam em face do Orçamento Geral do Estado

para 2004? Seria, com toda a certeza, necessário inventar novos adjectivos e reformular a gramática e o léxico da língua portuguesa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é o bota abaixo.

O Orador: Temos assim no plano do emprego, e infelizmente, uma realidade nacional caracterizada por um desemprego que aumentou 41% no último trimestre, atingindo segundo o EUROSTAT 7,3%, e onde por cada hora se despedem mais de 12 pessoas. 300 pessoas por dia! Nestes três dias de debates parlamentares, Portugal, com um governo PSD/PP terá tido perto de mais mil desempregados. Nos Açores com um governo do PS temos o mais baixo desemprego do país, disponibilizando-se em média por ano 6000 postos de trabalho, e, no entanto, todos tivemos a oportunidade de ouvir o descaramento do Dep. Alvarino Pinheiro em criticar fortemente a política regional no domínio de economia e do emprego.

No plano orçamental, a maioria absoluta PSD/PP aprovou um Orçamento Estado que consagra a contracção do investimento, e que prevê uma previsão líquida de financiamento de 4,7 biliões de euros, e que numa clara assunção do descalabro da receita fiscal prevê no seu artigo 60º uma autorização de endividamento de 7,8 biliões de euros. Nos Açores com um governo do PS temos um orçamento sem previsão de déficite, com metas realistas e onde se prevê aumentar o investimento público em mais de 30%, e, no entanto, todos tivemos oportunidade de ouvir a lata do Dep. Duarte Freitas a criticar a política financeira e de enquadramento orçamental do Governo Regional.

O que não fariam esses cavalheiros perante um governo sem uma maioria parlamentar de apoio? Quantos Governos já teriam tido os Açores nestes últimos três anos ?

Felizmente que nesta Assembleia existe uma configuração parlamentar que delimita claramente as responsabilidades de cada grupo parlamentar. Felizmente que o PS possui o suporte parlamentar que permite aos Açores evitarem sobressaltos e seguir em frente.

A confiança preservada pela estabilidade parlamentar que o PS detém nesta casa, tem sido um garante fundamental da sustentabilidade financeira dos Açores e, por mais que custe às oposições, da própria credibilidade das Autonomias Regionais.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Depois do que se assistiu aqui neste parlamento na quase totalidade destes três dias, os Açoreanos já não terão muitas dúvidas sobre quem escolherão para governar a região e em que partido votar.

Deputado Mark Marques (PSD): Essa parte é verdade

O Orador: O Sr. Presidente do Governo lidera o governo mais progressista da história da autonomia constitucional e é indiscutivelmente um referencial intemporal de competência, de estabilidade, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ao que um homem está sujeito!

O Orador: ... e de seriedade na gestão da coisa pública e não temos a mínima dúvida de que hoje como no passado é em si que os açorianos depositam a sua máxima confiança.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Senhores Deputados do PSD e do PP, os senhores transformaram este debate num enorme embaraço para si próprios.

Os senhores não entenderam que este Governo do PS está muito longe do seu crepúsculo,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Há 10 meses!

Deputado Paulo Gusmão (PP): Está em estado de coma. Já ouviu falar?

O Orador: ... este Governo do PS conhece claramente os problemas reais com que os Açores se defrontam e está apostado em contribuir para a sua resolução, procurando, nos documentos agora em análise, materializar, como qualquer

espírito minimamente lúcido o reconheceria, o essencial dos compromissos assumidos perante esta Assembleia e perante os açorianos, Sr. Deputado Paulo Gusmão.

A verdade, que a oposição ainda não compreendeu, é que os Açores de agora estão diferentes, mudaram para melhor, inspiram confiança, e suscitam, a cada dia, novas oportunidades. Mas, também, novos e mais complexos desafios, dos quais destaco o desafio do nosso desenvolvimento plenamente inseridos na grande Europa, que, com tenacidade, risco, inteligência e sentido de futuro, devemos procurar vencer nos próximos anos, sem nos resignarmos à consciência das limitações que nos são próprias.

Disse!!!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, é para a defesa da honra.

O Sr. Presidente do Governo, Carlos César, que neste momento se ri, é o mesmo que se ria quando o Sr. Deputado José San-Bento disse que eu tinha tido a lata de criticar as finanças públicas regionais. Fica-lhe muito bem, Sr. Presidente. Nós já sabemos com o que é que podemos contar de si.

Sr. Deputado José San-Bento, eu quero defender a honra, porque o senhor disse que eu tinha tido a lata de criticar a forma como as finanças públicas regionais eram geridas.

Eu tive, daquela tribuna, oportunidade de o criticar. Se o senhor discordasse tinha pedido a palavra, tinha discordado com o que eu disse e não era agora fazer aqui acusações de eu ter tido uma atitude menos nobre numa intervenção parlamentar.

Devo dizer que, por um lado, em relação às finanças públicas, já ficámos hoje bem esclarecidos pelo Sr. Secretário José Contento sobre a maneira como ele entende a gestão da causa pública aqui nos Açores.

Por outro lado, em termos das finanças públicas regionais, o que eu disse e reafirmo, entre outras coisas, é que a dívida pública consolidada até ao final de 2004 ultrapassará os 735 milhões de euros. Disse e reafirmo, assim como tudo o que disse na minha intervenção posso reafirmá-lo. Os dados são conhecidos, estão nos relatórios do Serviço de Estatística. (*)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos pediu a palavra para?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque fui atacado dum maneira vil e torpe, no sentido de ser acusado de gestão da causa pública indevidamente com uma tremenda falsidade, gostaria de, em meu nome pessoal, repor esta situação perante a Assembleia...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Já está resolvido. Já está transcrito.

O Orador: ... porque não há efectivamente nenhuma situação da gestão do Governo Regional e da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que seja ou que tenha sido danosa para a Região e que justifique qualquer uma das observações que possam ter sido ditas aqui.

Para terminar, devo dizer que a situação que foi levantada aqui há pouco é uma situação muito simples dum acordo entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional, que ainda não está firmado a pedido da Câmara Municipal, e que 60% da reposição do pavimento, que era da responsabilidade da Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi transformada em asfalto pela Câmara Municipal ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não foi isso que disse. O que disse foi que vai fazer obras com créditos das empresas.

O Orador: ... e o restante 40% foi repostado através da substituição e permuta do resto do pavimento que lá estava.

Portanto, os senhores aqui mais uma vez demonstram a má fé total perante situações que não correspondem minimamente à verdade e isso, talvez, é que vos dói.

O vosso problema é que não podem acusar este Governo Regional, provavelmente, de traumas que têm do passado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): O Sr. Deputado Clélio Meneses assinou uma acção cível contra a Região!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é falso.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Ainda vamos ter que falar nisso aqui dentro. Percebeu?!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor está faltando à verdade.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Vai lá mamar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

O Sr. Deputado Clélio Meneses deseja a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para a defesa da honra.

Presidente: Aguarde um momento que eu já tinha dado a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu não tive a mínima intenção de ofender a sua honra.

Sr. Deputado, conceda-me que estar aqui três dias sistematicamente a ouvir o tipo de discurso que os senhores tiveram aqui a fazer, de facto, é no mínimo saturante.

O Sr. Deputado sabe que eu prezo muito a sua honra e dignidade pessoal, como a de todos os Srs. Deputados, mas devo-lhe dizer com toda a franqueza que, tal como foi dito ainda hoje pelo Presidente do seu Grupo Parlamentar, há aqui aspectos de

gestão de tempo que nós temos que atender e por essa razão não tive oportunidade de o interpelar na devida altura.

No entanto, vou ser muito franco, eu acho que fui extremamente objectivo e factual naquilo que eu disse, Sr. Deputado.

Eu tentei numa forma que me pareceu minimamente perceptível, estabelecer aqui um contraste entre aquilo que o senhor diz aqui sobre o Orçamento da Região para o próximo ano e aquilo que o seu partido, em coligação, a nível nacional, e isso não me parece uma divagação inaceitável, defende no âmbito do Orçamento de Estado, em que já temos um buraco este ano de 6 biliões de euros, em que há 300 pessoas no desemprego por dia.

Portanto, se isto é o motivo de ofensa da sua honra, devo dizer que acho que o senhor está enganado e que o senhor e o seu partido manifestam, isso sim, permitam-me a franqueza, uma profunda incoerência.

Muito obrigado. (*)

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses sente-se ofendido na sua honra e consideração. Pode explicar porquê.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como qualquer pessoa no seu juízo deve sentir-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, em apartes perfeitamente audíveis por toda a Assembleia,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, não. Não foram audíveis!

O Orador: ... pôs em causa a minha idoneidade e competência profissional, ao afirmar que colocava acções contra a Região.

Esses factos são falsos, porque são imputadas circunstâncias que não são correctas.

Eu sei a que é que se está a referir o Sr. Secretário, talvez por estar mal informado pelos seus consultores jurídicos.

Eu já exerci um mandato judicial de acordo com a lei e de acordo com um estatuto da ordem dos advogados, exactamente em procedimento judicial em Tribunal Administrativo que, de acordo com o Estatuto, está claramente previsto.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Com pedido cível, Sr. Deputado.

O Orador: Foi isso que foi feito e não sei se há outros colegas aqui no plenário que exercem outra actividade enquanto são Deputados. Até agora o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto exerce a função de Deputado, também o fazia.

Eu, que tenho a minha actividade profissional que é advocacia, ao contrário de outras pessoas que têm outra actividade profissional, exerci-a claramente de acordo com a lei sem qualquer violação.

Essa situação que o Sr. Secretário está aqui a colocar é do mais profundo mau gosto. Está a pôr em causa a competência e a idoneidade das pessoas.

O próprio Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores também já exerceu essas funções, como tantos outros colegas que estão aqui.

Eu não acho correcto que se ponha isso em causa.

Esse processo ainda não está concluído. Neste momento ele está em recurso, não está traçado nem julgado, por isso qualquer opinião que se tenha sobre esse processo é prematura, porque ainda não transitou em julgado.

É um processo que está sob recurso e é claramente inadequado, inadmissível, para não dizer aquilo que disse o Sr. Secretário Regional em aparte, que é de um profundo mau gosto. Foi o pior que já ouvi aqui e eu não quero repetir o que foi dito.

(*)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não vale a pena repetir!

Presidente: Julgo que já estamos esclarecidos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Meus senhores, se nós começamos agora a utilizar aqui ofensas da honra, nunca mais saímos daqui.

O Sr. Secretário Regional também se sente ofendido na sua dignidade.

Tem a palavra.

Deputado João Cunha (PSD): Tenha a coragem de dizer alto aquilo que disse em aparte!

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Eu fiz um aparte, conforme lembrou o Sr. Deputado João Cunha,...

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que também explicasse por que é que sente ofendido na sua honra.

O Orador: Rapidamente. Eu, num aparte que o Sr. Deputado Clélio Meneses resolveu transformar em intervenção oficial neste plenário, o que eu disse, repito e reafirmo, foi o seguinte:

O Sr. Deputado Clélio Meneses, na qualidade de advogado, pôs uma acção cível...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não pus. Isso é falso!

O Orador: ... contra o Governo Regional dos Açores. Isso é proibido pelo Estatuto dos Deputados.

Nessa medida, felizmente, o Sr. Deputado Clélio Meneses não teve qualquer sorte.

Eu lembrei ao Sr. Deputado Clélio Meneses que, se é certo que ele tem todo o direito, dentro de determinados limites que ao que julgo saber respeita, de exercer advocacia, não pode, no entanto, exercer acções cíveis contra a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está mal informado. Não é uma acção cível!

O Orador: Foi apenas isso.

O Sr. Deputado é que quis dar uma maior repercussão àquilo que eu disse. Já que a deu, fiquemos todos esclarecidos.

Foi isso que eu disse, Sr. Deputado.

Vozes da bancada do PSD: E o resto? Diga o resto!

Deputado João Cunha (PSD): O senhor não tem coragem!

O Orador: Reafirmo: o Sr. Deputado pôs uma acção cível contra a Região Autónoma dos Açores...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é falso!

O Orador: ...quando, como Deputado, não pode pôr.

Por isso mesmo, entre outras razões, perdeu a acção. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para defender a sua honra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É lamentável que se queira fazer...

Presidente: Sr. Deputado, eu agradecia que esclarecesse a situação para passarmos à frente.

Deixem-me esclarecer o seguinte:

Se é uma questão de Estatuto de Deputado, isso resolve-se noutras paragens.

O Orador: Com certeza.

Presidente: Portanto, eu agradecia que do ponto de vista político esclarecesse a situação.

O Orador: O que está aqui em causa é que perante a situação política, o Sr. Secretário Regional tenta fazer uma coisa que não tem qualquer cabimento.

Dois esclarecimento:

Primeiro: Não é uma acção cível. É um procedimento judicial em Tribunal Administrativo, o que é legal.

Segundo: Não perdi a acção. A acção neste momento, por outras razões, está sobre recurso.

Isso é falso. Não convém dizer mentiras para enganar as pessoas.

Tenta-se fazer de um facto político uma questão que não tem nada a ver.

O desespero leva a isto. (*)

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era convicção da grande maioria dos jorgenses de que o Plano do Governo Regional para 2004 seria um documento que iria trazer boas perspectivas ao processo de desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Foram criadas nas nossas populações, sempre que os diversos responsáveis governamentais tinham oportunidade, interessantes expectativas, através de compromissos e de garantias que não estão reflectidos no documento agora em discussão.

A verdade é que o Plano traduz claramente o contrário. Não existem, neste documento elaborado pelo Governo Regional, novas etapas, novos projectos e um indicador de desenvolvimento. Faltam, por conseguinte, perspectivas de futuro para os jorgenses.

Uma ilha como São Jorge, penalizada já em demasiadas vertentes, precisava de investimentos públicos muito claros em determinadas áreas, de forma a criar novas etapas e uma nova força anímica que viesse incentivar e potenciar o seu desenvolvimento.

Precisamos ter esperanças no progresso da nossa terra e os Governos Regionais têm aí um papel muito importante.

Permitam-me falar de acessibilidades.

Por diversas vezes nesta Assembleia, por ocasião das apreciações dos vários Planos e Orçamentos da Região, foi discutida a necessidade de se resolver os problemas decorrentes das insuficiências do aeródromo de São Jorge.

É difícil aceitar que, apesar de todos os Senhores Deputados e todos os Senhores Membros do Governo conhecerem os graves conditionalismos daquela infraestrutura, não exista uma dotação inscrita no Plano para o necessário estudo que nos permita, pelo menos, tirar as necessárias e rápidas conclusões para a solução mais adequada deste problema.

As penalizações com que nos confrontamos diariamente são motivos mais do que suficientes para uma outra atenção do Governo Regional. Não bastam promessas do Senhor Presidente do Governo se depois constatamos o seu total esquecimento, reflectido nos documentos orientadores da sua política de investimentos públicos.

Fazia portanto todo o sentido que este assunto fosse tratado com maior responsabilidade e outra precessão.

Como já tive oportunidade de referir nesta Assembleia, é preciso resolver este conditionalismo de São Jorge para que esta ilha não pare no tempo e para que as suas consequências não que venham a afectar ainda mais as próximas gerações.

Outro assunto que condiciona o desenvolvimento da minha terra é a deficiente condição do Porto do Topo. Também este assunto não está contemplado nos referidos documentos e deveria estar.

Bem sabemos que não se podem fazer todos os portos de uma só vez, mas chegámos a pensar que este governo poderia repensar as suas opções e ir de encontro aos desejos e aspirações dos jorgenses. Foram, no entanto, goradas essas expectativas das nossas populações.

Trata-se, portanto, de um assunto que ficará destinado ao próximo Governo Regional.

Este Plano fica também muito longe do que dele esperávamos em matéria de pavimentação de estradas.

A pavimentação de alguns dos troços e respectivas correcções, como por exemplo os troços Ramal/Igreja da Ribeira Seca, Urzelina/ Terreiros/Manadas, Biscoitos/Relvinha, e interior da Vila do Topo, deveriam também estar, e não estão, contemplados neste documento.

O troço Urzelina/Aeroporto, como já foi aqui referido, apesar de constar do Plano, não conta com as verbas suficientes para a sua execução.

Outro assunto que igualmente deveria constar do Plano era a pavimentação dos Caminhos Agrícolas existentes da Bacia Leiteira de Santo Antão/Topo e da ligação Biscoitos/Estrada do Norte.

O Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas das principais zonas agropecuárias de São Jorge e as respectivas electrificações, são também essenciais para os actuais desafios da lavoura jorgense.

A Electrificação das Fajãs, as intervenções efectivas na orla marítima para sua protecção, também têm sido muito esquecidas por este governo.

Compromissos como a comparticipação do Governo Regional na aquisição, e respectivas obras de beneficiação e adaptação de um antigo edifício destinado à nova Sede da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, também deveria estar contemplado no Plano, e não está.

Julgamos também que o Governo Regional deverá repartir melhor os apoios financeiros destinados às remodelações, beneficiações e construções de sedes de colectividades dos Açores. São Jorge não pode ser penalizado, como até agora tem acontecido.

Estas são algumas das reivindicações da nossa população que deveriam estar consideradas no Plano para o próximo ano.

Gostaria de abrir um pequeno parêntesis sobre o repto que a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência nos deixou e não precisava de dar a volta aos Açores, bastaria perguntar aos calhetenses o que é que acham do novo Porto da Calheta, se tem a largura adequada, se foi um porto bem feito.

Gostava de sugerir também à Sra. Secretária que perguntasse aos automobilistas de S. Jorge se estão contentes com as nossas estradas.

Gostava ainda de sugerir à Sra. Secretária que perguntasse às pessoas o que é que acham dos problemas do nosso aeroporto.

Gostava também de sugerir à Sra. Secretária que perguntasse, por exemplo, ao Sr. Óscar, que vive no Topo, o que é que ele acha da política de habitação deste Governo.

Pergunte também às juntas de freguesia como é que funcionou até agora a política de habitação deste governo.

Gostaria que perguntasse também aos lavradores o que é que acham do abastecimento de água à lavoura.

Pergunte também aos lavradores do Topo e de Santo Antão o que é que acham dos caminhos agrícolas.

Pergunte às direcções da colectividades o que é que acham dos apoios financeiros.

Aos habitantes das fajãs o que é que acham da electrificação fajãs.

Às pessoas que vivem perto da orla marítima o que é que acham que o governo tem feito nessa área.

Aos pescadores e utilizadores o que é que acham das obras que o Governo não tem feito nos pequenos portos.

Deputado Manuel Campos (PS): Quais pequenos portos?

Deputado João Cunha (PSD): Todos eles, sem excepção.

O Orador: Todos eles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concentrei esta minha intervenção numa matéria que considero decisiva para o desenvolvimento de São Jorge e que não tem a devida tradução no documento que estamos a analisar.

É mesmo impressionante a distância que vai entre as prioridades que os jorgenses têm defendido e as opções de investimento que este Governo está a definir.

Existe claramente um fosso entre estas duas posições, bem revelador de que o Governo Regional e o partido que o suporta têm dois pesos e duas medidas.

Confirma-se portanto, que estamos a assistir a um estilo de governação socialista, de costas viradas para as pessoas e para os seus legítimos representantes, e que o Governo Regional desprezou completamente o princípio que deve nortear sempre a governação dos Açores – o desenvolvimento harmónico de toda a Região.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados António Gomes, Manuel Silveira, Manuel Campos e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência, a quem dou a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Aires Reis.

O Sr. Deputado considera que a Câmara Municipal da Calheta e as Juntas de Freguesia entendem que o Governo Regional discrimina, quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar alguns esclarecimentos.

Sr. Deputado Aires Reis, estive atento à sua intervenção e muito rápido e telegraficamente, porque não tenho tempo, quero-lhe dizer o seguinte:

Relativamente ao Porto da Calheta não percebo como é que o senhor, como Presidente da Assembleia Municipal, está de acordo com a obra e até se congratula com ela e aqui dentro vem dizer uma coisa completamente diferente.

Eu vi uma grande faixa, e muito bem e fiquei muito feliz por a Câmara Municipal da Calheta ter reconhecido isso, em que dizia: “A Câmara Municipal da Calheta congratula-se com a obra do Porto da Calheta”. Portanto, como é que o senhor vem criticar agora esta obra?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Relacionamento com as Juntas de Freguesia.

Eu tenho os apoios que foram dados anteriormente e por estes Governos do Partido Socialista às Juntas de Freguesia de S. Jorge.

Quero mandar-lhe daqui um aviso, Sr. Deputado Aires Reis, é que já ouvimos da parte da coligação que os senhores há pouco tempo elaboraram, com representação aqui na Assembleia Legislativa Regional, o seguinte: “Cimento nas mãos das Juntas de Freguesia, é como droga na mão dos traficantes”.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Pior que droga!

O Orador: Se calhar não era a isso que se queria referir.

Eu recordo-me das visitas dos governos do PSD em que o Sr. Secretário Natalino Viveiros, sentava-se na Secretaria da Habitação e Obras Públicas a passar requisições de cimento às Juntas de Freguesia.

Foi por isso que foi dito, e muito bem, por um Sr. Deputado da bancada do CDS/PP que “cimento nas mãos das Juntas de Freguesia era como droga na mão dos traficantes”.

Relativamente ao aeroporto de S. Jorge, o Sr. Deputado não pode ignorar que a aerogare não está no Plano e que será uma obra posta em execução muito brevemente.

O senhor sabe qual é a minha maior preocupação relativamente à beneficiação do aeródromo de S. Jorge? São os projectos de construção civil que sistematicamente a Câmara das Velas tem vindo a aprovar e que inviabilizam as obras que são necessárias fazer naquele aeródromo, porque inviabiliza o alargamento da pista, que é a sua maior necessidade.

Relativamente às colectividades, Sr. Deputado, vou fornecer-lhe com muito gosto, os dados relativos à contribuição deste Governo Regional para com as colectividades de todas as freguesias da Ilha de S. Jorge.

E mais:

Também lhe posso fornecer os quantitativos que os governos do PSD deram às mesmas colectividades.

Portanto, é falso vir aqui referir que as colectividades de S. Jorge têm sido mal apoiadas por este Governo Regional.

Vou ficar por aqui, porque, infelizmente, não temos tempo. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu só queria fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Aires Reis.

Queria que me dissesse se o Porto da Calheta, antes de ser intervencionado por este Governo, tinha mais operacionalidade do que tem neste momento? Se era melhor ou pior do que está?

E se o senhor está consciente da intervenção que fez?

São estas perguntas que eu lhe quero fazer.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Manuel campos prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As observações que os Srs. Deputados António Gomes e Manuel Silveira fizeram sobre a minha intervenção, provam claramente que os senhores ou não falam com as pessoas, não reúnem com as instituições ou não vivem em S. Jorge.

Deputado Nuno Amaral (PS): O senhor é que não vê o placard!

Deputado António Gomes (PS): Eu vou perguntar aos calhetenses se estão satisfeitos com o porto.

O Orador: Relativamente à Sr. Secretária quero dizer-lhe o seguinte:

Essa pergunta que a Sra. Secretária fez, agradecia que a fizesse à Câmara Municipal da Calheta.

Mas, posso-lhe garantir que pode haver alguma autarquia em S. Jorge que não esteja discriminada, mas a maior parte delas estão a ser.

Também gostaria de dizer que quando o Porto da Calheta foi inaugurado, é claro que toda a população se congratulou com isso, mas qual não foi o nosso espanto quando soubemos nesse preciso dia que as informações que tinham sido dadas aos operadores marítimos, relativamente à largura do porto, eram diferentes. O porto tinha, de facto, outra largura que não aquela que tinha sido dada ao operadores marítimos. Isso é que me parece muito mau.

Deputado António Gomes (PS): Isso é falso.

O Orador: Sr. Deputado António Gomes, eu queria dizer-lhe, para terminar a minha intervenção, o seguinte:

O senhor parece às vezes o Sr. José Armando Saraiva, vai buscar história e mais história, mas por vezes ela também é muito imprecisa. Como é que o senhor diz que a culpa da falta de ampliação do aeroporto tem a ver com o licenciamento de obras pela parte da Câmara das Velas, quando o senhor ainda nem sequer tem um estudo sobre isso.

Deputado António Gomes (PS): Tenho conhecimento do estudo que foi feito. Sei o que disseram os técnicos.

O Orador: O senhor é capaz de me facultar esse estudo? Gostaria de tê-lo.

Obrigado. (*)

Presidente: Srs. Deputados, eu recordo que no início desta sessão da parte da tarde em lembrei que a Conferência tinha acordado que às 17,00 horas terminaria esta fase do debate e entraríamos nas intervenções finais.

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Aires Reis não tenho mais pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste último ano de legislatura do Governo Regional do PS, discutir um Plano e Orçamento é, essencialmente, fazer um exercício de memória face às promessas feitas e expectativas criadas a todos os açorianos e a cada ilha em particular.

Desde os compromissos eleitorais até aos Comunicados do Conselho do Governo, encontramos um vasto conjunto de promessas por cumprir desde 1996.

Este Governo encheu a boca de milhões e criou enormes expectativas nas populações.

Os milhões desapareceram e muitas expectativas continuam por concretizar.

Não se pode dizer que nada se fez, esta é uma diferença que tentamos acentuar, seria uma atitude tão descredibilizante como aquela que alguns assumem quando tentam fazer parecer que, antes de 97, nada havia nesta Região. Parece até que não havia

Açores, não havia autonomia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Importa, pois, ser rigoroso e saber se o balanço final é de modo a dar um voto de confiança aos documentos que agora analisamos.

Importa portanto saber se, ao fim e ao cabo, a obra feita, face às promessas, justifica uma terceira oportunidade a este Governo de Carlos César e José Contente.

Sendo então rigoroso, repito, mas não exaustivo, faço questão de salientar, passo a citar apenas 24 das promessas e compromissos por cumprir em relação à Ilha do Pico:

- Abrir o laboratório do IAMA no Pico “...já no próximo mês de Julho para apoiar a produção de queijo tradicional da ilha...”. (Comunicado do Conselho do Governo de 28/06/97). Nunca aconteceu.

“Reactivação do laboratório existente junto ao Matadouro das Lajes, tendo em vista a classificação do leite e o despiste da BSE”. (Comunicado do Conselho do Governo de 20/03/2001). Continua sem acontecer.

- Apoiar o projecto de investimento da Adega Cooperativa Vitivinícola da ilha do Pico (Comunicado do Conselho do Governo de 28/06/97). A Adega continua sem resposta ao projecto apresentado.

-“Aprovar uma Resolução que transfere a gestão do Parque de Retém do Porto de São Roque para a Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário”. (Comunicado do Conselho de Governo de 10/07/2002).

-“Autorizar a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a ceder a título gratuito o uso, exploração e limpeza do Parque de Retém no Porto de São Roque aos exportadores, após a elaboração do regulamento de utilização”. (Comunicado do Conselho do Governo de 3/04/2003).

Permanece tudo na mesma, ao abandono, com problemas inclusivamente para a saúde pública, sem nunca se ter percebido o porquê da estrutura nunca ter sido entregue à entidade que gere o porto.

- Fazer o abastecimento de água à lavoura. Promessa da campanha de 2000. Os agricultores já desistiram de esperar.

- Reordenamento da Baía de São Roque, incluindo zona de passageiros

(Comunicado do conselho do Governo de 28/06/97). Está esquecido.

Protecção do molhe do Porto Comercial em São Roque e o “reordenamento geral da zona portuária, que envolve verbas de cerca de 5 milhões de contos”. (Comunicado do Conselho do Governo de 7/7/98). Agora são só 1,7 milhões de contos e o Governo recusa teimosamente e contra as populações o reordenamento da baía e a zona de passageiros.

- Ordenamento do Porto da Madalena. Promessa de 2000. Para quando?

- “Proceder à elaboração do projecto da nova Escola das Lajes do Pico, que perspectiva um investimento da ordem dos 900.000 contos”. (Comunicado do conselho do Governo de 7/7/98). A Carta Escolar previa a entrada em funcionamento desta nova escola em 2004. Ainda nem há projecto.

“Aprovar a localização da nova Escola das Lajes do Pico, cujo projecto está em elaboração, nos terrenos anexos à ermida de Santa Catarina naquela Vila”. (Comunicado do Conselho do Governo de 8/04/2000). Continuamos na mesma e em cada ano há uma versão diferente.

- Construção de um novo pavilhão na Escola de São Roque. Promessa de 2000. Esquecido!

- Criação de uma Direcção Regional sediada na Ilha do Pico. Promessa de 1996. Afinal foi uma Direcção de Serviços, como outras que já existiam.

- Recuperação do Forte de Santa Catarina nas Lajes. (Comunicado do Conselho do Governo de 28/06/97). Nunca aconteceu.

- Recuperação do Convento de São Pedro de Alcântara em São Roque. Promessa de 1996. Continua ao abandono.

- Casa da Cultura da Ilha do Pico. Promessa de 1999. Chegou a estar programada a aquisição de um imóvel. É a cultura do atraso...

- “Iniciar o processo destinado à recuperação da fábrica da Baleia nas Vila das Lajes, com vista à montagem da exposição permanente da Biologia do Cachalote”, para o qual foi consignada uma dotação inicial de 140.000 contos no P.M.P. 2001/2004. (Comunicado do Conselho do Governo de 20/03/2001). Esperamos para ver.

- “Iniciar o processo conducente à ampliação do Museu dos Baleeiros, na Vila das Lajes...”. (Comunicado do Conselho do Governo de 20/03/2001). Quando?

- “Proceder a obras de conservação e melhoria da estrutura museológica do Museu da Industria baleeira na Vila de São Roque”. (Comunicado do Conselho do Governo de 7/7/98). Ainda nem a musealização foi feita e a estrutura está quase ao abandono. “Ceder à Câmara de São Roque a parcela de terreno anexa ao Museu da Industria Baleeira na Vila de São Roque”. (Comunicado do Conselho do Governo de 15/09/99). Nunca chegou a ser protocolado.
- A prometida, desde 1996, aquisição de 2 casas dos botes nas Lajes, esteve em vários Planos, mas tudo continua igual.
- O Museu do Vinho foi inaugurado pelo Presidente da Republica. Afinal, as paredes da estrutura continuam quase despidas e das outras fases da obras nem se fala.
- Desde 1996 que a Freguesia de São Mateus espera por um bote baleeiro. Será que vamos aguardar até que desapareça o último baleeiro daquela terra para ver esta promessa cumprida?
- Repavimentação de todo o anel das Estradas Regionais em volta da Ilha. Promessa de 1997. Não foi cumprida.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Vocês querem é o modelo da Terceira.

O Orador: Para além disto, a Estrada Transversal (que liga o norte ao sul da ilha) está em certos pontos quase intransitável. E a Longitudinal vai no mesmo caminho.

- A Estrada Cachorro-Barca, assumida e renegada pelo Governo Regional continua a aguardar uma solução definitiva.
- Em 98, Carlos César prometia que a reconstrução levaria 2 a 3 anos, terminando portanto em 2001. Agora é em 2004, mas só para as empreitadas, sendo que o Governo está a “empurrar” para a administração directa muitos daqueles a quem no inicio disse para em nada tocarem sob pena de perderem apoios. Para além disso o Governo, que dizia ir custar 27 milhões de contos, agora fala em 47 milhões e remete muitos afectados pelo sismo para programas de habitação degradada.
- “Proceder, em articulação com as Câmaras Municipais, à constituição do Parque Desportivo da Ilha do Pico...”. (Comunicado do Concelho do Governo de 7/7/98). Agora nem aprovam os projectos das Câmaras candidatos a Fundos Comunitários, mesmo tendo estas plafond para tal.

- “Construir uma manga e uma escaleira junto à Gare Marítima da Madalena, por forma a melhorar as condições de embarque e desembarque de passageiros”. (Comunicado do Conselho do Governo de 15/09/99). Mais de 350.000 passageiros por ano continuam a transitar naquele porto em precárias condições.

- Até 1996 os responsáveis políticos do PS criticavam o facto de os picoenses nascerem na Ilha do Faial. Depois nem uma palavra disseram sobre o facto e a Unidade de Saúde de Ilha foi um equívoco e um grande logro para as expectativas dos picoenses.

Certamente que poderão contrapor, dizer o que fizeram e o que não fizeram. Isto que está aqui são verdades insufismáveis plasmadas nos comunicados do Conselho do Governo e nos documentos eleitorais do Partido Socialista. Tive a preocupação de ser rigoroso no que aqui está.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este é um verdadeiro rol de promessas por cumprir - documentadas e assumidas com clareza pelo Governo e pelo PS.

Não foi o PSD que prometeu, nem é o PSD que está agora a ser julgado.

Numa fase final da sua governação é ao PS que temos pedir contas.

Temos que acabar com o desequilíbrio entre as ilhas e retomar o desenvolvimento equilibrado do todo regional.

Temos de ajudar mais quem mais precisa.

Temos que acabar com a discriminação entre os açorianos - discriminação entre as ilhas e entre as cores autárquicas.

Um Governo que escolha a cooperação em vez da confrontação, sem dúvida nenhuma, será melhor para os Açores.

É preciso iludir esta ilusão das palavras socialistas.

Quem não fez até aqui com a boca cheia de milhões, não irá agora cumprir quando se contam os tostões.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os picoenses e os açorianos tem data marcada para dizer se querem mais do mesmo ou se querem assumir a ambição de uma nova esperança.

O PS quer, agora, vender um sonho porque nada mais tem para oferecer: é o passado

a falar.

O PSD, por seu turno, afirma uma nova ambição: é o futuro a chegar.

Disse

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Secretário Regional da Economia e os Srs. Deputados Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento muito simples.

Em relação ao Porto de São Roque do Pico, foi feito um estudo muito claro sobre o ordenamento e a conclusão é a seguinte: a baía actual não permite a criação de uma zona distinta de passageiros.

Mas, o projecto de recuperação do Porto de São Roque permite que mais tarde se possa fazer uma ampliação que permita criar internamente uma situação mais protegida para que possa haver um reordenamento interno. A situação actual só permite fazer aquilo que nós estamos a fazer.

Estudámos e procedemos a tudo o que era possível e verificámos que era impossível satisfazer a solicitação feita pelos populares, mas que será atendida mais tarde numa segunda fase.

Gostaria também de realçar um aspecto extremamente importante para a ilha do Pico que não foi mencionado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, que tem a ver com as

obras realizadas no aeroporto. O aeroporto está ampliado, a aerogare está a ser adjudicada.

Esta é uma obra relevante para a Ilha de Pico que vai permitir colocar esta ilha na centralidade dos Açores.

Penso que o facto da Região Autónoma dos Açores ter colocado à República o Pico como sendo uma gate ways no futuro transporte aéreo entre os Açores e o Continente a partir de 2005, mostra o interesse que o Governo Regional tem no desenvolvimento harmónico dos Açores, incluindo o Pico neste desenvolvimento.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os documentos que estamos a analisar dão sequência a um conjunto de outros documentos analisados nos últimos anos que são, de longe, indiscutivelmente os melhores documentos desta natureza que alguma vez foram elaborados, que alguma vez foram aplicados e executados na Ilha do Pico.

Deputado António Gomes (PS): *Muito bem!*

O Orador: Os documentos que estamos a analisar e as obras que realizámos no Pico na anterior legislatura e nesta, são sem dúvida as mais importantes e as fundamentais para ilha e para o seu desenvolvimento e tiraram o Pico do atraso, do marasmo, do embaraço em que todos nós vivíamos em 1996.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Orgulhamo-nos de que iremos chegar ao final de 2004 com as questões essenciais do nosso manifesto eleitoral cumpridas, cumpridas porque completamente executadas, cumpridas porque em andamento

Também sabemos que algumas questões não foram resolvidas e as que foram levantadas são efectivamente questões que não foram resolvidas, mas cumpre-nos a nós, porque somos Governo, porque somos o Grupo Parlamentar que o suporta e porque ganhámos as eleições, definir prioridades em função das nossas necessidades e em função dos novos tempos em que vivemos.

Por isso mesmo, responsabilmente assim o fizemos e por isso mesmo actuámos de forma forte e decisiva relativamente ao problema das acessibilidades e isso está perfeitamente claro e foi explicado pelo Sr. Secretário Regional da Economia, não só no que diz respeito à grande obra, a maior obra de sempre da autonomia realizada no Pico, mas também na colocação daquela ilha na centralidade do transporte aéreo desta Região. É a maior obra de sempre e a que mais irá impulsionar o desenvolvimento do Pico.

Também actuámos ao nível dos portos, não só da obra que estamos a executar em São Roque, mas também dos projectos de ordenamento das Lajes e da Madalena que irão também melhorar a operacionalidade, reforçar e consolidar essas infra-estruturas.

Melhorámos todos os portos de pesca, sem excepção. Montámos equipamentos adequados, quer de frio, quer outro tipo de equipamentos.

Está na rua o concurso do Matadouro que se iniciará por estes dias.

Em relação à protecção da orla marítima, o concurso também já está publicado.

Actuámos na solidariedade social em várias áreas e a vários níveis, no apoio aos idosos, ao centro operacional de deficientes, numa infinidade de obras e de infra-estruturas que são fundamentais.

Também actuámos ao nível do turismo, em questões que, a média e a longo prazo, terão efeitos decisivos para a Ilha do Pico.

Assumimos estes documentos, independentemente de uma ou outra falha, porque responsabilmente tivemos que reprogramar e tomar as decisões que entendíamos mais importantes para a ilha.

Este documentos são, indiscutivelmente, os melhores, aqueles que trouxeram o Pico para a modernidade, para o desenvolvimento e aqueles que transformaram o Pico, que era a ilha do futuro do PSD, mas que é a nossa ilha com futuro. É isso que nós estamos a fazer, é isso que nós fizemos e é aí que estamos a colocar o Pico com estes documentos e com os outros que aprovámos em anos anteriores. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge. Agradeço a maior brevidade.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Em complemento do enunciado bastante elucidativo feito pelo Deputado Lizuarte Machado, quero dizer que a intervenção do Deputado Duarte Freitas, feita nesta tribuna, é o maior elogio que se podia fazer, naturalmente, às duas legislaturas do Governo Partido Socialista e à acção do Partido Socialista na Ilha do Pico.

Quando as questões relevantes para o Deputado Duarte Freitas são questões como a não entrega ainda de um bote baleeiro à Junta de Freguesia de São Mateus, relembro-lhe que um já apodreceu sem que fosse levantado.

Quando questões como o laboratório do IAMA, é a grande questão que se põe à lavoura do Pico, relembro, e os picarotos não se esquecem, os 200 mil contos em atraso de pagamento de leite, quando eu e outros eram responsáveis por esse sector.

(*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu nunca fui responsável por sector nenhum de leite, mas o senhor foi adjunto de um Secretário que deixou a quota leiteira ir por água abaixo em 2000.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Lizuarte Machado (PS): Que resolveu o problema.

O Orador: O senhor mais o seu antigo Secretário foram responsáveis por um dos maiores problemas que os agricultores açorianos tiveram. Essa é que é a verdade.

Em relação ao Porto de São Roque, Sr. Secretário, gostaria de ter conhecimento desses estudos que dizem que é impossível fazer o ordenamento da baía com o porto de passageiros, onde as populações querem.

Portanto, fica desde já aqui registado o pedido para poder aceder a esses estudos, sobre os quais, sabendo que existem, eu tenho sérias dúvidas e muitas informações que não corresponde totalmente à verdade daquilo que o senhor disse.

Em relação ao aeroporto, Sr. Deputado Lizuarte Machado, dizer que a ampliação de 250 metros deste aeroporto, que apoio e nunca ouviu criticá-la, é a maior obra de sempre que se fez no Pico é não ver a realidade.

O senhor não se recorda de não ter electricidade;

Não se recorda de quando veio estudar para o Faial até ao 12º ano, vir na Calheta e na Espalamaca;

Não se recorda dos caminhos por asfaltar;

Não se recorda de não haver aeroporto no Pico;

Não se recorda de 20 anos de trabalhos que foram feitos.

É isso que descredibiliza, Sr. Deputado. Eu reconheço aquilo que está feito e é bem feito, mas os senhores não reconhecem o patamar donde começaram.

Os senhores só estão a aumentar o aeroporto do Pico em 250 metros, e bem, porque alguém fez o aeroporto do Pico.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Em relação à minha intervenção, mais em concreto, devo dizer com a maior serenidade que tentei impor melhor o rigor que podia nessa intervenção e a verdade é que, elencadas 24 questões, os senhores não foram capazes de me dizer que eu estava a mentir ou que alguma não era correcta.

Disse mais:

Só citei documentos do Governo e do PS.

Nós não vos obrigámos a prometer, nós não vos obrigámos a escrever, apenas limitámo-nos a esperar que os senhores cumprissem. Os senhores não cumpriram essas 24 promessas.

Cumpriram algumas, também o disse e estou a dizê-lo de novo, mas não venham agora tentar levantar as bandeiras do pouco que fizeram e quererem enterrar as misérias do muito que deixaram por fazer. (*)

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um primeiro esclarecimento que não carece sequer ser defesa da honra relativamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Fui com muito orgulho adjunto e chefe de gabinete dum secretário regional que saneou financeiramente a lavoura do Pico, como saneou financeiramente a lavoura desta Região.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Fui com muito orgulho adjunto e chefe de gabinete dum secretário regional que lançou as bases e a construção da nova fábrica de lacticínios da Ilha do Pico.

O senhor pertenceu a uma comissão que comprou uma fábrica velha, um chaço velho e nem sequer a registou em nome da Lactopico. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, felicito-o por apoiar a ampliação do aeroporto do Pico. Pelos vistos é o único elemento do seu partido que o apoia.

Devo-lhe dizer que há coisas que não lhe ficam bem, até pela sua formação.

Eu disse e repito que a obra do aeroporto é, de facto, pelo efeito indutor que terá no crescimento da economia do Pico, a maior obra do período autonómico e, portanto, eu não me estava a referir especificamente à obra em si, mas ao efeito indutor que ela tem. Foi isso eu disse e já o tinha dito aqui por outras vezes. Isto é rigorosamente verdade.

A actividade económica de uma ilha, seja ela qual for, não funciona se as acessibilidades não funcionarem, se não estiverem, de facto, operacionais.

Relativamente ao rol de questões, eu não vou fazer referência, porque algumas delas são de tão pouco significado, de tão pouca expressão que se perdem no volume de obras que nós temos vindo a fazer.

Porque referiu a questão das estradas regionais, lembrava-lhe que, por exemplo, nós já fizemos mais de 70 km de tapete betuminoso.

É evidente que eu me lembro dos tempos em que vinha estudar para o Faial, é evidente que eu me lembro dos tempos em que não havia energia eléctrica, mas também é evidente que muito mais recentemente eu me lembro dos caminhos de cabras por onde circulava.

Muito obrigado. (*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que a ampliação do aeroporto do Pico não são só 250 metros.

A ampliação que foi feita é que vai permitir colocar no aeroporto do Pico o ILS, coisa que não é possível nem é permitido no aeroporto do Faial.

O aeroporto do Pico foi alargado lateralmente em 150 metros e é por isso que se vai colocar lá o ILS e é por isso que se vai fazer da Ilha do Pico uma ilha central, no Grupo Central do Arquipélago dos Açores.

Portanto, é extremamente importante aquilo que está a ser feito no Pico, não só a aerogare pelo valor que foi adjudicada, como também pelo valor que foi adjudicado o aeroporto do Pico.

Uma coisa é o aeródromo que foi feito pela força aérea, outra coisa é aquilo que nós estamos a fazer.

Em relação ao Porto de São Roque, a remodelação que está a ser feita, foi feita exactamente pensando na ampliação. Por isso é que fizemos a cabeça em caixotão para permitir a ampliação e depois fazer o reordenamento interno, porque os estudos feitos para o reordenamento interno não permitem naquela baía, com aquela dimensão, fazer mais do que aquilo que está feito neste momento.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para colocar duas questões.

Em relação ao aeroporto do Pico, muito obrigado pelos esclarecimentos do Sr. Secretário.

Em relação ao porto fico a aguardar os tais estudos que disse que tinha.

Ainda em relação ao aeroporto gostaria de lhe lembrar algumas coisas, Sr. Secretário, mas num sentido positivo e de crítica construtiva.

Era bom terem os terrenos comprados antes de se começarem as obras, tanto em relação à ampliação, como em relação à nova aerogare, porque há pessoas que continuam à espera. Os senhores têm muita preocupação em anunciar, mas depois metem os pés pelas mãos nos processos burocráticos.

Em relação ao Sr. Deputado Hernâni Jorge, eu fiz-lhe um comentário à função política que o senhor tinha. Eu nunca lhe fiz comentários às suas funções na vida privada e quero me abster de fazê-los,...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... porque por aí também podíamos ir muito longe, sabe-se lá chegar aonde. Eu não quero ir por aí.

Eu pus-lhe uma questão enquanto político. Enquanto político ponha as questões que quiser.

De resto, na minha vida privada eu fiz muito coisas e se Deus quiser hei-de fazer muitas mais, umas bem, outras mal.

Eu tenho muito orgulho em ter ajudado, com outras pessoas, a que de um dia para o outro os lavradores do Pico não ficassem sem uma estrutura onde pudessem pôr o leite, porque a questão que se punha na altura era os lavradores não terem onde pôr o leite, não era sequer a questão de atrasos.

Na altura tentou-se resolver e os principais envolvidos foram os lavradores, os produtores de leite. Eu só ajudei, umas vezes melhor outra vezes pior, mas nas funções da minha vida privada, antes de ser político.

O senhor, enquanto político é que foi o responsável, por coisas boas, mas também por coisas más.

Eu estou a falar do senhor enquanto teve um cargo político numa secretaria e no momento em que se esqueceram de negociar a quota leiteira para os Açores e iam desgraçando a lavoura desta Região. (*)

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Parecendo não haver mais esclarecimentos, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

Esperava que mais Membros do Governo pudessem ouvir a intervenção.

Para quem acompanha atentamente o que o PS realmente cumpriu, só pode concluir, com a objectividade dos factos, que os governos do PS foram governos de oportunidades falhadas. Governos que esbanjaram o dinheiro de todos sobretudo por causa do seu calendário político, do seu interesse partidário e da sua desesperada luta pela manutenção no Poder.

Este Plano e Orçamento, o residual, de uma estratégia de Médio Prazo, para os anos 2001/2004, revela bem o perfil deste mandato do Governo do PS. Pior do que o primeiro.

Um Orçamento que revela, nuns casos, um perfil de desperdício e de esbanjamento, e noutros casos, de desresponsabilização, por insuficiência de verbas para cumprir as acções prometidas e programadas.

Analisemos então a evolução de algumas das acções programadas e respectivos recursos financeiros afectos no Plano para 2004.

Em primeiro lugar a confirmação que este é um Plano eleitoralista. É um manual de como usar as verbas do Orçamento Regional para fazer campanha eleitoral. Não é, como devia ser, uma carta de progresso, nem é um Plano estruturante.

É um Plano sem perspectiva de eficácia.

Mas, para perceber o dito, avaliemos os seguintes dados:

- 29,5% das verbas do Plano estão dedicadas a acções com um valor inferior a 50 mil euros (10 mil contos);
- 44,4% das acções do Plano têm destinadas verbas inferiores a 100 mil euros (20 mil contos);
- 67,9% das acções do Plano têm adstritas uma verba inferior a 250 mil euros (50 mil contos);
- Apenas 5,9% das acções do Plano têm verbas previstas entre os valores de 1 milhão e 2,5 milhões de euros (200 mil a 500 mil contos);
- Só 1,6% das acções do Plano têm uma verba superior a 5 milhões de euros (1 milhão de contos). Como pode ser este Plano um Plano estruturante de desenvolvimento.

Em segundo lugar, este Plano para 2004 é um Plano sem as verbas suficientes para pagar as próprias acções programadas.

Terá de ser, por isso, o futuro governo a pagar o que agora este governo promete fazer, por causa da tática eleitoral.

O próximo Governo vai assim herdar as dívidas de muitas das acções executadas em 2004, por insuficiência deste Governo que, para 2004, tentará disfarçar a incompetência de um mandato inteiro.

Vamos a alguns exemplos para confirmar o que acabei de dizer:

- A Pavimentação da Estrada Regional Santa Cruz/Praia, na ilha Graciosa (Acção 11.2.20). Para esta promessa só estão inscritas 60% das verbas necessárias para a execução da obra (Prazo 10 meses). Quando pensa pagar os outros 40%?

Deputado Herberto Rosa (PS): Após a consignação.

O Orador: - A Reabilitação e pavimentação da ER 1-1ª das Lajes – Praia da Vitória. Apenas estão inscritas no Plano 50% das verbas necessárias à execução desta obra (Prazo 6 meses). Como e quando se pagarão os restantes 50%?

- A Empreitada de remodelação da Aerogare Civil das Lajes (Acção 14.1.9). O preço de adjudicação é de 2,825 milhões de euros mais IVA, **cujo preço base era de 2,5 milhões de euros**, mas no Plano estão inscritos somente 2 milhões de euros (Prazo 7 meses, abertas **ontem as propostas do concurso público**).

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Foi uma pena ter sido ontem!

O Orador: - A Estrada Regional 1-2ª Urzelina – Aeroporto, em São Jorge (Acção 11.2.51:). Inscritas no Plano apenas 1/3 das verbas necessárias à execução da obra, para 2/3 do prazo de execução previsto (**540 dias**). É por isso que o senhor se prepara para fazer campanha eleitoral em 2004 e a seguir virá quem há-de pagar.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu é que vou pagar.

O Orador: - A Pavimentação da Estrada Regional de Santa Bárbara (**com relatório de adjudicação do dia 09/12/03**). O valor da melhor proposta é de 363.049.00 € mais IVA perfazendo 410.245,30€. O Plano só tem inscritas 60% das verbas necessárias (**para um prazo de execução de 2 meses**).

Em terceiro lugar, o que se observa é que parte das verbas do Plano para 2004 são para pagar dívidas de obras já executadas e inauguradas nos anos de 2002 e 2003.

São exemplos indesmentíveis:

A envolvente à Ribeira Grande, trecho II (Acção 11.1.3). As verbas previstas no Plano são de 1 milhão e 75 mil euros, servem para pagar em parte, trabalhos a mais executados em 2003.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu não vejo qual é o problema.

O Orador: - Construção da Escola EB 2,3 Ginetes (Acção 17.1.4). A obra foi concluída e inaugurada em Setembro de 2003. O Plano para 2004 tem uma verba prevista de 1.958.632 €.

Esta é a boa gestão? É assim que este Governo paga o que deve? E só faz o que pode pagar?

- Reformulação da rede escolar do Topo e Santo Antão, em São Jorge (Acção 17.1.5). A obra foi concluída em Agosto de 2003. O Plano para 2004 prevê, no entanto, uma verba de 495.003 € para esta Acção.

Sr. Presidente do Governo, ao observar este Plano e este Orçamento compreendi as declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação. De facto, em absoluta ilegalidade, mas pelos vistos é o vosso truque na governação.

Os senhores são fiscalizados pelo Tribunal de Contas, são fiscalizados por este Parlamento e o que eu estou agora a fazer é exactamente esse exercício.

Mas, vamos dizer mais:

Em quarto lugar, fica percebida a incapacidade do Governo para assumir boa parte dos investimentos, que passam para a responsabilidade de empresas públicas e serviços autónomos.

- Será a Junta Autónoma do Porto da Horta que vai investir 8,5 milhões de euros na orla marítima das Lajes do Pico;

- Será a SATA a fazer vários investimentos que competiam ao Governo Regional, mas o que é grave é que o Sr. Presidente do Governo não tenha preparado este Plano para **transferir para a SATA o correspondente à parte regional no custo daquelas obras**, endividando, assim, a SATA e promovendo derrapagens financeiras nas empreitadas de obras públicas, sem qualquer preocupação na gestão pública rigorosa dos custos do investimento

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!* Isto é que é descascar.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso é o que você julga.

O Orador: Em 4 obras, a serem agora promovidas pela SATA, há uma derrapagem financeira de 44,13%. A lei não permite que seja assim, como o Sr. Presidente do Governo sabe que devia ir só até ao limite dos 25%.

Mas vou dar-lhe os exemplos concretos:

- A Conceção e Construção da Aerogare da Ilha do Pico tinha previsto, no concurso público realizado, um preço base de 4 milhões de euros, mas foi adjudicada por ajuste directo pelo valor de 5 milhões 399 mil 667 euros.(Prazo 420 dias). Já viram a derrapagem? Já perceberam como é que se pode governar e ter dinheiro para cumprir o que prometeram? Não é possível.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Fazer um concurso público com um caderno de encargos com a previsão de um determinado preço, ter que anular este concurso porque ultrapassa a lei dos 25% e depois fazer um ajuste directo, é de uma absoluta intransparência política.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É assim mesmo. Não sabe que é assim?

O Orador: Não é não senhor. É não respeitar os concursos públicos. Eu sei do que falo, no plano político e no plano jurídico.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Reclamavam os socialistas que tudo seria feito por concurso público e passam a vida a anular os concursos públicos e a fazer ajustes directos, com derrapagens, em média, de 44,3%. Isto é boa gestão?

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente do Governo Regional (Carlos César): *É cumprir a lei.*

O Orador: Mas os exemplos não acabam aqui.

- A Remodelação e Ampliação da Aerogare da Ilha das Flores tinha previsto no concurso público realizado um preço base de 1 milhão 397 mil 701 euros, mas foi adjudicada por ajuste directo pelo valor de 2 milhões 40 mil 999 euros e 96 cêntimos.(Prazo 360 dias).

Mais uma derrapagem irresponsável, mais uma anulação dum concurso público e a opção por fazer um ajuste directo sem qualquer transparência.

Deputado João Cunha (PSD): Mais uma negociata.

O Orador: Outro exemplo, Sr. Presidente:

- A Remodelação e Ampliação da Aerogare da Ilha de São Jorge tinha previsto no concurso público realizado um preço base de 1 milhão 563 mil 554 euros e 41 cêntimos, mas foi adjudicada por ajuste directo pelo valor de 1 milhão 996 mil 787 euros e 41 cêntimos. (Prazo de um ano).

Deputado Lizuarte Machado (PS): O prazo é que incomoda.

O Orador: Veja a derrapagem, 44,13%. Assim não se pode governar os Açores a caminho do desenvolvimento, nem saber gerir os parques dinheiros públicos que tem à sua disposição.

- A Ampliação da pista do aeroporto do Pico tinha previsto no concurso público realizado um preço base de 4 milhões 603 mil 904 euros e 59 cêntimos, mas foi

adjudicada também por ajuste directo pelo valor de 7 milhões 231 mil 520 euros e 55 cêntimos. (Prazo 300 dias).

O Sr. Secretário Regional da Economia está orgulhoso desta gestão?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já está feito.

O Orador: Se fosse numa empresa privada provavelmente estava despedido dias depois.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Convém realçar que o PSD não está contra a execução destas obras, estamos é contra o tipo de gestão preconizada por este Governo.

Finalmente, e se não fosse a gestão do tempo seria possível encontrar muitos outros exemplos, é ainda possível observar neste Plano para 2004 que não estão contempladas várias promessas, solenemente feitas e agora lançadas ao abandono pelo PS.

- A Variante à cidade da Horta, naturalmente o contentamento do Sr. Deputado Renato Leal,...

Deputado Renato Leal (PS): Não me diga que também tem ajuste directo!

O Orador: ... (prevista no PMP, mas que não consta deste Plano);

- A Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória, tanto reclamada pelo Deputado Clélio Meneses, (prevista no PMP, mas que não consta deste Plano);

- A Envolvente à Ribeira Grande - trecho III (teve 3,5 milhões de euros para 2002 e 2003, mas neste Plano já nada consta);

- A Variante à ER 1-1ª da Povoação, da minha terra, (nada consta neste Plano);

- A Variante à ER 6-2ª São Carlos – Terceira (nada consta neste Plano);

- O tão badalado Pavilhão de Exposições de Ponta Delgada para onde foi, Sr. Presidente do Governo?

- O Campo de Golfe do Faial, que chegou a dizer que vinha cá colocar a primeira pedra, para onde é que foi Sr. Presidente do Governo? Eu sei. Falta dinheiro e a má gestão dos exemplos que eu dei atrás.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor sabe por que é e por isso não está a ser honesto.

O Orador: Eu sei, Sr. Presidente, mas ao ter esbanjado dinheiro como esbanjou nos exemplos que atrás citei, não pode sobrar verbas para cumprir essas promessas.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Para concluir, Sr. Presidente, esta é a nossa indignação, o que se vê é que das palavras aos actos vai uma grande distância. Sobrou a paciência dos que esperaram fiados nas palavras, mas que já desesperam fartos das promessas não cumpridas do PS.

O problema deste Governo socialista não é de agora, vem de longe e ainda se vai arrastar até Outubro de 2004.

Para bem dos açorianos, o seu fim está próximo. O seu limite é 2004.

Deputado Paulo Messias (PS): 2008!

O Orador: Os Açores é que já reclamam uma nova esperança, porque querem vencer os desafios do futuro. O PS não oferece essa capacidade.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Apenas está inscrito o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Tem a palavra.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma vez que a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro versou grandemente as estradas regionais, eu gostaria de reafirmar, em nome do Governo, duas coisas:

Em primeiro lugar, o ano de 2004 vai ser um ano tranquilo para as empresas, ao contrário provavelmente daquilo que os senhores desejariam, porque gostam muito é de crise e dessas coisas assim.

Os senhores não gostam de comparação, mas a comparação serve para verificar que os senhores são única e simplesmente a esperança do passado.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): E os senhores são a desilusão do presente.

O Orador: Os senhores gostam muito de resolver essa situação com as comparações, que nós também as temos, mas a comparação é simples, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, porque em matéria de asfalto betuminoso na Região Autónoma dos Açores só foram capazes de pavimentar 140 km ao longo de 20 anos e nós pavimentámos 450 km. Mas pior do que isso, os senhores gastaram 102 milhões de euros nesses 149 km...

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Nessa altura não havia euros.

O Orador: ... e na nossa gestão, nós conseguimos fazer os 450 km com 203,7 milhões de euros.

Deputado João Cunha (*PSD*): O resto foi para o fogo de artifício.

O Orador: Isto quer dizer que nós fizemos e vamos fazer mais com o menos dinheiro. O custo do quilómetro também foi mais barato e, portanto, é isso que os senhores não podem, de facto, combater.

Para além de todos esses incumprimentos, são situações que não têm em conta, e isso não me parece ser correcto, a reprogramação financeira que foi feita em 2003, por razões conhecidas aqui nesta Assembleia e onde se retirou muitas acções, porque

governar é optar, que os senhores agora dizem que são incumprimento. Não faz nenhum sentido.

Houve uma reprogramação financeira em 2003, por razões conhecidas, em que foram retiradas muitas acções consciente e deliberadamente, porque não havia recursos financeiros para poder executá-las.

Isto significa que a nossa reprogramação feita correctamente em 2003 representa também uma opção deliberada para nós podermos cumprir aquilo que poderíamos fazer. Foi isso que nós fizemos.

Em matéria de balanço de quem é que fez mais e gastou menos, os números é que atestam isso.

Portanto, a vossa confiança é sempre na derrota, na catástrofe, na crise e isso, efectivamente, não significa nada para os Açores e é por isso que eu também digo que os açorianos não se revêem nessa postura, porque os senhores não têm nada a oferecer de novo aos açorianos. (*)

Deputado Francisco Sousa (PS) *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado João Cunha (PSD): Fiquei sabendo que misturar fogo de artifício com asfalto é mais barato!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:

Para além dos vários exemplos da minha intervenção inicial tenho um reservado para si, exactamente para esta oportunidade.

Devo dizer, Sr. Secretário, que o registo principal é aquele que eu já disse em aparte: “Hoje o PS e o seu Governo são a desilusão do presente e a falta de expectativa”.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): E o PSD é a anedota do futuro!

O Orador: Mas digo-lhe mais:

O senhor nem sequer é capaz de manter coerência entre o que diz num dia e o que diz poucos dias depois.

Em certa altura, nesse exercício que o senhor permanentemente insiste fazer, disse que o Governo do PS ia resolver o problema das empresas e que não pagaria as irresponsabilidades dos Governos do PSD.

Lembra-se do caso da 2ª circular de Ponta Delgada?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Lembro-me.

O Orador: Um triste caso para si, Sr. Secretário,...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Para mim não.

O Orador: ... porque chegou a dizer: “Não pago nada. Os erros são da responsabilidade do PSD”.

Mas depois, em declarações aos jornais do dia 15 de Fevereiro de 2002, o Sr. Secretário disse: “Esta indemnização vem pagar uma dívida do antigo Governo do PSD. O Secretário Regional garantiu também que vai cumprir escrupulosamente com os pagamentos da indemnização”.

Como se pode acreditar nas suas palavras, ditas em Fevereiro de 2002, quando o seu chefe de gabinete diz que, afinal de contas, as indemnizações devidas vêm, de facto, de 95, mas cuja responsabilidade vai até a um período de execução contratual em Abril de 1999?

Surpresa!

Quem é que estava em 99 no Governo?

O senhor e o Partido Socialista!

Eu sei muito, Sr. Secretário, por isso não pode vir aqui dizer qualquer patranha, porque não engana nem passa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois, o senhor para fugir àquele pedido de indemnização que era feito no Tribunal, tentou fazer um acordo para o diminuir, e fez esse acordo, curiosamente um acordo que, por mera coincidência, correspondeu a um pedido de 1995, ou seja, o pedido inicial da indemnização que o senhor recusou pagar.

Entretanto, o que o senhor fez, ao contrário do que afirmou em Abril de 2002, foi não cumprir como prometeu, e por isso as suas promessas o vento levou-as, passando agora a ter que pagar um multa por incumprimento.

Dou-lhe exemplos:

Deveria ter pago em 30 de Abril de 2001 o valor de 100 mil contos e até 30 de Abril de 2002 o valor de 295 mil contos.

A verdade é que o Governo Regional não cumpriu este acordo e agora vai ter que pagar adicionalmente mais 50.150 contos em juros.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: É esta a gestão que o Sr. Secretário Regional faz dos dinheiros públicos? É esta a responsabilização que o senhor quer fazer relativamente aos governos do PSD em 95?

O senhor é responsável pelo pagamento dessa indemnização, pelo facto de não ter cumprido a sua própria palavra em pagar atempadamente o acordo indemnizatório e agora leva com juros de mora.

Vem queixar-se que não há dinheiro. Não tem razão. Foi, isso sim, um mau gestor.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à última frase do meu gestor, ela fica comprovada com aquilo que os senhores fizeram e realizaram e aquilo que nós fizemos, investimos e que foi realizado.

São dados que são indesmentíveis e que os senhores não podem aduzir mais nada contra isso.

Por quilómetro nós fizemos mais com menos dinheiro e isso fica registado para a história.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está aqui um acordo que o senhor não cumpriu!

O Orador: Em relação ao caso que falou da chamada indemnização da 2ª Circular, o senhor começou muito bem só que terminou mal,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quer que lhe mande a cópia?

O Orador: ... porque à data da entrada do VII Governo Regional havia um pedido de indemnização de mais de 300 mil contos e esse pedido em 96 subiu, de acordo com a empresa, para 2 milhões de contos. Isso não era da responsabilidade do Governo Regional do Partido Socialista.

O que nós fizemos foi uma coisa muito simples que significa boa prática de gestão, que foi resolvermos um problema, em primeiro lugar, com um tribunal arbitral, mas antes da decisão desse tribunal houve um entendimento entre a Região e a empresa no sentido de dirimir esse conflito e no sentido de penalizar ao mínimo uma obra que, desde o início, foi mal projectada pelos vossos governos e que teve muitos problemas de erros e omissões.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Foi até 99.

O Orador: O senhor pensa que essa indemnização que aconteceu até 99 é da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, quando essa indemnização foi baseada nos erros, nas omissões e nas más ordens que foram dadas pelo então Governo do PSD? Obviamente que foi. Essa indemnização é totalmente da vossa responsabilidade em termos do governo anterior e até lhe posso dar exemplos:

Não estava para haver trevos na Levada e em São Gonçalo e há última da hora o então responsável disse à empresa “mas nós agora já queremos introduzir aí uma ligação à Fajã de Cima”, o que implicava, como óbvio, mais uma alteração ao projecto. Foram situações desta natureza que efectivamente explicam que a empresa pediu uma indemnização elevadíssima.

Essa indemnização foi bem negociada pelo Governo Regional e foi negociada no acordo que previa que se o Governo tivesse dificuldade em alguns anos, teria que pagar juros adicionais.

Como sabe essa dificuldade existiu no ano em que isso não foi pago e vai ser pago no ano seguinte, mas isso não tem nada de anormal, porque está escrito no contrato.

Nós não tivemos os recursos financeiros para pagar uma dívida que era vossa...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não senhor. A responsabilidade foi vossa.

O Orador: ... e fizemos um acordo exactamente para honrar o bom nome da Região, duma empreitada que foi mal projectada e que as decisões foram também mal tomadas e a obra foi, nessa altura, mal gerida.

Portanto, os maus gestores foram os vossos governos. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito brevemente, porque a gestão do tempo a isso obriga, para dizer que é triste que o senhor possa ser desmentido pelas suas próprias declarações em Abril de 2002, que eu citei, dizendo que escrupulosamente ia cumprir o acordo. Agora reconhece aqui que não cumpriu e por causa de si a Região tem que pagar 50 mil contos de juros de mora, por um acordo que está feito e subscrito pelo Sr. Presidente do Governo.

O senhor não cumpriu a sua palavra. O senhor pela sua gestão deu um prejuízo à Região de 50 mil contos, mesmo que tenha havido erros de projecto. Isso é normal e nas suas obras, provavelmente também os existirá.

Deputado Renato Leal (PS): Normal?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Boa gestão!

O Orador: Estão a procurar desviar as atenções do essencial, mas não conseguem.

O Sr. Secretário consegue desmentir que vai pagar 50 mil contos de juros de mora por não ter cumprido o acordo que o Sr. Presidente do Governo assinou com a empresa...

Deputado Lizuarte Machado (PS): O acordo já previa essa questão.

O Orador: ... e que o senhor declarou em Abril que pagaria e que cumpriria escrupulosamente?

Desminta isso aqui, se faz favor.

O senhor é ou não responsável pelo pagamento desta multa de 50 mil contos?

O senhor não faltou à palavra em Abril de 2002 quando disse que pagaria escrupulosamente o acordado com essa empresa? Isso é que é de bom gestor?

O senhor deu prejuízo à Região Autónoma dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só uma palavra muito breve para dizer que em matéria de prejuízos nós poderíamos elencar vários prejuízos de situações não pagas desde 1986 que estavam lá penduradas na Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Dos exemplos que eu dei ali da tribuna, o Governo vai ter que pagar milhões de euros.

O Orador: Não tenho nenhum pejo em falar naquilo que nós tivemos que assumir de 92 a 95 e que representam centenas de milhares de contos e que nós tivemos que saldar em 96 e 97.

Se é isso que o senhor considera boa gestão, estaríamos conversados.

Mas, queria-vos dizer que é preciso ter algum, permita-se, descaramento de vir acusar o Governo Regional de ter assumido um compromisso que é da vossa inteira responsabilidade...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não é da nossa responsabilidade!

O Orador: ... e que representa uma obra que teve problemas e foi por isso que a empresa pediu uma indemnização, ou seja, os senhores estão a acusar-nos de termos feito um acordo não ruinoso para a Região, no sentido de assumir um compromisso do bom nome da Região, duma empreitada que foi lançada por vós, mal projectada por vós e que conduziu, de facto, a essas situações.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Por causa do senhor vão ter de pagar 50 mil contos de multa.

O Orador: Em relação ao acordo que está estipulado com a empresa, obviamente que nós não podemos satisfazer a prestação do segundo ano e como estava lá escrito nós poderíamos e vamos pagar alguns juros por essa indemnização.

Também lhe quero dizer que essa indemnização está em negociação e, portanto, não pense que vão ser os 50 mil contos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Vai tentar dar a volta ao acordo.

O Orador: Podem fazer as conferências de imprensa que quiserem que isso não resulta.

Eu gostaria de dizer mais uma vez que esta obra é uma obra que foi lançada por vós, mal projectada por vós, que teve um pedido de indemnização feito por causa disso e que o Governo Regional do Partido Socialista a única coisa que fez foi assumir os compromissos da Região que vinham de trás e, naturalmente, honrar os compromissos de acordo com um calendário que, entretanto, foi possível realizar.

Isto significa que o senhores deviam estar mais uma vez envergonhados com uma situação que é da vossa responsabilidade e que nós assumimos na íntegra como Governo da Região.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Região é pessoa de bem.

O Orador: Infelizmente não foram só estes, foram pelo menos, que eu tenha conhecimento, mais de meio milhão de contos em coisas relativamente simples, algumas que vinham de 1986, como um portão da Escola Antero de Quental.

Portanto, os senhores não nos dão lições em matéria de gestão, porque efectivamente os “rabos de palha” que deixaram foram muitos. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mais de 50 mil contos, Sr. Secretário.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos aqui o debate sobre estas Propostas de Decreto Legislativo Regional.

Vamos passar às declarações finais.

Entretanto o Sr. Secretário vai informar os tempos ainda disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista dispõe ainda de 44 minutos; o Governo dispõe de 5 minutos; e o PSD dispõe de 14 minutos.

(Pausa)

Presidente: Vamos dar início à parte final deste debate com as declarações finais.

Agradecia que os diversos Grupos Parlamentares fizessem chegar à Mesa as propostas de alteração, para serem fotocopiadas e distribuídas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Acompanhámos a apresentação das propostas do Governo sobre o Plano e Orçamento para 2004. Participámos com normalidade nas audições feitas em Comissão aos membros do Governo. Discutimos e analisámos internamente essas propostas. Tomámos conhecimento de pareceres e ouvimos parceiros sociais. Utilizámos todo o tempo regimental para, em Plenário, levantarmos as questões que nos pareceram mais importantes.

Penso, numa palavra, que o Grupo Parlamentar do PCP cumpriu com a sua obrigação e funções parlamentares em relação a esta que é a discussão central anual deste Parlamento.

Estamos agora a terminar o debate e temos que dizer que as argumentações usadas pelo Governo não nos fizeram alterar nem a análise, nem as preocupações que temos a propósito destas propostas e das políticas económicas e sociais que vêm sendo realizadas na presente legislatura pelo Governo e pela maioria absoluta do PS.

O presente debate foi muito marcado pela discussão do que se propôs e não se fez no presente e no passado.

Se é certo que essas questões têm interesse óbvio, nomeadamente para demonstrar que o Plano é historicamente, muito mais usado como instrumento de propaganda do que como instrumento de planeamento, também é certo que o debate foi pobre no que toca às nossas necessidades de futuro.

Para o PCP/Açores, este Arquipélago que é uma Região Autónoma Portuguesa e que é uma Região Ultraperiférica da União Europeia, tem o direito a ter uma economia regional construída a partir do aproveitamento das nossas capacidades e potencialidades existentes e reforçada com outras e novas capacidades e actividades económicas.

Só com um modelo assim construído poderemos convergir, poderemos enfrentar os custos da insularidade, poderemos criar um futuro melhor e seguro para os nossos filhos.

Os Açores de hoje, tem, infelizmente uma fortíssima semelhança com os Açores de há 7 anos, e que reside no facto de agora como há 7 anos, não estarmos a crescer com o ritmo suficiente para criar a convergência a que temos direito, quer com o espaço nacional, quer com o espaço comunitário.

Todas as evoluções verificadas e certamente que muitas houve, são insuficientes e precárias enquanto não entrarmos num verdadeiro e actualizado processo de desenvolvimento.

É para o PCP/Açores de lamentar que tal tema não tenha sido verdadeiramente discutido nestes dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por muito que seja dito o contrário, o certo, certo é que as consequências da recessão económica que se vive no País em virtude da política de Barroso/Portas estão já a chegar à Região e alguns dos indicadores irão, nos próximos meses, mostrar isso mesmo.

Isto acontece, embora com o amortecimento inicial que alguns mecanismos regionais permitem, porque é inevitável que aconteça, desde logo na profunda ligação que há entre a quebra de poder de compra e a quebra nos consumos.

Os reflexos da política nacional também se farão sentir, como já foi aqui dito, na redução da capacidade de investimento público regional e das autarquias.

É a partir desta reflexão que tiramos a primeira das conclusões que queremos registar e que diz respeito ao facto da política nacional do PSD/PP, por ser

centralista e por visar modificações estruturais muitíssimo negativas no País, afecta e prejudica gravemente o desenvolvimento regional.

A segunda conclusão que tiramos de todo o trabalho feito é que as presentes propostas, tal como muitas outras feitas ao longo dos anos, quer por este Governo, quer por outros Governos, constituem uma resposta claramente insuficiente se enquadrada numa perspectiva de obtenção de um crescimento que seja convergente.

A terceira conclusão que tem que ser registada refere-se ao facto de ser absolutamente óbvio que o Plano foi concebido como parte de uma política muito imediatista e muito virada para a própria conservação no poder. Fazem-se inúmeras promessas que, desde logo se sabe, são feitas porque estamos em ano eleitoral.

A quarta conclusão diz respeito ao facto de a presente proposta de Plano contar 41% de verbas não desagregadas, não sendo válidas as justificações dadas pelo Sub-Secretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus, pois as áreas por ele referidas existiram sempre nesta Legislatura e as verbas não desagregadas em 2001 representavam 21%.

Esta sempre crescente não desagregação corresponde a um também sempre crescente reforço do estilo arbitrário e centralizado de realizar o investimento.

A quinta conclusão, ligada aliás à anterior, tem muito a ver com a falta de vontade, absolutamente demonstrada pela prática e pelas opções, em não promover as condições essenciais a um desenvolvimento harmónico de toda a Região.

A sexta conclusão refere-se à decisão de privatizar a EDA, SA, que consideramos ser um dos mais sérios erros do actual Governo Regional.

A sétima conclusão prende-se com o facto de haver um investimento crescentemente insuficiente face às necessidades das áreas sociais, carência essa directamente ligada a uma concepção orçamental herdada do PSD e que encara o orçamento público, prioritariamente, como financiador de faixas da iniciativa privada.

A oitava conclusão é a de que este Plano não é um instrumento que assuma claramente a defesa das nossas produções e indústrias fundamentais, a par da defesa do crescimento de outros sectores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Registadas estas que são as conclusões principais do Grupo Parlamentar do PCP tem que ser dito que nós, legitimamente, defendemos sérias mudanças de política para a nossa Região Autónoma.

Não sendo o momento de explicar essa nossa visão é contudo o momento de dizer que é urgente que o crescimento convergente deixe de ser uma miragem, propalada pelos governos desde 1984, mas sempre substituída por políticas e práticas quase todas elas imediatistas e como tal incapazes de criar um modelo de desenvolvimento adequado.

É tempo de sublinhar ser de fundamental importância que a Região e o País trabalhem para a valorização do Estatuto da Ultraperiferia, instrumento essencial para que, no quadro comunitário, a convergência seja viabilizada.

É tempo de dizer e de exigir que o relacionamento institucional entre o Governo da República e os Governos Regionais não só deixe de ser feito com conflitualidade como, principalmente, deixe de estar marcado por instrumentalizações partidárias.

É tempo de dizer com toda a clareza, que uma eventual maioria absoluta futura do conjunto PSD/PP seria o mesmo que instalar um quadro político regional de submissão ao centralismo histórico e presente da direita nacional no poder.

É tempo de dizer, também com toda a clareza, que a Região nada ganha com a existência de qualquer Governo regional assente numa maioria absoluta.

É tempo de dizer que só um quadro político mais plural, pode reequilibrar as políticas, torná-las mais adequadas às especificidades e mais aptas a encontrar as respostas necessárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP não apresentará propostas de alteração na especialidade, por considerar que neste contexto, elas não podem ser um contributo, uma vez que o Governo, em geral, não cumpriu as mais significativas propostas do PCP que foram apresentadas e aprovadas nesta legislatura.

O Grupo Parlamentar do PCP votará na generalidade e na globalidade contra esta propostas e na especialidade ajuizará da validade relativa de cada programa.

O Grupo Parlamentar do PCP fez tudo o que estava ao seu alcance, para, ao longo desta legislatura, contribuir para o equilíbrio das Propostas de Plano e Orçamento. Estas propostas que são as últimas da legislatura são a síntese de uma política com a qual globalmente não concordamos porque tem erros e insuficiências muito sérias.

Disse

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A poucos meses do fim deste Governo Regional, de pouco servirá vir aqui tecer grandes comentários sobre planos e orçamentos que mais não têm sido do que o exercício anual de uma farsa, em que fazemos de conta que as coisas ainda têm solução.

Não vale a pena. Não contem connosco nessa encenação. Não contem sequer connosco para alterações ou melhorias àquilo que já não tem emenda. De nada serve o remendo novo em pano velho.

Já é tarde para corrigir, ou sequer lamentar. Não vale a pena gastar cera com tão ruins defuntos

Foram rosas que passaram. Primeiro com a euforia do estado de graça, depois com a corrosão de alguma falta de sentido de Estado.

Aliás, a falta de algum sentido de verdade dos vossos documentos já não deixa espaço para que funcione a melhor das boas vontades.

Quantas obras prometidas, quantas obras planeadas, quantas promessas adiadas, ano após ano, sempre com a capa de que a taxa de execução de cada Plano é alta, como se não fosse simples perceber que gastar o dinheiro é fácil. O que não pode continuar a ser tão fácil, o que não queremos que continue a ser tão fácil, é que se continue a gastar tanto dinheiro sem cumprir com tanta anunciada obra. É que foram, nestes 8 anos, 1000 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Onde está o sentido de verdade? Continua o Governo Regional a afirmar no Orçamento que o valor das transferências do Orçamento de Estado está aquém das suas expectativas. Mas afinal, não foram os senhores que em 2000 escreveram no Plano a médio prazo que as vossas expectativas para as transferências do Estado em 2004 eram de 43 milhões de contos, ou seja, 215 milhões de euros? E porventura também não foram os senhores que no orçamento deste ano anunciaram que as vossas expectativas eram de 231 milhões de euros? E então os senhores nunca ouviram dizer que 231 é mais 16 do que 215? Então que necessidade têm de virem aqui ouvir que este Governo da República vai transferir mais 16 milhões de euros do que aquilo que os senhores aguardavam do amigo Guterres?

Não quero com isto deixar de dizer que sou daqueles que pensam que a nossa terra merece certamente mais. Mas essa é uma questão diferente e que não tem a ver com este ou outro Governo da República. Obviamente que o valor das transferências do Estado sempre esteve e continua a estar aquém da importância que os Açores têm na valorização de Portugal como Nação no contexto atlântico e internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Os Açores são anunciados pelos vendilhões da utopia como o oásis e o exemplo de prosperidade de todo o universo habitado.

Realmente, lá diz o povo, que quem não tem vergonha todo o mundo é seu. Algum dia foi a nossa economia regional exemplo para alguém que viva no mundo civilizado?

Apenas numa coisa, da qual obviamente nos orgulhamos. Na iniciativa, na vontade e na convicção dos açoreanos em vencer as adversidades. Não fossemos nós um povo com 500 anos de história de permanente batalha com as dificuldades que a nossa realidade acarreta. Esta força de vontade é certamente a nossa maior riqueza, que não podemos perder, por muito que os socialistas tenham cultivado o facilitismo e o adormecimento da sociedade civil.

Está hoje demonstrado que este Governo Regional tem alguma dificuldade em acompanhar o dinamismo e a evolução da sociedade açoreana e daqueles que a esta

se têm juntado em parceria criando novas fontes de riqueza e de bem estar, milhares de novos postos de trabalho, milhares de novas habitações...

É por isso que, se perguntarmos a um comum cidadão que viva nos principais centros urbanos, se nos últimos tempos o progresso tem chegado à sua terra, a resposta será afirmativa. Mas se perguntarmos porquê, a resposta é rápida e automática: os hotéis, o comércio, novos bairros, novos arruamentos nas principais vilas e cidades, dezenas de novos restaurantes e bares, e, no caso da ilha de S. Miguel, os 4 Km de estrada entre S. Roque e a Atalhada.

E não será que hoje é sobretudo aos privados que se deve a maior parte das obras grandes, das emblemáticas, das que marcam o ritmo do nosso tempo e a diferença do dinamismo dos maiores centros? Este é um governo que tem um discurso estruturado em velhos chavões progressistas, mas que na acção ficou para trás no tempo, nos métodos, no ritmo, no compromisso, e no acompanhamento da sociedade civil.

Quem esteve na inauguração do novo Centro Comercial e ouviu o conteúdo despropositado de um determinado discurso, em que se tentava convencer Belmiro de Azevedo que o referido investimento só foi possível graças à política deste Governo (e não ao capital investido), perante até o sorriso demolidor da assistência, ou seja, de muitos daqueles que são os obreiros desse novo progresso, sabe bem do que falo.

É também esse desmerecimento das nossas instituições regionais que importa reconquistar na simpatia dos açoreanos em nome da própria Autonomia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Mesmo assim, o PS, num acto de desespero autista, de quem não percebe que está isolado em todas as frentes, diz que está coligado com os açoreanos.

O que gostava de saber é quando é que essa coligação começou? Quando é que os açoreanos se pronunciaram sobre isso? Quem é que disse que sim?

É que o povo não foi com certeza. Então os senhores já se esqueceram do resultado das autárquicas? Então os senhores já não se lembram que nas legislativas 50.000 açoreanos tiveram opinião diferente dos 35.000 que ainda vos apoiavam em 2002?

Aliás, uma coligação é a junção de duas realidades diferentes, com um projecto e um propósito comuns. Se este fosse um governo que integrasse o apoio dos açoreanos, não precisava certamente de se coligar. Se o querem fazer é porque sabem que deixaram de ter o apoio natural dos açoreanos.

Ter essa vontade, para quem está aflito nem sequer é criticável. Criticável é sim dizê-lo, sem a outra parte, os açoreanos, o ter consentido.

A ideia da verdadeira coligação está com tanta força que até o PCP já veio inventar que se ia coligar com as causas justas, esquecendo-se que já pertence à CDU: a mais velha coligação de Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Mais do que os valores financeiros desperdiçados em todos estes oito anos em que a esquerda governou os Açores, permitam-me que manifeste aqui o meu mais veemente repúdio pela cultura de contra valores, que resultou das novas filosofias partilhadas por esta esquerda que se auto proclama solidária e tolerante.

Não vou aqui falar daquilo a que Ferro Rodrigues diz ser um problema do PS/Açores.

Não faremos com o PS o que este Partido fez com o líder nacional do CDS que, sendo mera testemunha de um processo, foi acusado, trucidado e quase julgado erradamente pelos socialistas na praça pública.

Não responderei nesta matéria com a mesma moeda da tentativa continuada, declarada e fracassada do PS/Açores de me retirar da actividade política. Aliás, triste coincidência o Partido Socialista ter enchido a cidade de Ponta Delgada com cartazes em defesa de desvios sociais, num contexto extemporâneo, e tão a despropósito que já veio agora, só agora, retirá-los.

O que não significa que no campo dos princípios nos sujeitemos a um pretenso muro de silêncio.

Politicamente não está, nem pode estar, em causa esta ou aquela pessoa, essa é uma questão que só à justiça diz respeito, embora Ferro Rodrigues diga que é um problema do PS/Açores.

É tempo de firmeza nas convicções. Quando tudo passa a ser permitido, e até considerado normal no discurso corrente, os desvios passam a ser cada vez mais profundos.

Como publicou a Santa Sé, em 16 de Janeiro deste ano, em nota da Congregação para a Doutrina, os valores da doutrina da Igreja como a defesa da vida humana e a família no seu verdadeiro conceito são “princípios éticos que, pela sua natureza e pelo seu papel de fundamento da vida social, não são negociáveis”. Ou, citando o mesmo documento, a laicidade “não deve gerar a confusão entre justa autonomia da esfera política com a recusa do ensinamento da Igreja” numa forma de “laicismo intolerante”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No meio dos números e das obras, que sociedade queremos nós afinal?

Pensem nisto. Pensem todos nisto, sem excepções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Voltemo-nos a levantar e devolvamos aos açoreanos a esperança no futuro.

Os Açores precisam de uma profunda mudança.

Façamos de 2004 o início de um novo tempo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PP e do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz:

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo

No encerramento do debate do Plano e Orçamento para 2004, quero, antes de mais, desejar bom trabalho ao novo Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Neste debate que agora termina, o passado recente da governação socialista marcou o seu presente condicionado, que não oferece mais do que dez meses de futuro.

Sabemos que o presente nos pode tentar distrair, mas o que importa é reafirmar princípios e valores e falar do futuro.

Para nós, os princípios valem mais do que os interesses partidários e os valores superam qualquer conjuntura política.

Para nós, ninguém está acima da lei ou fora da sua protecção. Para nós, não há cultura de Estado nem nenhum código de ética partidário que se possa impor aos outros.

O PSD/Açores é um partido assumidamente personalista. Para nós, o fim último da política reside na pessoa humana.

Pugnamos pela sua dignidade e pelos seus direitos pessoais, sociais e políticos.

Reafirmamos esses valores, independentemente da crise política do Governo hoje e sempre.

Os valores e os princípios servem para precaver, evitar, combater e ultrapassar problemas, obstáculos, dificuldades e crises. Defendemos os valores da moderação, do altruísmo, do respeito pela autonomia pessoal, como defendemos a imaginação, a inovação, a corresponsabilização, a tolerância, o rigor e o diálogo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Srs. Membros do Governo:

Hoje quero falar-vos do futuro.

Do futuro dos Açores, do futuro de cada açoriano.

Do açoriano que foi esquecido, do açoriano que foi discriminado, do açoriano que foi adiado e enganado.

Quero falar-vos da esperança, de ambição, de felicidade e de sucesso.

Quero falar-vos do que faremos, do que um novo governo fará se os açorianos assim quiserem.

Não vamos prometer o impossível, nem vamos garantir o que sabemos que não poderemos fazer, mas queremos o melhor para a nossa terra e temos um projecto ambicioso.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vamos ser honestos nas propostas. Achamos que os açorianos apreciam a honestidade e merecem a verdade.

O PS esteve neste debate obcecado em lembrar um passado distante e agarrado a todo o custo ao presente que quer eternizar, mas é preciso governar os Açores em diálogo com todos, não só com os que dizem sempre que sim, nem só com os que giram à volta do poder.

É preciso governar os Açores com verdade e não negando a verdade dos números ou usando-os ao jeito de propaganda enganosa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É preciso governar os Açores com valores, não pensando que vale quase tudo para fazer esquecer os problemas ou mesmo até para os resolver.

É preciso governar os Açores com princípios, não achando que sem regras é mais fácil atingir objectivos imediatos que só interessam a quem está no poder pelo poder.

Tantos planos e orçamentos socialistas de ficção, que os açorianos deixaram de acreditar no que devia ser um conjunto sério de intenções a cumprir num determinado prazo real.

Queremos trazer de novo a credibilidade aos documentos, aos Planos, aos Orçamentos e aos números.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Fazer com que os açorianos confiem nos políticos e nas suas promessas.

Apostamos na solidariedade, porque a solidariedade é a melhor síntese de valores que se pode ter em política.

Temos as pessoas como primeira opção. Por isso, o Governo liderado pelo PSD, se os açorianos assim quiserem, aumentará as reformas e as pensões dos idosos, alargará o apoio ao domicílio para 24 horas, melhorará as condições e os níveis de protecção social, concretizará a convergência salarial entre os trabalhadores das IPSS e os que desempenham funções idênticas na Administração Pública, que este governo tem negado, como justamente pretendem estes trabalhadores.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Combateremos a pobreza e a exclusão social, que é a raiz de todos os problemas.

Neste combate estão todos convocados, cada um de nós, todas as famílias, todas as empresas, todas as autarquias, todos os governos.

Não faremos política partidária com a pobreza e a exclusão social, não nos preocuparemos em dominar política e partidariamente as instituições sociais.

Pelo contrário, o trabalho das instituições particulares de solidariedade social, das Misericórdias, das Casas de Povo, do voluntariado social e das famílias vale incomensuravelmente mais do que o interesse partidário.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Propomos um Plano Regional de Acção para a Inclusão, no qual consagraremos as medidas de política integrada de vários domínios e que tenham por objectivo o reforço da coesão social, a modernidade e a capacidade colectiva de construção de uma sociedade mais justa e equitativa, com iguais oportunidades para todos. Queremos qualidade, acima de tudo qualidade de vida para aqueles que não precisam.

Tudo faremos para compatibilizar a competência no trabalho com a felicidade em casa dos açorianos, fazendo mais creches, mais jardins de infância e criando novas estruturas de apoio às famílias.

Apostamos na família e estaremos ao lado das famílias preocupadas com a toxicodependência, agindo a tempo, antes de mais e, sobretudo, antes que seja tarde.

Os problemas enfrentam-se, não se adiam, nem se escondem.

A toxicodependência é já uma grande preocupação dos açorianos.

Apresentaremos um programa de prevenção da toxicodependência que envolva escolas, bibliotecas, IPSS, autarquias e centros de saúde.

Queremos uma verdadeira aposta na desintoxicação, com mais e melhores programas, mais profissionais, mais espaço.

Queremos novas formas de reinserção, sem complexos, sem discriminação, simplesmente com uma mão amiga que apoia, incentiva e está presente sempre que é necessário.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Vamos criar um programa de apoio financeiro às autarquias locais e vamos reforçar o acesso das autarquias aos fundos comunitários, porque sabemos que é mais fácil resolver os problemas dos açorianos todos juntos em vez de uns contra os outros.

Vamos trabalhar com os autarcas e nunca contra eles, sejam de que partido forem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: O actual governo, – de acordo com o Jornal Oficial –entre 1997 e Outubro de 2003, deu 64,4% dos apoios às Câmaras e Juntas do Partido Socialista,

que apenas representam 26% de todas as Câmaras e 40% de todas as Juntas; e 33,6% dos apoios às Câmaras e Juntas do Partido Social Democrata, quando estas representam 68% de todas as Câmaras e 57% de todas as Juntas de Freguesia dos Açores.

A discriminação das autarquias é o traço mais marcante do estilo da governação socialista.

Discriminar não é o nosso modo de agir, discriminar não vai ser, nunca foi nem será o nosso estilo de governação.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Investiremos nos caminhos, abastecimento de água e energia às explorações agrícolas, apostaremos na qualidade das condições de trabalho dos agricultores, bem como na qualidade do “Produto Açores”.

Apostamos em fixar a população no mundo rural, temos como objectivo estratégico diversificar a base produtiva do sector agrícola, dialogaremos com as associações agrícolas e com os agricultores, faremos a revisão da Lei de Orientação Agrícola.

A definição de sistemas de apoio financeiro e a reforma da legislação do emparcelamento agrícola e do modelo institucional do sector agrícola serão prioridades da nossa actuação neste sector.

Apresentaremos um Plano Regional para o Desenvolvimento Agro Rural e um Plano Integrado de Extensão Rural e Divulgação Agrária.

O nosso ambiente é o nosso maior tesouro, por isso é preciso protegê-lo e educar para a sua protecção.

Na educação ambiental reside o segredo da preservação ambiental.

Procederemos à reforma do quadro institucional da administração do ambiente e do quadro legal do ordenamento do território.

É preciso uma cultura de acção e uma consciência ambiental, é preciso um Programa Operacional de Ambiente e de Valorização do Território.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Apostamos estrategicamente no mar, que nos permite dar um contributo essencial para a dimensão atlântica de Portugal e da Europa, que é fonte de energias renováveis e de recursos naturais a explorar e a defender.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Contribuiremos para a dignificação da profissão do pescador, para a modernização da frota, para a melhoria das infra-estruturas portuárias e para a qualidade do transporte do pescado.

Queremos promover o sucesso educativo, fomentar uma cultura orientada pelos valores da excelência e do mérito pessoal.

Queremos jovens com mais sucesso escolar, pais mais presentes na educação dos seus filhos, professores mais motivados para ensinar.

Apostaremos no primeiro ciclo do ensino básico: vamos dotar todas as salas de aula de um computador com uma ligação à Internet, e vamos generalizar um programa de iniciação a uma língua estrangeira.

(Risos da bancada do PS)

Mesmo que o PS goste de rir perante propostas tão importantes.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Dignificaremos a carreira docente, promovendo a formação continua, acautelando a estabilidade dos quadros de pessoal, dialogando e não combatendo os sindicatos de professores, com quem este governo teve as maiores dificuldades em se entender.

Queremos uma rede escolar qualificada, com instalações seguras e funcionais.

Apostamos na acessibilidade aos cuidados primários de saúde, temos como objectivo a cobertura integral da população em cuidados essenciais de saúde.

Vamos recorrer à contratualização pública de médicos para ultrapassar a falta de médicos de família, apresentaremos um programa específico de combate às listas de espera.

Deputado Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Numa área tão importante como a saúde, não teremos vários secretários, cada um com a sua política, diferente da do anterior, sempre a recomeçar de novo mesmo quando estão quase a acabar.

O que nos vale é a dedicação dos profissionais de saúde.

As tecnologias de informação e comunicação são uma oportunidade económica, uma oportunidade de rasgar as limitações da nossa geografia.

Aqui temos oportunidade de concorrer em pé de igualdade com os outros, não nos podemos queixar mais acerca da nossa distância e do nosso isolamento.

Temos de ter ambição e coragem.

Temos de investir nas escolas para que a educação neste sector seja equiparada ao melhor que há no mundo e temos de angariar parceiros que nos façam ganhar esta aposta, dando-lhes condições empresariais e fiscais.

Esta deve ser uma das grandes apostas da nova geração de açorianos.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Investiremos na promoção turística para que o esforço dos nossos empresários tenha valido a pena e para que muitos outros invistam neste sector fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Defendemos a liberalização controlada do espaço aéreo. Criaremos mais riqueza, com sistemas de incentivos mais eficazes, melhor dotados e orientados, definidos tendo em conta que cada uma das nossas ilhas e cada sector económico representa realidades diferentes, mas também complementares.

Contamos com todos, com os pequenos e médios empresários para promover o emprego e a coesão social, combatendo as fragilidades que afectam a nossa baixa taxa de produtividade e a nossa baixa taxa de actividade.

Não faremos da promessa de um apoio financeiro que tarda em chegar a asfixia de um projecto empresarial.

Queremos libertar a sociedade civil de um governo que tantas vezes falha no que se lhe pede e que tantas vezes está presente quando não é desejado.

Não é preciso, repito, não é preciso mais poder político para os políticos do governo, mas mais sociedade civil no projecto autonómico que defendemos.

Vozes da bancadas do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Nós propomos uma política de concertação social, de solidariedade intergeracional, de cooperação com o Governo da República, pondo sempre acima dos interesses do nosso partido os interesses dos Açores.

Se os açorianos confiarem em nós – como esperamos – o futuro governo liderado pelo PSD não será, já o disse e repito, a versão açoriana nem a extensão açoriana do actual Governo da República. Propomos resolver problemas com o actual Governo da República e não, como se faz agora, criar problemas com o actual Governo da República.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Propomos uma política regional de habitação social menos propagandística e mais preocupada com as carências existentes, que, a par dos casos resolvidos, diga também as carências, infelizmente, ainda existentes, que dê casa a quem não a tem, resolva também os inúmeros casos de habitação degradada.

Na habitação, como em muitas outras áreas, todos perdemos por não haver mais cooperação com as autarquias locais e com o Governo da República.

Os açorianos não querem continuar com um governo nos Açores que tem o estilo do PS nacional, que importa para o governo de cá o estilo de oposição de lá.

Os açorianos não querem um governo politicamente isolado que faz “guerrilha política” com o Governo de Lisboa e vira as costas às autarquias dos Açores.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Como vêm nós temos ideias, ideias novas e ideias que o PS teve, mas já se esqueceu ou tem mas não consegue concretizar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em 2004 vamos explicar a todos os açorianos as nossas ideias, neste debate falamos, como é devido e mandam as regras do parlamento, do Plano e do Orçamento do Partido Socialista.

Se os açorianos quiserem apresentaremos o nosso Plano e o nosso Orçamento no exercício das nossas responsabilidades governativas.

Por enquanto este é o Plano e o Orçamento que resta, para o tempo que falta.

Em 2004 estaremos disponíveis para debater o futuro, para fazer os debates que o PS quiser, as vezes que o PS quiser, com quem o PS quiser. Aqui, e onde os tempos de debate sejam iguais e estes sejam transmitidos em directo.

Somos açorianos, somos candidatos a governar depois dos socialistas e não antes dos socialistas;...

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... as próximas eleições servem para optar entre este governo e o futuro governo liderado pelo PSD; as próximas eleições não são para escolher entre o passado remoto e o passado recente, mas para escolher os caminhos para o futuro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: O PS gosta tanto de falar do passado que o que temos para dizer é que fiquem no passado que nós vamos andando para o futuro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Vêm aí as eleições e é por isso que de 2002 até 2004 as verbas não desagregadas aumentam de 21% para 41%.

As verbas não desagregadas aumentam porque a regra assumida pelo governo é “quem paga manda” e o PS precisa de mandar, porque esse é o seu principal argumento.

A grande ideia que o PS teve para este Plano foi fazer o possível para não associar ideias ao dinheiro para que o dinheiro sirva para esta grande ideia que é a da propaganda, transformando um Plano num panfleto, o que deveria ser uma estratégia de desenvolvimento numa campanha partidária, transformando uma ambição colectiva de todos os açorianos numa mera ambição de poder.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: As verbas não desagregadas aumentam porque a desagregação do governo se intensifica.

A anunciada privatização da EDA é outro exemplo deste espírito eleitoralista – mais uma vez dizemos – não se privatiza a EDA a pensar nos interesses do governo ou nos interessados na privatização, mas no interesse dos Açores e o interesse dos Açores não aconselha a que se privatize a EDA acima dos 49%.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já é tarde para o governo dizer que amanhã vai ser diferente do que é hoje.

Passados quase oito anos, o governo diz que dará prioridade ao investimento público nas ilhas mais pequenas, os açorianos percebem que o governo confesse o seu erro, mas não acreditam que corrija o seu rumo.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Para nós, as ilhas maiores, e por isso com mais potencialidades, não têm que esperar pelas mais pequenas, têm uma dinâmica de desenvolvimento diferente, por isso é que é preciso investir mais, repito, muito mais nas ilhas mais pequenas para que não fiquem para trás.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Nós não queremos uma Região desequilibrada, sem coesão económica e social, não queremos dividir os açorianos, mas unir os Açores.

Sabemos que o governo está preocupado com a estratégia eleitoral do PSD, mas quanto mais o governo se preocupar connosco, menos ficamos preocupados com o nosso próprio futuro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Propomos um movimento açoriano que reúna todos os que acham que se pode governar melhor.

Não é um escândalo, como diz o PS em perfeito desespero, é uma alternativa credível que ameaça o actual poder e que será, se Deus quiser, vencedora.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O que nós propomos uma mudança segura, que respeite os funcionários públicos independentemente da sua cor partidária; que respeite os compromissos legais e contratuais assumidos pelo actual governo; oferecemos um projecto feito de ideias ambiciosas e de valores sólidos, propomos um programa de acção que já tem o contributo de muitos açorianos que não têm partido, mas acreditam que se pode fazer melhor.

Perguntamos – hoje este governo está melhor do que ontem? A resposta é não. O segundo governo socialista é melhor do que o primeiro? A resposta é não. A maioria absoluta fez bem ao governo ? A resposta é outra vez não.

Os açorianos sabem tomar conta do seu futuro.

O governo é o presente que se preocupa com o passado e se quer arrastar para o futuro.

Mudar de governo não é arriscar, é agarrar numa oportunidade que não se pode perder.

Mudar é continuar o que está bem e corrigir o que está mal.

Mudar é vencer, avançar, alcançar novas metas, conseguir níveis de vida melhores para os açorianos.

O PSD está hoje cada vez mais com mais energia ao lado dos açorianos para juntos percorremos um novo caminho, um caminho da vitória.

(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para fazer a intervenção final.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista começo por saudar o Senhor Presidente e a Mesa da Assembleia Regional, os Senhores Líderes Parlamentares, todos os Senhores Deputados, uma saudação especial ao Sr. Presidente do Governo Regional Carlos César e à Senhora e Senhores Secretários Regionais, de forma particular ao Dr. Vasco Cordeiro nas suas funções de Secretário Regional da Agricultura e Pescas a quem desejo as maiores felicidades.

Igualmente gostaria de cumprimentar os funcionários desta casa com quem esperamos ter toda a cooperação, bem como, todos os Senhores Jornalistas que acompanham os nossos trabalhos.

Poderíamos neste momento fazer a declaração da vontade e empenhamento da Direcção do Grupo Parlamentar no exercício das suas responsabilidades, mas como já vamos todos com vários anos de exercício de mandato de Deputado, esperamos corresponder à confiança com que os nossos Camaradas nos elegeram com 26 votos a favor e dois votos brancos, dada a ausência de dois Senhores Deputados na Terceira e no Continente.

O nosso compromisso é, portanto, o de continuarmos o trabalho de propositura, acompanhamento e apoio à acção do Governo Regional, no pleno exercício das nossas funções e competências de deputado, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que suporta e que se sente muito honrado em ter como militantes seus o Presidente da Assembleia e o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes três dias analisámos e debatemos o Orçamento e o Plano para 2004. Ouvimos a explanação dos objectivos e metas a atingir, no fim desta legislatura com estes documentos, da parte de todos os Membros do Governo, participámos, enquanto Deputados do Partido Socialista nos debates, apoiando e complementando as intervenções governamentais.

Da parte do PCP ouvimos críticas a vários projectos todavia apresentou várias sugestões e propostas.

No que toca ao PSD e ao PP foi patente a consonância no bater das palmas unânimes quer o orador fosse de uma ou de outra bancada e até em “à parte” houve honras ofendidas de dama que há uns anos atrás era considerada “pessoa não grata”. Como diz o nosso povo “pois alevá!”

Os Deputados da ainda não consumada aliança mas que demonstraram já estarem a praticar actos comuns, preocuparam-se em tentar demonstrar todos os compromissos eleitorais do Partido Socialista que ainda não foram cumpridos, apresentaram-nos o habitual relatório das lamentações, e até chegaram a anunciar números e valores das desgraças que nos aconteceram no primeiro semestre ou no terceiro trimestre do corrente ano, esquecendo-se, omitindo os montantes e percentagens que espelham o progresso e o desenvolvimento que os Açores têm vivido ao longo dos últimos anos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Esqueceram ou omitiram questões extremamente relevantes !

Os dois documentos que estiveram em debate surgem num contexto internacional e, sobretudo, nacional bastante desfavorável. A retoma da economia europeia tarda a chegar . Espera-se no entanto que os últimos sinais de crescimento da economia norte-americana sejam, duradouros, embora existam poucas garantias nesse sentido.

A economia nacional encontra-se infelizmente, repito, infelizmente, em recessão: o desemprego não pára de subir, a falência ou a deslocação de empresas continua a aumentar, os aumentos salariais não cobrem a inflação

esperada ou no caso dos trabalhadores da Função Pública, na sua maioria será de zero em dois anos consecutivos, ...

Deputado Osório Silva *(PS): Muito bem!*

O Orador:... os investimentos do PIDAC diminuem em 6% no próximo ano. Numa palavra as expectativas e esperanças dos Portugueses continuam cada vez mais baixas.

Na Região Autónoma dos Açores apesar de alguns índices negativos em poucas áreas esperamos continuar a minimizar ao máximo a repercussão da situação nacional, conscientes de que haverá sectores que não conseguirão manter-se intactos, como seja o do turismo na parte em que depende dos turistas continentais dada a situação nacional.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Os Senhores Deputados, em vias de união, esqueceram ou omitiram o facto de as relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas terem-se alterado por imposição unilateral do Governo da República, que a Sra. Ministra das Finanças, Dra. Manuela Ferreira Leite, impediu o Governo Regional dos Açores de aceder a um empréstimo bancário de 32,4 milhões de euros para reposição do stock da dívida regional, com o apoio do Presidente do PSD/Açores, Dr. Victor Cruz! Como se explica esta situação? Afinal o que faz o Sr. Deputado Victor Cruz que nem consegue que o seu Governo da República cumpra com decisões anteriores? Afinal onde pára o compromisso de estar na Assembleia da República nos momentos cruciais para os Açores? Será que considera que os sinistrados do Faial e do Pico não mereciam a sua presença nessa hora? Será que os alunos da Ilha do Faial não mereciam a sua acção nessa matéria? 6 milhões de contos ou seja 32 milhões de euros não seriam mais do que suficientes para satisfazer todas as alterações que os Senhores Deputados da oposição aqui nos apresentaram?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Mas,

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isso foi o ano passado. E agora não há nada a dizer sobre a discriminação que consta que vamos ser sujeitos em relação à Madeira? O Orçamento de Estado aprovado há poucos dias na Assembleia da República impede, quer as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, quer as Autarquias Locais de contraírem novos empréstimos! Como explicam mais esta situação em que a Região Autónoma da Madeira irá utilizar um empréstimo de 35 milhões de euros do Orçamento de 2002, que naturalmente irão ter o consentimento da Dra. Manuela Ferreira Leite! Sejam claros! Nós não estamos contra a Região Autónoma da Madeira poder fazer um empréstimo para dar execução ao seu Plano, satisfazendo necessidades e carências do Povo da Madeira. Estamos contra, açorianamente contra, é o facto de a maioria absoluta que sustenta o Governo da República, ter rejeitado a proposta legítima, apresentada pelo Governo Regional dos Açores para contrair um empréstimo em 2004 que aumentaria o endividamento líquido de 20 milhões de euros, nos Açores e agora ir possibilitar aos Madeirenses o que negou aos Açorianos. E que não podemos aceitar é que seja por questões clubísticas! O que temos a certeza, se isso acontecer, é que a Dra. Manuela Ferreira Leite e o Dr. Durão Barroso farão connosco o mesmo que fizeram com o Pacto de Estabilidade e Crescimento:

Os Portugueses que apertem o cinto, os Franceses e os Alemães que alarguem o déficite.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Não podemos deixar de questionar o maior partido da oposição pela diminuta participação nos debates e mais grave do que isso, quais as alternativas que têm para as políticas apresentadas e defendidas pelos governantes e Deputados do Partido Socialista? Falaram mal, criticaram negativamente, mas onde param as vossas novas propostas diferentes, as alternativas?

A vossa alternativa é o quê: em vez de uma escola, duas? Em vez da rua amanhã é já hoje? Em vez de um lar com 20 camas é um lar com 30 camas? Em vez da conclusão do 2º troço da envolvente à Ribeira Grande é já o 3º troço?

Mas será que, com o Orçamento que temos, faziam mais e melhor? Como? Onde?

Na ânsia do discurso do “bota-abaixo”, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, veio a esta tribuna criticar as opções do Partido Socialista e do seu Governo na área da Agricultura, denegrindo tudo e todos, que tínhamos e passo a citar, “a fileira do leite amordaçada”. Senhor Deputado, quem a amordaçou? Não foi o Primeiro Ministro de Portugal, Dr. Durão Barroso, quem afirmou que durante 12 anos não poderíamos produzir nem mais um litro de leite para além do que havia o seu Governo acabado de negociar na Comunidade?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Afinal quem amordaçou a lavoura açoriana? Não foi o Primeiro Ministro que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro apoia? Não foi o Governo que conta com o Dr. Paulo Portas como Ministro e que os Senhores Deputados, em vias de coligação, apoiam?

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nos exercícios que fez na sua intervenção do debate foi infeliz e passo a citar de memória o seguinte: “As taxas que diminuem, quando deviam subir, baixam graças ao Governo Socialista e ao Carlos César, as que sobem no bom sentido, bem sobem ... graças a Deus!”.

O Plano para 2004, como bem disse o Governo neste debate, “é um plano que, associado ao rigor e à credibilidade possível na obtenção de receita que o suporte, visa preparar a economia e a sociedade para a próxima legislatura, na qual iremos consolidar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento iniciado em 1997 e garantir aos Açorianos do século XXI condições de progresso e competitividade nunca antes atingidas na nossa Região”.

E, este plano tem em vista o mandato 2004/2008 devido ao trabalho desenvolvido pelo Governo Socialista nos últimos anos.

Senão vejamos:

Carlos César no seu primeiro Governo propôs-se e conseguiu resolver problemas estruturantes que afectavam o tecido económico e social da Região: os preços dos transportes marítimos e aéreos entre a Região e o Continente, dentro da própria Região – e avançou com investimentos estratégicos – 2ª fase da geotermia, cabo de fibras ópticas, rede de abate – conseguindo a confiança dos empresários, a quem pagou todas as dívidas do passado, inclusivé a dívida de cerca de 17 milhões de contos, em moeda antiga, à Caixa Geral de Depósitos pelo não pagamento por parte dos Governos do Dr. Mota Amaral, da bonificação dos juros que os terceirenses tiveram, e bem, direito para a sua reconstrução do sismo de 1980. Todavia essa medida fez com que muitas famílias açorianas viessem a ter problemas graves nos empréstimos bancários nesta instituição, e ao mesmo tempo Carlos César estimulou os investidores a investir com segurança, com confiança, com dinamismo, como não havia memória nos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Neste segundo mandato consolidámos aquela estratégia com os investimentos realizados nas redes de infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, da educação, formação, saúde, solidariedade e segurança social, na conservação e preservação da natureza, do nosso património construído, na transmissão da cultura dos nossos antepassados.

No âmbito do tecido produtivo apoiámos o prosseguimento de infra-estruturas fundamentais para o nosso sector primário – a agro-pecuária e as pescas - e acelerámos o apoio ao investimento na actividade turística, vector essencial para o desenvolvimento da Região, terceiro pilar da nossa economia. A ciência e a tecnologia representam para os Socialistas o quarto vector do nosso progresso.

Este Governo sabe a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação. Do quanto elas são importantes para nós, que vivemos numa Região isolada, afastada, pequena, muito dispersa, onde as comunicações são um factor essencial para o nosso desenvolvimento. É vermos a forma como os Açorianos têm aderido a

estes novos meios de comunicação! Somos a Região do País que mais aquisições faz via Internet, somos uma das regiões do país com melhores índices na utilização destes meios. Podemos orgulhar-nos de termos sido os primeiros, a nível nacional, na implementação do ensino recorrente mediatizado através da Internet.

Outras áreas houve que mereceram e merecem a atenção cuidada deste Governo, como seja a Habitação. É de todos nós conhecida a situação em que se encontravam em muitos casos as nossas habitações.

Os Açorianos conhecem bem os efeitos que as calamidades provocam nas nossas moradias. Infelizmente ainda subsistem por estas nossas ilhas fora, muitas habitações sem condições de segurança sísmica e condições higieno-sanitárias exigindo obras em muitas delas. Quer o sismo da Terceira quer o último sismo que atingiu as ilhas do Faial, Pico e São Jorge devem servir-nos de aviso tanto no que respeita à construção e à edificação do novo, quer nas reconstruções, ampliações e adaptações. Construir com segurança, em segurança e em lugar seguro exige-se a todos quantos participam neste processo: Governo, Autarquias, Proprietários, Empresários, Construtores, Trabalhadores. As nossas Ilhas de Santa Maria até ao Faial estão muito sujeitas à sismicidade, mas as intempéries com vendavais e fortes chuvadas têm assolado os Açores ciclicamente. Sejamos previdentes!

Este Plano e este Orçamento contemplam verbas para múltiplas acções na habitação, mas também devemos ser cautelosos e zelosos dos dinheiros públicos, apoiando mas exigindo contrapartidas, ajudando mas simultaneamente dando formação e informação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não iremos naturalmente abordar todas as áreas do Plano, todavia mencionaremos apenas mais três que reputamos importantes: A Comunicação Social continuará a contar com apoios para a melhoria de micro-coberturas da rádio e televisão, produção de programas de televisão, difusão, circulação e modernização tecnológica dos órgãos de comunicação social, promoção e divulgação da Região.

Na Administração Pública Regional continuar-se-á com a utilização das modernas técnicas de automatização nos procedimentos administrativos, manter-se-ão os

programas de formação profissional dos funcionários e agentes da administração regional e local, dos corpos especiais da Função Pública – professores, educadores, médicos, enfermeiros, entre outros.

No âmbito do Comércio, da Indústria e do Artesanato manteremos os programas de apoio que possibilitarão aos empresários a modernização das suas empresas, criando condições de higiene, trabalho e segurança aos seus trabalhadores e maior capacidade quer de produção quer de comercialização dos seus produtos.

Vamos avançar com a privatização da EDA. Haverá quem esteja contra como o afirmou o Sr. Deputado José Decq Mota entre outros. Mas governar é isso mesmo; optar e optar para bem e por bem de quem se governa.

Nós consideramos que é uma boa opção a privatização da EDA. E igualmente neste sector, também os partidos da oposição se esqueceram ou pelo menos omitiram a convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional.

Será, Senhores Deputados da oposição que a baixa do tarifário em montantes nunca imagináveis por Vossas Excelências não são um enorme contributo para a diminuição de custos dos factores de produção? Será, Senhores Deputados da oposição que o facto de o Governo Socialista ter conseguido diminuir em muitos euros os custos da energia de todos e de cada um do açorianos, ao final do mês, não são um enorme contributo para a melhoria do nível de vida de todos nós?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao fazermos o balanço destes 7 anos de governação e tendo presente o Plano que vamos aprovar para 2004, reconhecemos com humildade que não fizemos tudo, tudo quanto nos comprometemos nos nossos manifestos eleitorais, mas fizemos muito e muito que deles não consta: construímos, ampliámos, melhorámos, adaptámos escolas, hospitais, centros de saúde, estradas, arruamentos, portos, aeroportos, aerogares, terminais de carga e de passageiros, bibliotecas, casas do povo, sedes sociais, creches, infantários, jardins de infância, lares, centros de dia, centros de convívio, ecotecas, caminhos agrícolas, caminhos rurais, lotas, casas de aprestos, etc..

Apetrechámos com meios técnicos e equipamentos desde escolas a hospitais, de bibliotecas a ecotecas, dos centros de ciência viva aos centros de convívio.

Alargámos, estabilizámos ou adaptámos os quadros de pessoal docente, médico, enfermagem, técnicos superiores ou profissionais de cada sector da administração, tendo consciência de que ainda temos um longo caminho a percorrer nestas áreas.

E é por termos a convicção de que ainda temos muito para dar aos Açores, é por termos a certeza que podemos e queremos Continuar a Mudar os Açores, que os Açorianos depositarão confiança em nós, no Partido Socialista, no Presidente Carlos César e nos darão em Outubro do próximo ano um mandato para governarmos os Açores.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para intervir, em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, Carlos César.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Com a aprovação neste Parlamento do Orçamento e do Plano de Investimentos para 2004 completa-se a programação do Governo Regional para esta VII Legislatura – a segunda, de governos sob a minha responsabilidade, depois de um período de 20 anos em que o PSD esteve no governo e em maioria nesta Assembleia.

No final do próximo ano, realizar-se-ão eleições regionais. Todos – nós, governo, e partidos da oposição - analisámos a evolução da situação da nossa Região, conhecendo o impacto junto dos açorianos das nossas palavras e dos nossos actos nos resultados dessas eleições que se avizinham.

Também por isso, valeu a verdade e valeu a pena estes três dias de debate.

De um lado, a oposição, em particular a coligação minoritária PP/PSD, a fazer o que sempre tem feito – criticando tudo, anunciando crises todos os anos, desincentivando, confundindo, falando mal e destruindo. Para além disso, apenas nos trouxe um punhado de *slogans*, comprados a uma empresa de *marketing*, enfeitados por frases feitas que, como promessas ou como compromissos, podiam ser feitos por qualquer partido e em qualquer lugar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Ouvimos esta oposição com toda a atenção e com vontade de aprender, mas, como sempre tem acontecido, raramente nos chegam uma ideia ou uma forma diferente, que nos alerte para uma prioridade ou nos indique um meio de fazer melhor.

E não se pense que o governo não gostaria de ouvir propostas novas. Nós, muito naturalmente, desejamos ser o melhor governo e ter cada vez melhores resultados. Por isso, em nada nos pesaria a humildade de, alertados - modificar, ouvindo - aprender, e, perante boas sugestões, levá-las por diante.

Mas, infelizmente, não tem sido assim, nem sequer o foi agora. Esta oposição só se opõe, e todos desperdiçamos a oportunidade de, tendo pela primeira vez um governo que a quer ouvir, nem ela o aproveita, nem nós a podemos aproveitar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O PSD que no passado, pela sua arrogância, caiu do governo, tudo indica que, pela sua actual incapacidade, permanecerá em apneia na oposição.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Estimados Amigos da Oposição

As eleições não são um concurso de habilidades, de silogismos literários, nem de combinações entre profecias eufóricas e ou funerárias. Por isso, muito francamente,

não vão a lado nenhum dizendo que “o governo está em fim de ciclo”, ou que “o PSD fará tudo o que não foi feito” ou que “o PSD faria tudo o que foi feito, melhor” do que nós. Desde logo, porque a memória passada e recente dos Açorianos não é curta, porque a verdade é que nem fizeram melhor quando foram governo nos Açores, nem fazem melhor agora que governam no Continente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deixaram-nos a Região à míngua, pejada de dívidas aos fornecedores quando entrei para o governo, e conduziram o País, nestes quase dois anos, depois de criticarem a política financeira do governo anterior, à recessão económica, com os indicadores de confiança dos consumidores abaixo dos mínimos da recessão dos anos 90, com o aumento do pessimismo quanto às perspectivas da economia portuguesa nos próximos 12 meses e com cerca de dez portugueses por hora lançados no desemprego.

A coligação minoritária PP/PSD tem, efectivamente, como se vê, passado e presente. Não nos queira, portanto, convencer que, a soma do seu mau passado com o seu mau presente é a sua garantia para um bom futuro.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos que nos ouvem:

O Orçamento e o Plano de Investimentos para os Açores no ano de 2004, reflecte, nas medidas e acções previstas, um conjunto múltiplo de objectivos:

1. Manter a tendência de diminuição do peso do agregado das despesas correntes no Orçamento da Região, que passa de 13,6% em 1996 para menos de 8% no próximo ano;
2. Salvaguardar o equilíbrio das nossas Finanças Públicas, pese embora as múltiplas despesas acumuladas de reparação dos efeitos de calamidades e a

inesperada proibição, que nos foi imposta, de recorrermos aos empréstimos necessários para investimentos, em três dos quatro anos deste nosso mandato;

3. Aproveitar todas as ajudas da União Europeia e todas as possibilidades e benefícios resultantes da nossa condição reconhecida de região ultraperiférica e de povo espalhado pelo continente americano;

4. Aumentar o investimento público direccionado para o apoio à economia, evitando as consequências mais nefastas de importação da crise do Continente – nosso principal mercado de referência – e protegendo o emprego e o rendimento das famílias, consolidando os novos sectores e iniciando as bases de um terceiro pilar da nossa sustentabilidade;

5. Manter e reforçar as medidas na área social, onde somos os campeões da solidariedade, que facilitem o acesso à saúde, protegendo cada vez mais os idosos, as crianças em risco, as pessoas com deficiência, as famílias sem habitação e ajudando os que ainda não conseguiram libertar-se da pobreza;

6. Investindo em outros suportes do nosso desenvolvimento, quer no Ambiente, quer nas Novas Tecnologias, quer no apoio à Universidade dos Açores e ao Serviço Público de Televisão na nossa Região, quer na Educação e na Formação Profissional, com os olhos postos nas oportunidades e no futuro da juventude nas nossas ilhas.

Mas, senhoras e senhores deputados, este plano de investimentos para 2004 tem, ainda, outra dimensão de concretização. Com ele

- Vamos concluir muitos compromissos e obras que havíamos assinalado na nossa última eleição;

- Vamos iniciar ou prosseguir outras que, ao contrário do que desejávamos, não estarão concluídas em Outubro de 2004, mas estarão em andamento; e,

- Vamos iniciar, prosseguir ou concluir várias obras e medidas, que não pensávamos fazer há quatro anos atrás, mas que, entretanto, assumiram necessidade ou prioridade, e que tiveram que passar à frente de outras.

Na verdade, nem tudo o que pensávamos fazer foi feito. Dizemo-lo, honestamente. Aqui ou ali, não foi possível, nem o será até Outubro de 2004, ora por nos faltar o dinheiro para o efeito – já que nos vimos impedidos de recorrer aos empréstimos

programados – ora porque o tempo e a evolução da situação social e económica nos exigiram outras prioridades.

Ao longo destes três dias de debates, tal como nos últimos meses, só ouvimos a oposição falar desses casos. Aliás, as propostas da oposição parecem resumir-se às ideias e às propostas do PS e do Governo que não poderemos concretizar neste mandato, mas que resolveremos, com certeza, com a confiança dos açorianos, no nosso próximo governo do Partido Socialista

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Falta, porém, à oposição, e, de modo especial, à coligação minoritária PP/PSD, a coragem de reconhecer as milhares de medidas e de obras que fizemos, e que mudaram tanto os Açores para melhor. Governamos para o bem ou governamos mal. Os Açores de hoje – e é essa a comparação que a todos nos interessa! – são muito melhores que os Açores que os governos do PSD nos deixaram.

Pode a oposição dizer o que diz, mas a realidade está muito distante das suas palavras e os açorianos conhecem-na:

- Perguntem aos nossos pescadores o que lhes acontecia no tempo do PSD quando não podiam ir para o mar. Pediam esmola. Foi o governo do PS que instituiu o Fundo de Compensação Salarial, e, ainda ontem, foram aprovados mais novecentos e quarenta e sete processos de apoios aos pescadores;
- Perguntem aos lavradores, quando no tempo do PSD lhes deviam pagamentos de leite com um e dois anos de atraso, se isso agora lhes acontece;
- Perguntem-lhes se havia um único matadouro em condições, quando agora todos estão prontos e novos, o da Terceira vai ser inaugurado e os do Pico e de Santa Maria estarão em fase adiantada de conclusão;
- Perguntem aos quase oitocentos funcionários públicos que deixaram em emprego precário se não foi com o governo do PS que lhes demos segurança e tranquilidade às suas famílias, aumentando, também, de 17% para 24% o número de licenciados na função pública, qualificando-a dessa forma;

Mas não só:

- Quando chegámos ao governo não havia um programa de deslocação de especialistas de saúde às seis ilhas sem hospital, e, só para falar no ano passado, esses médicos fizeram nessas ilhas mais de 15.100 consultas. Tínhamos 350 médicos nos Açores e agora temos 455, havia 793 enfermeiros e agora há 1040. No futuro faremos ainda mais e melhor;

- Quando chegámos ao governo, na segurança social, havia 28 ATLS e agora temos 87, aumentámos em 65,08% a capacidade dos Acolhimentos para os Sem Abrigo, encontrámos zero Centros de Acolhimento Temporário para Crianças e criámos 7, triplicámos o número de Centros de Actividades Ocupacionais, passámos de 44 para 114 Centros de Convívio para Idosos, de 19 para 42 creches, de zero para 2 enfermarias de retaguarda, de zero para 4 residências para deficientes, de 33 para 85 serviços de apoio domiciliário. No futuro faremos ainda mais e melhor;

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: - Quando chegámos ao governo encontrámos a generalidade das escolas em estado degradante e pagámos às autarquias para recuperarem a sua maioria no caso do 1º ciclo, e construámos, remodelámos, ampliámos e adaptámos dezenas de outras escolas por todas as ilhas dos Açores. Em 1996, havia no 3º ciclo e secundário um professor por cada 11 alunos, agora há 1 para cada 9. No tempo do PSD havia 21,9% das crianças com três anos no pré-escolar, agora há 40,3%, 55% com quatro anos e agora há 73,3% e 91% com cinco anos e agora estão 100%. Havia 5 escolas profissionais e agora há 18. Mais de 7.000 jovens frequentam o ensino profissional, quando no tempo do PSD havia cerca de 400. No futuro faremos ainda melhor;

- No sector do Ambiente, o estado ainda era pior. Nem um plano especial ou estratégico. 15 lixeiras, que vamos reduzir a 1 em 2004. Zero na promoção da exportação de resíduos, zero de número de eco-escolas, quando já vamos em 40 com 4 mil alunos. Zero em número de ecotecas, para cerca de 15 mil frequentadores, que alcançaremos em 2004. 34 áreas protegidas em 1996 para 69 em meados do próximo

ano. Zero protocolos com Juntas de Freguesia para limpeza e desobstrução de ribeiras quando o governo do PS já contratou, até ao momento, com cem Juntas de Freguesia. No futuro faremos ainda mais e melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Quando chegámos ao governo, e mesmo dois ou três anos depois, o PSD ainda considerava uma extravagância governamental a aposta na sociedade de informação;

- Nos governos do PSD construíam-se 117 habitações apoiadas por ano, quando connosco a média subiu para mais do dobro. Quando o PS foi para o governo havia zero Planos Municipais de Emergência para Catástrofes e agora há 18. Em vinte anos de governo, o PSD fez 140 kms de estrada de asfalto betuminoso, e, nós, em apenas oito interviremos em 450 km. Consumia-se, em média, 181 mil toneladas/ano de cimento, e entre 97 e 2003, 296 mil toneladas. No futuro faremos ainda mais e melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Quando o PS entrou para o governo a tarifa de transporte aéreo para residente entre os Açores e Lisboa era 92 euros mais cara do que é hoje, e entre Ponta Delgada e Horta 47 euros mais cara. O preço da electricidade era 36% mais caro que no Continente e agora a diferença é de apenas 2%. Todo o transporte marítimo de contentores diminuiu o seu preço entre 23 e 50% e o movimento de mercadorias subiu 62%. No futuro ainda faremos mais e melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Com o PSD, entre 1992 e 1997, os Açores cresceram apenas 6% em número de dormidas de turistas. Com o governo do PS, entre 1997 e 2002 crescemos 88,2% e vamos continuar a crescer este ano. Ainda há bocado – e tenho muita pena de dizer à oposição – recebi a notícia de que o crescimento turístico neste ano vai ser uma

realidade. O movimento de passageiros de transportes marítimos entre ilhas passou de 270 mil para cerca de 460 mil pessoas, e o de passageiros nos aeroportos aumentou 41%. Os incentivos à iniciativa privada cresceram, com o meu governo, 131%. No futuro faremos ainda mais e ainda melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Quando o PSD saiu do governo havia uma taxa de desemprego de 7,9%. Com o governo do PS nos últimos 17 trimestres, o desemprego foi sempre inferior a 4% e nos últimos 12 trimestres a 3%, e esperamos que assim seja no último trimestre deste ano. No futuro queremos que continue assim para tranquilidade e para benefício das famílias açorianas. Por isso teremos que continuar a fazer mais e teremos que continuar a fazer melhor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Com o governo do PS subiu a taxa de actividade, e, embora a das mulheres ainda seja baixa, em 1996, no escalão mais jovem, era de 13,7% e agora é de 31,6. Quando o PS entrou para o governo, em termos do Rendimento Primário das Famílias estávamos em último, a 3 pontos do Alentejo e Centro e a 4 do Norte. Em 2000 estávamos já em 4º, em igualdade com o Norte e o Centro e ultrapassado o Alentejo. No chamado Rendimento Disponível das Famílias, em 1996 estávamos também em último lugar, a 6 pontos do Norte e a 8 do Alentejo. Em 2000 deixámos de ser os últimos, igualando o Norte, e, embora com maior valor absoluto, apenas a 2 pontos do Alentejo. No futuro ao açores serão ainda melhor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Em termos de Produto Interno Bruto de que tanto de fala, temos vindo sempre, sempre a crescer, e a partir de 1999 mais do que a média de crescimento do nosso

país. Estamos a convergir com a média nacional, mas temos que continuar a fazer mais e melhor para prosseguir essa convergência.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Pode a oposição dizer o que diz, mas a realidade está, felizmente, muito distante das suas palavras.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Sabemos que não vivemos no melhor dos mundos.

Sei bem que muitas famílias ainda têm dificuldades, ora porque carecem de uma habitação condigna, ora porque convivem com problemas como a toxicodependência ou outros.

Também sei que o nosso caminho de progresso económico é ainda um desafio, que depende de muitos passos a dar na diversificação, na inovação, na qualificação, na eficiência de gestão e na produtividade.

Sei o muito que temos feito e, como tornei claro aos Açorianos no Encerramento do Congresso do Partido Socialista, sei, ao contrário de outros, exactamente, o que queremos e devemos fazer.

Não recito slogans nem copio o programa dos outros, para fingir que sei o quero para os Açores. Era uma vergonha a que eu não me sujeitava, mas é uma vergonha a que muita gente se sujeita.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sei o que quero para os Açores. Nestes debates parlamentares demos, os nossos governantes e os deputados que apoiam o Governo, mais uma vez, prova disso.

Os Açorianos não querem voltar atrás. Querem continuar em frente. Querem seguir no caminho do sucesso. São como nós. Vamos, então, continuar a mudar, juntos, os Açores para melhor. Do Corvo até Santa Maria, juntos, para melhor, em coligação com os Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao fim das declarações finais.

Já vos foram distribuídas as propostas de alteração.

Vamos fazer um pequeno intervalo de 15 minutos, para as poderem apreciar.

(Eram 19 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos exactamente com as votações e vamos começar por votar, na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Plano para 2004.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a proposta do Plano para 2004, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2004, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à especialidade e vamos fazer a votação por programa.

Programa 1. Para este programa existe uma proposta de alteração do PS e outra do PSD. Está à discussão

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para apresentar, de forma muito sintética, a proposta de alteração para o Programa 1, apresentada pelo Partido Socialista.

A proposta de alteração consubstancia alterações às acções 1.2.2, 1.2.3 e 1.4.1, tendo em vista o reforço da acção 4.2.1 do Programa 4 – Desenvolvimento Florestal, no que respeita aos caminhos rurais.

Visa-se com isto, bem como com as propostas de alteração que a seguir se seguem para o Programa 3, reforçar e incrementar a particular dinâmica dos Serviços Florestais, no que respeita à melhoria, conservação e rompimento de caminhos rurais em 600 mil euros concretamente. (*)

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Em primeiro lugar vamos votar esta proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que estamos a propor é um aumento de 345.085 euros no projecto 1.1 –Infra-estruturas agrícolas, porque consideramos que é neste projecto que se situam três acções que consideramos fundamentais para o desenvolvimento e, sobretudo, para o salto qualitativo que é preciso dar na melhoria da produção de leite, designadamente nos acessos às explorações e, sobretudo, a electrificação rural e o abastecimento de água.

Portanto, a dotação global deste projecto, passaria de 2.965.000 euros para 3.310.000 euros.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção no âmbito das propostas do PSD, que será comum a todas elas.

As propostas de alteração apresentadas pela bancada do PSD são tecnicamente mal fundamentadas, incoerentes com deliberações recentes e unânimes neste plenário e gravemente penalizadoras dos serviços e organismos autónomos da Administração Regional.

Tecnicamente mal fundamentadas, porque escamoteiam o rigor imposto, responsável e conscientemente, pelo Governo Regional ao aumentar apenas em 0,35% as despesas correntes e em 0,42% as despesas com pessoal.

Incoerentes com a decisão votada aqui pelo PSD há menos de um mês, quando aprovámos o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o próximo ano.

Gravemente penalizadoras dos serviços e organismos autónomos da Administração Regional ao ponto de pôr inclusivamente em causa o pagamento dos vencimentos aos funcionários públicos, o que será certamente exigir e pedir de mais depois do congelamento que já foi feito e verificado em função das decisões tomadas ao nível da República. (*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 2. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 3, para o qual existe uma proposta de alteração do PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a totalidade do Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 4, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a totalidade do Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Sobre os Programas 5 e 6 não existe nenhuma proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os dois Programas.

Parecendo não haver inconveniente, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os Programas 5 e 6, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 5 e 6 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 7, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O conjunto de alterações que o Partido Social Democrata apresenta, tem como origem de fundos a redução de verbas nos gabinetes dos Secretários Regionais e solidariamente também uma proposta para redução na Assembleia Regional.

Estas propostas são no valor de 4,2%, não pondo, como é óbvio, em causa nada do que estava previsto em cada um desses gabinetes e em cada um desses organismos.

Concretamente em relação a este reforço que temos no Projecto 7.1, - Promoção Turística, que é uma das matérias mais importantes para os Açores, entendemos que tudo aquilo que pudermos fazer nesta fase para a promoção turística nunca será o suficiente, numa altura em que se verifica algum desequilíbrio e é preciso fazer o ajustamento entre a oferta e a procura.

Portanto, vamos ter que ter aqui permanentemente, ao longo dos anos, uma boa quantidade de fundos para fazer promoção turística, mas nesta fase, por maioria de razão.

Quaisquer outros meios que existam de promoção, de acordos, etc., são bem-vindos, mas aqui também quisemos dar um sinal, uma nota daquilo que entendemos como fundamental para o sucesso dos investimentos que estão a ser feitos e para o sucesso de um sector estruturante para a economia dos Açores.

Por outro lado, quero dizer também que, da Proposta do Plano de 2003 para a proposta do Plano de 2004, há um decréscimo de 14,7% neste Programa, razão também pela qual nós fazemos esta proposta, havendo para 2004, relativamente ao que estava previsto no PMP, uma descida substancial e, por isso, entendemos que faz todo o sentido reforçar, mesmo que seja para acrescer a outros meios e outros acordos que já existam de promoção. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS irá votar contra esta proposta de alteração, apresentada pelo PSD, porque do ponto de vista técnico está incorrecta.

Como foi claramente revelado pela intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já o ano passado foi assim. Vocês votaram contra as nossas propostas. O ano passado eram 10%.

O Orador: ... há uma confusão entre classificação orgânica das despesas e classificação funcional. Há uma despesa que por estar no gabinete dum secretário regional não quer dizer que seja uma despesa de funcionamento. As despesas de funcionamento, neste caso, crescem apenas 0,3%, o que significa que, ao cortar nestas unidades orgânicas, o que se está a cortar são, fundamentalmente, despesas de investimento e de capital.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Srs. Deputados, temos agora uma série de Programas sem alteração, pergunto à Câmara se posso pô-los à discussão e votação em bloco.

Deputado José Decq Mota (PCP): Só o 8 e o 9.

Presidente: Assim sendo, vamos votar os Programas 8 e 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 8 e 9 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 10. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Programa 11. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 12. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Programas 13 e 14. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 13 e 14 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 15. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 16. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 17. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 18. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora aos Programas 19, 20 e 21. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 19, 20 e 21 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 22. Para este Programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Apenas para explicar e justificar a proposta de alteração do PSD, que visa reforçar verbas para equipamento de apoio a idosos, à infância e juventude.

Uma opção estratégica do PSD, quer no que diz respeito a uma aposta de solidariedade social para com os idosos, quer para com a juventude, mas sobretudo para com ela valorizar mais uma oportunidade na taxa de actividade das mulheres açorianas, com o enquadramento que é possível e a partir deste reforço assegurar a criação de novos postos de trabalho para as mulheres.

As verbas deste reforço foram retiradas às despesas dos gabinetes, numa taxa média de 4,2%. Isto não afecta o funcionamento dos gabinetes dos Srs. Membros do Governo e da própria Assembleia e resolve significativamente um reforço de apoio aos idosos e à juventude da Região Autónoma dos Açores, também permitindo a oportunidade de criação de postos de trabalho, designadamente para as mulheres açorianas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Pela última parte da sua intervenção percebemos a demagogia que preside a todas essas alterações.

Para que fique claro, e já agora tentando perceber se há alguma verdadeira e recta intenção de V. Exas. nesta proposta de alteração, se bem percebo esta contabilidade, os senhores pretendem aumentar cerca de 1 milhão cento e tal mil euros nesta rubricas ao nível da solidariedade social, mas no Plano em geral da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais diminuem 13 milhões de euros e seria bom saber se é na saúde, se é na segurança social, em que valência é que é.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É nos gabinetes.

O Orador: Se bem percebo o vosso mapa, é nos gabinetes e nas despesas do Plano. Talvez não tenha percebido, mas não é fácil perceber.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A demagogia é que o atrapalha.

O Orador: Voltamos ao gabinete.

Os senhores pretendem, se bem percebi, reforçar em 1 milhão, cento e tal mil euros, mais concretamente 707 mil euros os equipamentos de apoio a idosos e 426 mil euros os equipamentos de apoio à infância e juventude.

Eu faço-vos uma proposta, e se cada um cumprir a sua parte conseguimos fazer isto com alguma facilidade, que é a seguinte:

O orçamento da segurança social, como sabem, tem uma componente nacional e nós podemos perfeitamente e de forma muito justificada, porque ao nível regional, felizmente, a segurança social entre as nossas receitas e as nossas despesas tem desde 99 um superavit, solicitar ao orçamento nacional da segurança social que nos seja dado este reforço.

Tenho a certeza que com a proposta do Governo Regional e com o vosso apoio isto será possível e este problema ficará resolvido.

Temos acordo ou não temos acordo? Fico à espera da vossa resposta. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Primeira nota:

Embora atrasado percebeu tecnicamente como é que o PSD ...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Não sei se já percebi. Não é fácil.

O Orador: Se não sabe, devia saber. Não sabendo, manifesta ignorância nessa matéria e, portanto, nem sequer justificaria o tipo de intervenção que fez. Mas o que queremos saber é se está ou não de acordo e se o PS vai ou não votar esta nossa proposta que reforça a verba nestes dois projectos e acções.

Se estão de acordo, então podem votar, porque a verba que fomos retirar não afecta mais nada no Plano e no investimento do Governo Regional. Afecta, sim, no valor de 4,2%, as despesas do seu gabinete, nomeadamente assessorias, carros, publicidade, etc..

Deputado Mark Marques (PS): *Muito bem!*

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ignorância técnica, Sr. Deputado.

O Orador: Se quer ser solidário, o PS que vote a favor desta proposta, porque estas acções ficam com valores reforçados para investimento.

Eu deixo um desafio, Sr. Secretário: quero ver se o Governo aconselha o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a votar favoravelmente esta propostas e assim perceber a seriedade das suas declarações agora feitas.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Eu realmente não tenho, embora com muito respeito por quem tem, um grande jeito para estas questões contabilísticas, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós já tínhamos visto isso!

O Orador: Acredito perfeitamente.

... mas ao contrário, e por obrigação óbvia, o meu colega Dr. Roberto Amaral, lembra-me que ao nível do pessoal o meu gabinete tem para 2004 a verba de 1.288.975 euros...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é distribuído por todos os gabinetes!

O Orador: ... para todas as despesas do meu gabinete.

Portanto, os senhores querem-me tirar 1.234.000 euros e fazendo as contas restam cerca de 50 mil euros.

Além disso, também me parece evidente, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que se esse reforço do orçamento nacional eventualmente vier para a Região ficamos todos a ganhar. Acho que é justo, face ao contributo que temos dado e à forma como temos gerido as verbas que temos e o aumento de receita que temos conseguido.

Tenho também a certeza que se o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falar com o Sr. Ministro Bagão Félix, pessoa, aliás, muito simpática, e levar uma galinha poedeira de Porto Martins, é pessoa para, de certeza, aceder a esse pedido.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cada vez que eu ouço o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais falar vejo que a elevação do seu pensamento e do seu dizer é tão baixa que me custa a acreditar que esteja no lugar que está.

O Sr. Secretário continuou a não comprometer-se com uma votação favorável a esta proposta e ao que ela visa. Afinal, o senhor não quer, como disse que gostaria, reforçar verbas para o apoio aos idosos e à juventude.

Eu queria dizer-lhe que, neste caso, devia ter como exemplo aquilo que o Presidente do seu Governo fez em 91, fazendo aprovar nesta Casa o fim de Adjuntos dos Membros do Governo, para com isso poupar dinheiro e investir.

Cá está um bom exemplo. Siga o Sr. Presidente do Governo nessa matéria.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, creio que estamos em condições de votar esta proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Eu queria informar a Câmara, designadamente o Governo Regional de que só tem 40 segundos.

Passamos agora à votação do Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 23, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 23, concretamente para as acções 23.4.2 e 23.4.5, tem por objectivo reforçar em 100 mil euros a acção 27.1.3, do Programa 27 – Habitação, sublinhando desta forma a particular dinâmica do Governo Regional em matéria de política de habitação, conforme ficou claramente evidenciado ao longo deste debate. (*)

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Por indicação dos Grupos Parlamentar vou pôr à votação os Programas 24 e 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 24 e 25 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 27. Para este programa existem duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PS e outra pelo PSD. Está há discussão o Programa 27, bem como as alterações propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresenta uma proposta de alteração do reforço das verbas no projecto 27.2 – recuperação da habitação e realojamentos, por ser uma matéria que, para nós, é uma prioridade, por um lado, como já foi várias vezes referido e, por outro, tendo previsto no Plano para 2004 uma verba que é 31,7% menor do que a verba que estava inicialmente no PMP para este ano de 2004.

Como já disse, as origens dos fundos para estes reforços baseiam-se na redução de 4,2% do orçamento dos gabinetes. Aliás, a nossa opção o ano passado também foi neste sentido e fizemos inclusivamente uma proposta de diminuição de 10%.

Também quero lembrar que tivemos uma das propostas aprovadas pela bancada da maioria e na altura não se lembraram dessas pseudo deficiências técnicas que agora levantam.

Gostaria ainda de dizer mais uma coisa relativamente a esta matéria.

Com este reforço que propomos o projecto 27.2 – recuperação da habitação e realojamento, ficaria com 6.000.870 euros, o que representaria um acréscimo de 31%, face àquilo que é proposto aqui. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Falando de habitação no local próprio, a pedido do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, visa o reforço da acção 27.1.3 em 100 mil euros, no que respeita ao apoio à construção de habitação, concretamente na área da auto construção e mais não é do que a consequência da proposta de alteração ao Programa 23, que acabámos de aprovar. (*)

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que com este chumbo da maioria, o PS acabou de chumbar todas as nossas propostas e acabou de evidenciar a sua demagogia. A demagogia das propostas de alteração não é nossa. A demagogia da vossa votação é que se evidencia, porque o que nós propusemos em todos estes programas tinha como objectivo repor para o Plano de 2004 exactamente as verbas que os senhores tinham para 2004 no Plano a Médio Prazo inicial. (*)

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Duarte de Freitas certamente que, antes de fazer esta declaração de voto e este proposta de alteração, devia ter

apresentado uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado repondo, em matéria de autorização de endividamento, aquilo que devia caber à Região.

O Partido Socialista votou contra esta proposta de alteração apresentada pelo PSD pelas razões que já evidenciou logo no início deste debate na especialidade e porque

a aprovação destas propostas, retirando verbas aos nível dos gabinetes, põe em causa o funcionamento, como já dissemos, duma série de serviços e organismos das Administração Pública Regional e ao pôr em causa o funcionamento desses serviços e organismos, põe em causa a garantia dos vencimentos dos funcionários públicos e isso não acontecerá nunca com o apoio da bancada do Partido Socialista. (*)

Presidente: Vamos votar agora o Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora aos Programas 28 e 29. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os Programas 28 e 29 foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Programas 30 e 31. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 30 e 31 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Está à discussão o Programa 32.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Programa 33. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Feito o debate e votação na especialidade, vamos fazer a votação final global da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2004.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2004, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004.

Está aberto o debate na generalidade.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região para 2004, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Artigo 1º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Artigo 2º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Sr. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Artigo 4º. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS. Está à discussão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso

Deputado Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para apresentar a justificação desta proposta de alteração que visa melhorar as condições de obtenção de empréstimos por parte do sector público empresarial, com vista à realização de novos investimentos da responsabilidade destas empresas.

(*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero referir que com esta proposta de alteração, os números que eu apresentei na minha intervenção inicial, quando se discutiu o Plano e o Orçamento, são alterados, porque em vez dos 375 milhões que ficariam de dívida pública consolidada, já vamos ficar nos 410 milhões, o que representa em moeda antiga 80 milhões de contos, traduzidos por outros números significa um crescimento médio anual de 10 milhões de contos de dívida que o seu Governo fez até agora. (*)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS. Esta proposta substitui na íntegra o artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP.

Presidente: Ponho agora à discussão os artigos 5º e 6º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 7º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora aos artigos 9º, 10º e 11º. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 9º, 10º e 11º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigos 12º, 13º e 14º. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 12º, 13º e 14º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Está à discussão o artigo 15º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 16º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Existe uma proposta de aditamento para o artigo 15º. Está à discussão.
Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A havia sofrido uma alteração a 18 de Janeiro de 2000, que não foi tida em conta aquando da proposta de alteração ao mesmo diploma em Setembro deste ano.

Assim sendo, cumpre-nos propor agora uma nova alteração no sentido de reintroduzir os números que ficaram revogados com esta última alteração de Setembro.

Obrigada.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer agora a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região para o ano de 2004 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, com esta aprovação fica o Governo Regional dotado dos meios para a governação do próximo ano de 2004.

Os nossos trabalhos estão encerrados por hoje. Recomeçaremos amanhã às 10,00 horas.

Boa noite e obrigado.

(Os trabalhos terminaram à 21,00 horas)

() Texto não revisto pelo orador.*

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

José Joaquim Ferreira Machado

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

O redactor, José Rodrigues da Costa